

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ALINE PEREIRA

**OS DESAFIOS DA PESQUISA SOBRE MEMÓRIA COM PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA:**

UM DEBATE DESDE A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ALINE PEREIRA

**OS DESAFIOS DA PESQUISA SOBRE MEMÓRIA COM PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA:**

UM DEBATE DESDE A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob a orientação da Prof^a Dr^a Bader Burihan Sawaia.

SÃO PAULO

2019

BANCA EXAMINADORA

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pela bolsa de mestrado (processo 130267/2017-1) que possibilitou a realização deste trabalho – para não deixar cair no esquecimento a importância e a importância do fomento à pesquisa em nosso país.

Dedico esta dissertação a duas grandes mulheres: Rosangela Passarelli e Marilena Marques, mais conhecidas como minha mãe e minha avó – pelos 27 anos de amor, de dedicação e de apoio.

Aos pequenos, grandes amores, Sofia e Luigi Passarelli.

AGRADECIMENTOS

À professora Bader Burihan Sawaia, orientadora desta dissertação: parece clichê, mas o que aprendi com a senhora nem os livros podem contar e contemplar. Poderia deixar meu agradecimento de outra forma. Mas, enquanto escrevia as primeiras linhas, as palavras trouxeram à memória a primeira vez que nos encontramos para debater este trabalho. Lembrome como se fosse hoje: sentei-me na pontinha da cadeira (como que não acreditando): “*ela, pesquisadora cujo trabalho tanto admirei durante a graduação, é, agora, minha orientadora no mestrado!*”. Recordo-me também que não me deixou ficar um minuto sequer na ponta da cadeira: “*pode sentar mais perto, vem mais pra cá*”. E por falar em memória, certa vez, um grupo de estudantes de graduação, muitíssimos empolgados para conhecer a história da psicologia social brasileira, foi até a PUC-SP entrevistá-la. Um fragmento de sua fala marcou-me bastante. Gostaria de deixá-lo registrado, aqui, em memória da professora Silvia Lane (que, infelizmente, não pude conhecer) e em homenagem a você, Bader, que tem se dedicado a continuar a obra deixada por ela: “*os próprios alunos organizavam as palestras, o currículo, aquilo que eles queriam que fosse debatido; e a Silvia arrebatava a gente, com aquela sinceridade, aquela honestidade ético-política e como ela lidava com a teoria. Eu me encantei!*”.

Ao Núcleo de Estudos da Dialética Exclusão/Social pelas quartas-feiras de ricos debates. Agradeço, em particular, a Aline Matheus. Conversamos pouco nesses longos dois anos. Começamos a nos aproximar quase na reta final. Mas não posso deixar de agradecê-la por perceber que eu precisava de uma escuta paciente e atenciosa. Obrigada por ouvir meus dilemas e por acolher minhas angústias em relação à pesquisa que estava realizando. Agradeço também pelas preciosas indicações de leitura.

Às professoras Bruna Suruagy do Amaral Dantas e Maria da Graça Marchina Gonçalves. Agradeço pela humanidade e pela compreensão de vocês diante do período difícil por que passei no período de realização e de finalização deste trabalho; pela leitura atenta, cuidadosa e séria do texto no exame de qualificação; pelas preciosas sugestões e pelas críticas construtivas, fundamentais para que eu pudesse ampliar a percepção em relação à trajetória da investigação.

Professora Bruna Dantas, não há como esconder a admiração que tenho por você. Recordo-me da primeira vez que tive o privilégio de participar de sua aula: eu estava no terceiro semestre da graduação, era uma quarta-feira, assistindo à disciplina de psicologia social. Eu nunca saía a mesma de suas aulas. Todas elas me deixavam instigadas e intrigadas. São vivas as lembranças de nossas conversas (eu sempre cheia de perguntas) enquanto você preparava o esquema da matéria na lousa. Era uma felicidade encontrá-la, fora dos dias de aula, pelos corredores da universidade. Por falar em alegria, sinto saudade das orientações durante o trabalho de iniciação científica. Como era agradável e empolgante compartilhar com você as

descobertas da pesquisa – e, também, os desapontamentos. Você incentivou-me muito. Ampliou minha percepção. É uma professora e pesquisadora excepcional e, além de tudo, humana. É, continuará sendo, uma grande referência e inspiração para mim. Agora, finalmente, gostaria de agradecer a Bruna que – quase oito anos decorridos daquela primeira aula – posso dizer que, hoje, é uma adorável amiga, como me disse outro dia. Obrigada por todo estímulo e por todo o apoio. Um encontro memorável – inesquecível. Fiquei emocionada ao lembrar essa “linha do tempo” que construímos. Queridinha, a você, minha imensa gratidão e meus afetos mais alegres.

Aos meus queridos mestres: Adriana Rodrigues Domingues, Alex Moreira Carvalho e Eduardo Fraga de Almeida Prado. Obrigada por tudo o que me ensinaram – vocês são brilhantes e marcaram, de modo muito especial, minha trajetória. Obrigada por me incentivarem e, inclusive, por me auxiliarem nesse processo de ingresso na pós-graduação; por torcerem por mim e por se alegrarem quando recebi a notícia da aprovação. Agradeço ao professor Alex, que, quando soube que eu ia prestar o processo seletivo para o mestrado, muito gentilmente convidou-me para conhecer o programa de Psicologia Social e para assistir a uma defesa de mestrado (minha primeira!). Ao professor Eduardo, que, mesmo na correria do dia a dia, disponibilizou-se a ler meu projeto de pesquisa. A Adriana, que além de ser uma referência de professora, ensinou-se a ser mais gentil comigo mesma. A vocês, que deixaram nesta aluna o amor pela pesquisa e pela docência, meu reconhecimento, minha admiração e meu carinho.

Aos amigos e colegas que tornaram essa trajetória mais leve e agradável: pelos nossos cafezinhos no 22 de Março e no Serginho; pelas deliciosas (e privilegiadas) tardes e noites de longas conversas nas escadarias e bancos da PUC-SP; pelas gostosas risadas nos corredores das salas; pelos debates intermináveis sobre a academia e o trabalho acadêmico, mas igualmente a respeito das coisas da vida. Obrigada Marcus Vinicius Lopes e Thiago Sant’Anna Pereira, em primeiro lugar, pelo ombro amigo e por me darem forças nos momentos difíceis; pelos diálogos ricos que me ajudaram a repensar o processo de pesquisa; por auxiliarem-me, cada um a sua maneira, com a finalização desse trabalho. A Carla Teodoro, pela alegria contagiante e pela amizade, que começou já no dia da matrícula. A Gislene Ama, que foi se revelando uma pessoa adorável e tornando-se querida para mim. Agradeço também a Leandro Rosa pelos afetos alegres; por ter me recebido com sua doçura e com sua animação (seria improvável esquecer) desde meu primeiro dia na pós-graduação. A Ana Paula Rodrigues: como não me lembraria de sua risada e de sua companhia agradável e tão divertida?! Às queridíssimas Bárbara Cocenza, Eleonora Stefani e Thais Teixeira (esta última, que também se tornou uma filha da PUC): tive o prazer de conhecê-las durante a graduação e a felicidade de ver nossa amizade permanecer e florescer apesar do término desse ciclo. Enfim, são muitas as pessoas que gostaria de mencionar aqui. Mas, creio eu, estou perdoadada, pois como bem diz Carlos Drummond de Andrade, “*o esquecimento ainda é memória*”.

A Marlene Camargo, da secretaria do programa de pós-graduação em Psicologia Social. Agradeço não apenas pela cooperação com as burocracias, mas também por sua dedicação e por sua preocupação com os alunos. Obrigada pelo carinho e pela atenção!

A meu Deus: “Por ti tenho sido sustentada desde o ventre: tu *és* aquele que me tiraste das entranhas de minha mãe: o meu louvor *será* para ti constantemente”.

Agora, agradeço a minha amada família, principalmente às mulheres – somos muitas! Essa dissertação é, também, uma homenagem a vocês: queridas tias Margarida e Vilma, prima Elaine.

Novamente, a minha amada mãe: sem você, eu jamais teria chegado até aqui. Grande mulher que tudo o que estava ao seu alcance para que eu tivesse condições concretas e melhores de vida; que permaneceu ao meu lado o tempo todo; que (quantas vezes!) abdicou de seus projetos para que os meus se tornassem possíveis. Você apoiou minhas escolhas. Foi o meu esteio durante todos esses anos. Devo a você tudo o que sou e que conquistei. Sabemos o quanto terminar essa dissertação representa em nossas histórias de vida. E por falar em vida, você é o amor da minha.

A Letícia Passarelli. Minha irmã, você pode até contestar, mas seu apoio foi fundamental para que eu pudesse continuar e concluir essa pesquisa, que, por motivos da vida, levou mais tempo que o previsto. Nesse último ano, enquanto eu me dedicava ao trabalho acadêmico, você saía cedo de casa e deu à sua irmã, mais velha, condições concretas (ainda que a duras penas) para juntas alcançarmos “esse sonho (aparentemente) impossível”. Foi um período difícil, por várias razões. Fica, aqui, o meu agradecimento por tudo! Apesar das e mesmo nas divergências, eu a amo e admiro-a muito.

A meus (muito) amados tios, Edson e Ana Cristina Passarelli. Agradeço-lhes pelo amor e pelo acolhimento; pelo incentivo e por toda a força que me deram, desde o início, quando ainda estava para ingressar na graduação. Obrigada por apostarem em mim (em vários sentidos); por preocuparem-se comigo; por se implicarem com a minha trajetória e por apoiarem as minhas escolhas (aliás, por torná-las possíveis – meu esforço e minha dedicação não seriam suficientes sem o apoio de vocês). Mas agradeço, principalmente, por trazerem às nossas vidas duas alegrias chamadas Sofia e Luigi Passarelli. O amor que sinto por eles me faz lembrar da “vida viva”.

As grandes, e muito amadas, amigas Erika Wolke e Eliane Gomes. Faltam palavras para agradecer-las pelo incentivo; por todo amparo e por todo amor que recebi todos esses anos de amizade e, especialmente, neste último, um ano muito difícil (acho que para todas nós). Estiveram comigo literalmente na “saúde e na doença”.

A Vanessa, por todas as formas de apoio que me deu. Agradeço pelo seu acolhimento e pela sua escuta atenta e compreensiva. Você também foi imprescindível para que eu concluísse essa dissertação. Faço questão de deixar registrado: muito obrigada!

Aos queridíssimos amigos, ou melhor, companheiros Michael Douglas e Emerson que, mesmo com a minha longa ausência, não me esqueceram e permaneceram ao meu lado (ainda que não presencialmente).

As palavras finais desses agradecimentos são em homenagem a duas pessoas inesquecíveis. *Aprendi que os poetas épicos cantavam para não deixar cair no esquecimento a glória e os grandes feitos dos heróis; pouco mais adiante, eles passaram a escrever para cantar e para lembrar, para os vivos, as memoráveis obras dos mortais, daqueles que já se foram.*

A Claudia Valença Fontenelle, professora e amiga querida, que partiu há pouco tempo, mas deixou muita saudade: de sua irreverência; de sua alegria; de nossos encontros (muitas vezes apressados) pelos corredores da universidade; de nossos cafezinhos e de nossas idas ao cinema. Como esquecê-la? Escrevi estas palavras com os olhos cheios de lágrimas...

A Antonio Carlos Pereira, Tônico, que não teve tempo de ler estas palavras. Infelizmente, você partiu; e partiu de repente. “Aquele adeus não pude dar”. Mas, enquanto eu viver, a memória de sua existência, a lembrança de seu amor e dos momentos que vivemos juntos permanecerão vivas. Ao escrever suas palavras, lembrei-me de você chegando do trabalho; lembrei-me de quanta falta me faz o seu abraço. Amo muito você, meu pai.

Muito obrigada!

ELEGIA

O poeta Simonides falando
Co'o capitão Temístocles um dia.
Em coisas da ciência praticando:
Um'arte singular lhe prometia,
Qu'então compunha, com que lh'ensinasse
A lembrar-se de tudo que fazia;
Onde tão sutis regras lhe mostrasse.
Que nunca lhe passassem da memória
Em nenhum tempo as coisas, que passasse.
Bem merecia, certo, fama e glória
Quem dava regra contra o esquecimento,
Que sepulta qualquer antiga história.
Mas o capitão claro, cujo intento
Bem diferente estava, porque havia
Do passado as lembranças por tormento;
Oh! ilustre Simonides! (dizia) Pois tanto em seu engenho te
confias, Que mostras à memória nova via:
Se me desses um'arte, qu'em meus dias Me não lembrasse
nada do passado, Oh quanto melhor obra me farias! (...)

Luís de Camões

RESUMO

Esta dissertação, cujas raízes estão em um trabalho de iniciação científica, apresenta um debate acerca dos desafios que caracterizam o processo de pesquisar as questões do lembrar e do esquecer. O objetivo foi expor os resultados alcançados por meio da análise de dois estudos a propósito do problema da memória, especificamente com pessoas que estão em situação de rua na cidade de São Paulo; problematizando, ainda, alguns dos pontos centrais que embasaram essa mesma construção, cujo percurso foi engendrando-se ao redor de preocupações (inquietações de ordem teórica e de orientação metodológica, mas também, indubitavelmente, ético-políticas) sobre a relação entre esquecimento/memória. Em outros termos, propomos ao leitor, com base na teoria sócio-histórica da Psicologia, uma exposição dos conflitos, das controvérsias e dos dilemas vividos pelo pesquisador que toma as questões da memória como objeto de estudo, sem, porém, esquecer a base ética e a tarefa política que perfila esse tipo de pesquisa, ou seja: o problema da memória, do esquecimento e da transmissibilidade das narrativas dos “esquecidos” e dos “excluídos” do discurso histórico oficial. Ocupei-me, mais precisamente, das atividades humanas do lembrar e do esquecer – com grupos que vivem situações-limites, em territórios afeitos à separação do homem e do não-homem, como a rua e a experiência de rualização. Início a pesquisa com um breve percurso histórico-crítico sobre como as questões ora mencionadas figuram nos textos filosóficos e científicos clássicos, especialmente os da cultura ocidental. Posteriormente, articulo algumas reflexões sobre essa temática, associando-a à questão da narrativa desde a perspectiva de Walter Benjamin. Por fim, apresento os pressupostos teóricos e metodológicos que orientam as análises realizadas.

Palavras-chave: memória; esquecimento; narrativa; população de rua; psicologia social; afeto.

ABSTRACT

This dissertation, which roots in a work of scientific initiation, presents a debate about the challenges that characterize the process of researching the issues of remembering and forgetting. The goal was to exhibit the achieved results by analyzing two studies on the problem of memory, specifically with people who are homeless in the city of São Paulo; and also problematize some of the central points that underlie this same construction, which path was engendered around concerns (concerns of theoretical and methodological orientation, but also undoubtedly ethical-political) about the relationship between forgetting and memory . In other words, we propose to the reader, based on the Psychology's social-historical theory, an exposition of the conflicts, controversies and dilemmas experienced by the researcher who takes the issue of memory as the object of study, without forgetting the ethical basis. and the political task that shapes this type of research, that is: the problem of memory, forgetfulness and transmissibility of narratives of the "forgotten" and "excluded" from the official historical discourse. More specifically, I was concerned with the human activities of remembering and forgetting - with groups that live in borderline situations, in territories that are prone to the separation of man and nonman, such as the street and the experience of rualization. I begin the research with a brief historical-critical background on how the issues mentioned here figure in classical philosophical and scientific texts, especially those of Western culture. Later, I articulate some reflections on this theme, associating it to the narrative issue from Walter Benjamin's perspective. Finally, I present the theoretical and methodological assumptions that guide the analyzes performed.

Key words: memory; forgetfulness; narrative; street population; Social Psychology; affection.

ÍNDICE

<u>APRESENTAÇÃO</u>	14
<u>CAPÍTULO UM – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS</u>	30
<i>Contribuições teóricas ao estudo da memória e do esquecimento na obra de Vigotski</i>	31
<i>Breves considerações sobre a metodologia de análise dos processos psicológicos</i>	39
<i>Da análise psicológica dos enunciados: categorias gramaticais e categorias psicológicas</i>	41
<u>CAPÍTULO DOIS – ANÁLISE E DISCUSSÃO</u>	
A pesquisa sobre memória com pessoas em situação de rua: uma tarefa paradoxal?	46
2.1. <i>Notas sobre o itinerário investigativo</i>	47
2.2 <i>População de rua, se possível fosse esquecer tantos nomes...</i>	51
2.3. <i>O paradoxo da memória e do esquecimento na pesquisa: questões éticas e metodológicas</i>	54
2.3.1 <i>Dispersar, esquecer, recolher: o gravador</i>	56
2.3.2. <i>O uso funcional do gravador</i>	58
2.3.3. <i>O gravador na pesquisa sobre memória: aspectos ético-políticos</i>	60
2.4. <i>O momento das entrevistas</i>	63
2.5. <i>Dos possíveis vínculos ou sobre como pesquisar memória na “fugacidade do contato”</i>	65
2.6. <i>As (im)pertinências da pesquisa sobre memória com o profissional “psi”</i>	71
2.7. <i>Silêncio: palavra impedida ou vontade de não narrar?</i>	75
2.7.1. <i>A pergunta que não quer calar</i>	79
2.8. <i>O trabalho de memória e o “tempo” nas entrevistas: breves considerações</i>	85
2.9. <i>Os sentidos do esquecimento: alguns apontamentos</i>	87
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	95
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	104

APRESENTAÇÃO

Antes de abordar o problema de pesquisa propriamente dito, convido o leitor para acompanhar-me em uma (não despropositada) digressão. Houve uma época em que a memória era alvo de sacralização e a palavra oral tinha um estatuto mágico. Estamos na Grécia, período que antecede o processo de difusão da escrita. A transmissão dos conhecimentos adquiridos e acumulados pela experiência, dos saberes que passam de pessoa a pessoa, ancorava-se primordialmente na oralidade viva. A linguagem falada, a palavra que, de boca em boca, propaga-se no espaço comum entre os homens, era, pois, o veículo fundamental de preservação da tradição para as gerações sucessivas, vindouras.

Como ajuízam pesquisadores como Marcel Detienne (1967/1988) – “Que memória não era necessária naqueles tempos?!” (p.14). De fato, nessas sociedades que ainda não dispunham do registro escrito (um recurso que poderia favorecer uma maior fixidez do repertório de informações), não admira que a memória – cuja função social, em uma palavra, residia em conservar o passado dos grupos humanos – tenha se transformado duplamente em um objeto de culto: tal categoria psicológica não só ocupou um posto no panteão grego, mas também foi ativa e constantemente cultivada por meio da criação de “tecnologias verbais” (Havelock, 1996/1965).

Por sua estrutura e sua disposição rítmica, por sua acústica e harmonia, a *poesia* constituía-se em um verdadeiro artifício de memorização e mecanismo de recordação (Havelock, 1996/1965). Não por acaso, no “território” do mítico a figura do poeta ocupa um lugar de destaque. Na condição de mestre da palavra e representante ou intérprete de Mnemosine (Vernant, 1988/1991), o aedo é, em tal cenário, colocado acima dos meros mortais¹; somente ele, que detém o conhecimento do passado, é concedido o dom e a inspiração divinas para cantar – e contar – aqueles acontecimentos de um tempo primordial, de um tempo original, inacessíveis aos homens comuns².

¹ De acordo com Jean-Pierre Vernant (1988/1991): “É lugar-comum na tradição poética opor o tipo de conhecimento próprio ao homem simples – um saber por ouvir dizer, baseando-se no testemunho de outrem [...], ao do aedo, entregue à inspiração e que é, como o dos deuses, uma visão pessoal e direta” (p. 138).

² Cabe observar que o “passado” do qual se fala em tal contexto tem relação com um “tempo mítico”, isto é, ao tempo dos deuses e dos heróis (Vernant, 1991/1988).

É inegável que a atividade poética traduz-se, antes de tudo, em um esforço³ de memória. Mas não só. Sob a égide de Mnemosine, e seguindo as pegadas de Jeanne Marie Gagnebin (2006/2009; 2014), constatamos que a palavra viva do aedo – a qual que se caracteriza, nos termos da autora, como uma “palavra rememorativa” – alicerça-se em uma luta contra o esquecimento (ou, pelo menos, é proferida com o intuito de escapar de suas investidas).

Agora, restaria interrogar se (ou até que ponto) o esquecimento apresenta-se unicamente como uma ameaça ou impõe-se como um empecilho à obra do poeta – vale lembrar, sagrada e rememorativa.

Especificamente a respeito da poesia homérica⁴, Gagnebin (2006/2009) nos dá a conhecer que a tarefa do aedo, cujo fundamento é a memória, exige uma espécie de alternância entre túmulo e palavra a fim de garantir a “sobrevivência poética” (Gagnebin, 2014, p. 15). A função (e também a força) do canto poético consiste, portanto, em fazer perdurar – na e por meio da memória viva dos vivos – a glória dos heróis do passado, já mortos. Por essa razão, talvez seja mesmo plausível pensar que essa luta contra o esquecimento perfila a palavra de louvor do poeta. E por quê? Ora, justamente porque tal embate representa o reconhecimento, ou a relembração, da inevitabilidade da morte (Gagnebin, 2006/2009).

O esquecimento chega a ser, nesse sentido, mais temível que a morte biológica (Gagnebin, 2014). Precipita-se, porém, quem supõe que ele tenha uma face mortífera e assuma apenas uma conotação ameaçadora e destrutiva, venenosa e deletéria na poesia homérica. Além de brindar-nos com exemplos em suas belíssimas análises da *Odisseia*, Gagnebin (1997; 2006/2009) parece corroborar a seguinte tese: de fato, o esquecimento aparece como a grande (e doce) tentação contra a qual Ulisses pejeja sem trégua; paradoxalmente, é este *poder de esquecimento*, alegoricamente falando, essa droga (*pharmakon*) benéfica – cujo efeito é consolador – “*que sustenta a palavra poética em sua*

³ Embora, aqui, ainda não seja possível falar sobre mnemotecnica (*ars memoriae*), a inspiração e a intervenção divinas não excluía, segundo Vernant (1988/1991) e Detienne (1967/1988), a preparação dos poetas com treinamentos e exercícios mnemônicos.

⁴ Não me detive aqui a assinalar as transformações por que passa a função da poesia em tempos homéricos em relação à poesia cantada pelo “poeta-profeta”. Todavia, vale ressaltar que, segundo Gagnebin (2006/2009), em matéria de poesia homérica – embora ainda se fundamente na tradição mítica oral – já estamos falando da poesia que se organiza pela forma escrita.

tarifa de rememoração e, em particular, a Odisseia enquanto poema” (Gagnebin, 1997, p. 60, destaques meus)⁵.

E por falar em trégua, ainda na esteira da poesia épica, seja dito de passagem que o esquecimento do tempo presente ou cotidiano, também em Hesíodo, apresenta-se como condição para que a rememoração do passado aconteça (Vernant, 1988/1991). Mnemosine, ainda é a deusa que faz recordar e que possibilita ao poeta o contato direto com o outro mundo⁶, permitindo-lhe explorar as “origens” e decifrar o passado para seu grupo social. Ao mesmo tempo, o canto desse “servente” das Musas, as filhas da Memória, provoca o esquecimento, concedendo aos homens a trégua do tempo da miséria e do cansaço; dos sofrimentos e das inquietações que assolam a humanidade (Detienne, 1967/1988; Vernant, 1988/1991).

Como me parece, no pensamento mítico/poético as cisões e limites rígidos – essas separações categóricas – entre memória e esquecimento estão borrados, matizados⁷. Aliás, não surpreende que, segundo as narrativas míticas, em uma espécie de cerimônia de iniciação, a qual possibilitava transcender o restrito conhecimento do presente e acessar o passado, o consultante do oráculo de Lebadéia é conduzido a duas fontes – Mnemosine e Lete. Em breves palavras, ao tomar da água de Memória, o iniciante torna-se capaz de guardar e recordar tudo o que viu e ouviu nos meandros do além-mundo. Contudo, não é possível ingressar nessa outra dimensão da realidade sem perder as lembranças e a consciência. Faz-se necessário, antes, beber da segunda fonte. Através dela, o iniciado deslembra toda a sua trajetória terrena e adentra o mundo próprio do esquecimento gozando (paradoxalmente) do poder de memória (Vernant, 1988/1991).

Da narrativa acima, não me interessa tanto destacar mais um desses homens “excepcionais”, cabe observar – mestres da memória – que a rica tradição mítica nos dá a conhecer. Gostaria, mais uma vez, de chamar a atenção do leitor para o fato de que, nas figuras sobrenaturais de Mnemosine e de Lete, “memória” e “esquecimento” constituem potências contrastantes, mas que – ao mesmo tempo – atuam de forma complementar (Vernant, 1988/1991).

⁵ Sobre isso, ver Jeanne Marie Gagnebin, *Sete Aulas sobre linguagem, memória e história* (Rio de Janeiro, Imago, 1997).

⁶ Aqui, o passado aparece como parte integrante do cosmo, uma região, por assim dizer, sobrenatural; interdita aos mortais (Vernant, 1988/1991).

⁷ Segundo Detienne (1967/1988), a “ambiguidade” é uma característica marcante do pensamento mítico/poético.

Mais adiante, porém, as coisas “mudam de figura”; ou melhor, elas *não* mudam propriamente de figura. Mas os significados atribuídos aos símbolos e aos temas característicos dos mitos de memória na Grécia arcaica passam por consideráveis transformações. Em Platão, novamente toparemos com o esquecimento na imagem de Lete. Todavia, agora, é preciso cautela e prudência ao tomar dessa fonte. Conforme Vernant (1988/1991), no diálogo platônico da *República*, nenhum recipiente é capaz de reter ou represar as águas de Lete. Por essa razão, as almas sedentas não devem mitigar a sua sede no rio que corta tal planície; do contrário – como que “inundadas” de e pelo esquecimento⁸ – elas não poderão lembrar-se das “verdades eternas” que contemplaram.

E quanto a Memória, até então, uma instância divina associada à potência de Esquecimento, as quais constituem um jogo de forças sobre-humanas?

Em primeiro lugar, Mnemosine deixa de presidir à inspiração poética. Em segundo lugar, mas não menos importante: essa categoria psicológica, divinizada nas sociedades antigas, incorpora outras características e assume outras funções. “Outrora instrumento de ascese mística, o esforço de rememoração agora vem se confundir com a pesquisa do verdadeiro [...]: para Platão, *saber não é outra coisa senão lembrar-se*” (Vernant, 1988/1991, p. 161, destaque meu).

Sem abordar os detalhes dessa densa e complexa discussão, convém notar – e destacar – que o par memória e esquecimento começa a sofrer mudanças com o nascente discurso filosófico. Na esteira das análises de Vernant (1988/1991), é possível perceber que, na medida em que a memória mítica é incorporada à teoria do conhecimento platônico, o esquecimento passa a ser concebido como “erro essencial”; uma enfermidade, uma doença para a alma – “*nada é nada mais que a ignorância*” (p. 148, grifos meus).

É oportuno também resgatarmos às metáforas da inscrição/impressão na alma, como argumenta Gagnebin (2006/2009), uma das favoritas quando se trata de descrever os processos da memória humana. Aqui, abordo de maneira breve uma delas, que, especificamente, conjuga os grandes temas da memória e do esquecimento⁹. Refiro-me à antiga descrição metafórica da tábua encerada, presente no diálogo *Teeteto*. Seguindo os rastros deixados pelo filósofo francês Paul Ricoeur (1913/2007), arrisco a dizer que, nesse

⁸ No *Fedro*, as almas “cheias de esquecimento” negligenciaram ou ignoraram tal recomendação (Detienne, 167/1988).

⁹ “Em um ou outro sentido as metáforas do esquecimento se relacionam com as da memória” (Weinrich, 1997/2001, p. 23).

contexto, o problema do esquecimento emerge no âmago de uma “desconfiança” epistemológica em relação ao que é lembrado, uma suspeita que se dá também em função da relação (confusão)¹⁰ entre memória e imaginação: o que garante o estatuto veritativo e a fidelidade das imagens mnêmicas?

Na supracitada descrição metafórica, a alma é, por analogia, um bloco maleável de cera: por sobre essa pequena tábua – considerada uma dádiva da Memória, mãe das musas – podemos imprimir e reter tudo aquilo que, grosso modo, queremos (ou temos de) lembrar. Isso não significa, contudo, que todas as imagens são fixadas ou gravadas da mesma forma. Da maleabilidade (ou melhor, tipologia) da cera e da força da impregnação (mais fraca ou mais forte) dependerá a fidelidade do rastro: ainda que a qualidade da primeira seja boa, se a aquisição da impressão for muito fraca, não é possível decifrar a marca que foi deixada na cera (Ricoeur 1913/2007).

Diante disso, surge, então, a pergunta: qual seria a relação dessa metáfora com a problemática do esquecimento? Ricoeur (1913/2007), que cita *Teeteto* (191d), ajuda-nos esclarecer: “[...] aquilo que foi impresso, nós o recordamos e o sabemos, enquanto a sua imagem (*eidolon*) está ali, ao passo que aquilo que é apagado, ou aquilo que não foi capaz de ser impresso, nós esquecemos (*epilelesthai*), isto é, não o sabemos” (p. 28). Como vemos, nesse contexto, o esquecimento assume uma dupla conotação, quais sejam: 1) apagamento dos rastros e 2) defeito ou erro de ajustamento da imagem atual à impressão deixada como que por um sinete ou por um anel na cera. Em suma, é possível dizer que, como pôr os pés nas pegadas erradas, a questão do esquecimento será, conforme o modelo da tábua encerada, tratada como um engano, um equívoco (Ricoeur, 1913/2007).

Com o processo de laicização, com a dessacralização da memória e o com o surgimento das técnicas de memória ou da mnemotécnica propriamente ditas, não será diferente: a *ars memoriae*, invenção atribuída ao poeta¹¹ Simônides de Queos (cerca de 556-468 a. C.), é descrita como um antídoto ou uma fabulosa vitória contra o esquecimento. Por sinal, os versos de Camões que compõem a epígrafe desta dissertação retomam – em uma

¹⁰ Como bem coloca Ricoeur (1913/2007): “O problema suscitado pela confusão entre memória e imaginação é tão antigo quanto a filosofia ocidental” (p. 27). Sobre a relação entre memória e imaginação e a suspeição em relação à memória ver também Gagnebin, *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin* (Editora 34, São Paulo, 2014, p. 239).

¹¹ Apenas a título de esclarecimento, a posição que o poeta ocupa e a função que ele desempenha, agora, diferem-se da dos poetas épicos: a partir de Simônides, assistiremos a uma virada na tradição poética, caracterizada pela secularização poesia (Detienne, 1967/1988).

espécie de síntese poética – um diálogo entre Simonides e outro ateniense, chamado Temístocles.

De acordo com a “anedota” relatada por Cícero, certa feita, Simônides (conhecido como um homem “sábio e divino” por Platão) dirigiu-se a Temístocles oferecendo-se para ensinar-lhe uma arte singular – uma façanha que tornaria possível recordar-se de tudo, qual seja: a arte da memória ou mnemotécnica (Weinrich, 1997/2001).

Temístocles, no entanto, teria dito a Simônides ser melhor que fosse instruído – primeiro – a respeito de como esquecer tudo aquilo que desejasse esquecer. Há também quem diga que o general ateniense teria respondido de modo taxativo que não estava interessado numa arte da memória, fazendo objeção a esse engenho humano que, como se considerava, poderia levar vantagem até mesmo sobre o esquecimento – esse fantasma da memória.

Seria digna de espanto ou, no mínimo, de curiosidade, a recusa de Temístocles (escolhi, aqui, a segunda versão) à oferta (promessa) de poder “lembrar-se de tudo” – caso prefiram, de vencer o esquecimento. Isso porque essa anedota, que nos leva a (em torno do ano 500 a. C.) remonta a um contexto em que a memória – e a mnemotécnica – parecia cumprir uma importante função em termos de exercício da fala em público ou a arte do discurso (que, inclusive, ele, com dominava com maestria) (Weinrich (1997/2001). Repito: “seria” – não fosse o fato de que de um lado da historieta o poeta Simonides e, do outro, temos o general Temístocles.

Com relação a Simônides, sabemos pela descrição de Harald Weinrich (1997/2001) que passou por inventor da mnemotécnica logo após retirar os mortos dos escombros do esquecimento num terrível evento, desastre que atingiu um banquete festivo. Esclareço brevemente: o teto do salão desabou e soterrou os convidados e o anfitrião, deixando-os totalmente irreconhecíveis (inclusive para os parentes). Entretanto, enquanto poeta, Simônides, único poupado da morte, pôde – valendo-se de uma boa capacidade de memória visual e de suas artimanhas mnemotécnicas – recordar e dizer com precisão a localização de cada um dos que estavam presentes no aposento. Já o segundo, político e general muito conhecido por seus feitos bélicos, foi responsável por derrotar os persas na batalha naval de Salamina, conquista em que Atenas alcançou a condição de potência marítima do Mediterrâneo leste. Apesar disso, na velhice, como saldo de uma intriga, Temístocles foi condenado ao ostracismo e em território persa teve de viver (até o seu suicídio) (Weinrich, 1997/2001).

Sem mais delongas, o ponto dessa anedota que interessa, aqui, particularmente é o seguinte: embora não se possa afirmar que foi o poeta e general que determinaram, individualmente, as funções que têm o ato de lembrar e de esquecer, essa historieta retrata, por assim dizer, duas formas distintas de perceber os exercícios da lembrança e do esquecimento. Ora, de um lado, Simônides: a memória, a glória, a imortalização – e a mnemotécnica como uma grande promessa contra a “ameaçadora catástrofe” do esquecimento; mas, do outro, Temístocles: o desterro, as “lembranças por tormento”, o anseio de poder não se lembrar de nada a respeito de seu passado – e o esquecimento como que um oásis, logo, a arte de esquecer como alvo (daí a sua recusa ante essa oferta, possivelmente, irrecusável para muitos de poder recordar-se sem quaisquer limitações).

Para essa dissertação, importa destacar dessa historieta que, se por um lado o esquecimento ganha uma concepção “negativa”, por outro, adquire uma dimensão “positiva”. Não em vão que, segundo Weinrich (1997/2001), o diálogo entre esses dois atenienses inspirou a (controversa e polêmica)¹² ideia de uma possível arte do esquecimento (*ars oblivionis*), assunto que não abordarei aqui. Gostaria, porém, de aproveitar o gancho para esclarecer que, em matéria de lembrar e de esquecer, na idade medieval, o esquecimento continuará a ocupar o lugar (agora, literalmente, pensando em termos metafóricos, já que a memória ganha como que uma “espacialidade” específica) de “inquietante ameaça”; ele não deixará, portanto, de assombrar o que Ricoeur (1913/2007) designa de “maravilha da recordação”.

É a exaltação do *poder* da memória exercitada o apanágio e o desígnio da tradição de *ars memoriae*. Inclusive, à memória – alvo de elogios e celebração, objeto de cuidados – será adjudicado uma característica divina: “Grande é o poder da memória!”, exclama Santo Agostinho no século IV (*apud* Ricoeur, 1913/2007, p. 77). O retórico cristão falará da lembrança guardada ou recolhida nesses extensos e ilimitados espaços¹³ da memória como algo que ainda não foi “tragado” e “enterrado” pelo esquecimento.

Como o leitor pode presumir, o reconhecimento e o reencontro da coisa buscada, daquilo que em memória se tinha guardado, significa vitória sobre o esquecimento. Isso porque as análises de Ricoeur (1913/2007) atestam que é precisamente nessa empreitada que,

¹² “Uma arte do esquecimento? Esqueça!”, diz, por exemplo, Umberto Eco quase dois milênios depois (Weinrich, 1997/2001).

¹³ Mais especificamente no Quinto Livro das *Confissões*, Agostinho conceberá a memória como um lugar onde conteúdos mnemônicos estão guardados. De acordo com Ricoeur (1913/2007, p. 109).

para Agostinho, a memória defronta-se com a presença do esquecimento – a “lembrança do esquecimento”¹⁴ – testemunhando a sua existência. Boa parte dos revezes que caracteriza o esforço de recordação, ou seja, quando que se tem de enfrentar para encontrar um objeto perdido reside, pois, na tarefa de não esquecer, o que advoga à busca da lembrança um “colorido inquietante” (Ricoeur, 1913/2007).

Essas breves considerações permitem-nos postular que nem sempre o esquecimento traduziu-se como um perigo ou apresentou-se como um “inimigo” da memória.

Os guardiões da memória

Como vimos acima, o cuidado com a memória é antiquíssimo, para ser mais precisa, tanto como a tradição épica homérica (Gagnebin, 2006/2009). Com Heródoto, segundo Gagnebin (2007), considerado o “pai da história”, notamos que tal cuidado para com a memória irá ganhando, em suas narrativas “históricas”, contornos mais específicos de uma preocupação propriamente dita com uma *construção da memória do passado*¹⁵ – de não deixá-lo cair no esquecimento.

Assim, de acordo com Gagnebin (1997), ao mesmo tempo em que resgata, ele transforma a tarefa do poeta épico¹⁶. Homero fazia uso da escrita para cantar e para fazer lembrar a glória dos heróis. Já Heródoto, que almejava salvar do esquecimento a grandeza dos gregos e dos bárbaros, quer mostrar aquilo que viu e investigou para que a memória dos acontecimentos não se oblitere; não se apague com o decorrer do tempo. É, portanto, à lembrança das obras dos homens, aos seus atos memoráveis, buscados nas palavras das testemunhas (que pode ser tanto a sua como a de outrem), que se fundamenta a sua “pesquisa”.

Mas, há que se notar que, “tornar-se senhores da memória e do esquecimento”, assevera Jacques Le Goff (1997/2003), “é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva” (p. 422).

¹⁴ [...] “é do próprio esquecimento que me lembro, tenho certeza disso, do esquecimento que sepulta nossa lembrança” (*Conf. X, XIV, 25 apud Ricoeur, 1913/2007, P. 111*).

¹⁵ Embora não negue o “tempo mítico e sagrado” que vimos nas páginas anteriores, Heródoto preocupa-se em descrever, agora, o “tempo humano”, esforçando-se para estabelecer uma cronologia deste (Gagnebin, 1997).

¹⁶ Aliás, vale lembrar, com Detienne que “as pesquisas de J. P. Vernant permitem afirmar que a memória divinizada dos gregos não visa, em absoluto, reconstruir o passado segundo uma perspectiva temporal” (Detienne, 1967/1988, p. 17).

Primeiro, o ofício do poeta. Mais tarde, a tarefa do historiador que retoma – pela “palavra rememorativa” – um passado que, do contrário, precipitar-se-ia no esquecimento e dissipar-se-ia no silêncio (Gagnebin, 1999).

Todavia, ao passo que o canto do poeta épico dá ênfase ao esplendor dos heróis, o trabalho do historiador materialista caracteriza-se como uma empreitada sem glória, não obstante primordial: a despeito do caráter messiânico de redenção e de reparação – ou melhor, justamente por isso –, trata-se de uma tarefa que passa ao largo das façanhas dos vencedores, traduzindo-se como “retomada salvadora” de um passado deixado nas laterais – aquilo que jaz às margens do discurso histórico hegemônico.

Por se referir ao agir e falar humanos, a história – lembra Gagnebin (2006/2009) que cita Paul Ricoeur – é, ao mesmo tempo, narrativa. Em oposição ao discurso nivelador da história oficial, que se apresenta como universal, serve a interesses precisos de grupos específicos e suprime as vozes e memórias dissonantes, é à memória das minorias políticas que o narrador se dedica de sorte a retomar, pelo trabalho de rememoração e exercício da palavra, as histórias lançadas no esquecimento e no silêncio, isto é: aquelas versões que a tradição dominante insiste em não recordar.

Por isso, haja vista o declínio da experiência na modernidade – (re)clama Walter Benjamin (1936/2010) – o dom narrativo, que parecia inalienável, está em vias de se extinguir. Como argumenta o filósofo alemão, a arte de narrar experiências vigorou justamente num meio estranho à técnica industrial, em que os homens dispunham ainda de tempo o bastante para se entregar ao processo de fiar ou tecer, compondo – à maneira de ofício manual – histórias e compartilhando-as com uma comunidade de ouvintes.

A arte da narrativa, cujas raízes estão nas formas artesanais de intercâmbio humano, só tem sentido caso o ouvinte se dispuser a ser um potencial narrador, acolhendo histórias como quem se inclina a recontá-las. “O narrador” – escreve Benjamin (1936/2010, p. 221) – “assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer”. Por isso, na acepção benjaminiana, o ouvinte não se traduz como mero receptor; ele incorpora à sua própria experiência a história ouvida, a qual vai se expandindo em novas interpretações e se desenvolvendo a partir de quem a conta, conservando, assim, sua força germinativa. Dessa forma, ainda que carregue sua impressão digital e seja modulada em voz própria, toda narrativa transcenderá a existência particular do narrador – em outras palavras, jamais terá origem num indivíduo isolado.

Os elementos vivos da experiência são a matéria-prima de todo narrador (Benjamin, 1936/2010). Entretanto, tais elementos, para sejam incorporadas à narrativa e elevem-se à condição de experiência comunicável, parecem reivindicar uma relação “artesã” dos homens com tempo – ou seja, qualitativa e diametralmente oposta ao ritmo acelerado e ao entrecortado tempo do trabalho no modo capitalista de produção (Gagnebin, 1999).

É pertinente observar, nesse sentido, que Benjamin (1936/2010) deixa entrever que a narração está entre aquelas atividades que estabelecem um forte vínculo com o tédio, “pássaro de sonho que choca os ovos da experiência” (p. 204). Como indica o autor, essa relação, por assim dizer, mais distendida com o tempo na experiência do trabalho – peculiar às formas antigas de trabalho manual – é condição necessária para que o narrador trabalhe a matéria-prima do vivido com a devida atenção, transformando-a numa espécie de produto “sólido, útil e único” (p. 221), capaz de comunicar a riqueza da experiência; para que o ouvinte, por sua vez, mergulhe na história ouvida de sorte a *esquecer-se de si mesmo* e, pela ação da memória, gradualmente assimilar o relato do narrador¹⁷.

A figura do narrador, segundo Benjamin (1936/2010), só é plenamente concebível caso tenhamos em vista os representantes de dois grupos arcaicos: o camponês e o marujo. Ora, por um lado, aquele que narra é, por excelência, um trabalhador sedentário, que deita raízes na própria terra e cultiva pacientemente a memória coletiva do “lugar”, colhendo os saberes do passado e transmitindo a experiência às gerações vindouras justamente por conhecer suas tradições e histórias; por outro lado, o narrador é também aquele que não se fixa ao lugar e tem muito a contar precisamente porque veio de longe, navegou por muitas terras e se expôs ao desconhecido de sorte que muitas coisas lhe sobrevieram e permitiram-lhe alargar o universo de sua experiência. Não admira, pois, que, ao vincular ao meio artesão a “aurora” do poder de intercambiar experiências, Benjamin (1936/2010) lamente que – assim como a comunidade de ouvintes – são cada vez mais raras as pessoas que desenvolvem essa potencialidade humana e política: os grandes narradores, aqueles que saberiam narrar com “destreza”, estão desaparecendo. Como observa Gagnebin (1999), a apesar de a discussão benjaminiana a propósito da narração tradicional assumir a tônica de “desencantamento do mundo”, essas mesmas análises também apontam para a emergência de “uma narração *nas ruínas da narrativa*” (Gagnebin, 2006/2009, p. 53, grifos nossos).

¹⁷ Nas palavras de Benjamin (1936/2010, p. 205): “Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido”.

É justamente essa possibilidade de uma narrar entre “os cacos” que especialmente interessa-nos. Em oposição à representação, por assim dizer, mais “triumfante”, temos, então, uma figura de um narrador cuja característica mais expressiva é o anonimato (quiza a invisibilidade política). Dessa forma, Benjamin introduz mais um guardião da memória, a saber, o narrador, aquele que “retoma o problema da memória e da transmissão, notadamente da memória histórica [...]; não tanto dos heróis, como o fazia o *epos* antigo, mas muito mais dos vencidos da história” – dos esquecidos e dos excluídos. (Gagnebin, 2014, p. 10). Assim como o catador de sucatas – esse personagem invisível das e nas metrópoles modernas – o narrador sucateiro é aquele que vaga taciturnamente pelas ruas metropolitanas para apanhar, ajuntar e registrar aquilo que o discurso histórico e a memória do *establishment* descartaram, desprezaram, lançaram fora.

Em oposição à história oficial, que trabalha com os “grandes feitos” dos vencedores a fim de reconstituir uma espécie de narrativa heroica e pretensamente universal da “continuidade histórica”, o alvo do narrador sucateiro são as histórias daqueles que foram relegados à condição de esquecimento público, aqueles que “desapareceram” socialmente, cuja existência é irrelevante do ponto de vista dos grupos sociais dominantes (Gagnebin, 2006/2009).

Se a matéria-prima do narrador sucateiro é justamente as “sobras” da história oficial, sua tarefa traduz-se, em suma, como exigência de rememoração e de transmissão daquilo que fica à margem do discurso hegemônico: “Em primeiro lugar, o sofrimento indizível [...]. Em segundo lugar, aquilo que não tem nome, aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro” (Gagnebin, 2006/2009, p. 46).

Entretanto, conforme Gagnebin (2006/2009), o “escândalo do sofrimento” não pode, evidentemente, materializar-se no desenrolar de uma narrativa tranquila, homogênea e linear. É aqui que – ao lado do dever de memória – Benjamin, influenciado pelas reflexões de Nietzsche, introduz em suas discussões uma noção positiva do esquecimento (Gagnebin, 1999). Isto porque, de acordo com Gagnebin (1999), essa exigência de memória, veementemente ressaltada pelo autor em seus escritos, não deve se converter – em hipótese alguma – numa acumulação despropositada, num excesso de memória.

Por um lado, é inegável que o esquecimento representa, nas análises historiográficas de Benjamin, a perda, podendo ser entendido como sinônimo de desaparecimento da memória

do passado, isto é, seu abandono definitivo¹⁸. Por outro lado, o filósofo também não desconsidera o caráter subversivo e renovador que o esquecimento pode assumir em determinados contextos (condição, inclusive, de um lembrar, diríamos, criador, voltado à ação transformadora). Em conformidade com Gagnebin (1999): “O esquecimento remete aqui à felicidade porque *não significa mais negligência e injustiça*” (p. 110, grifos meus). Disso podemos depreender que a recordação, portanto, não deve se converter numa espécie de imperativo – um fim em si mesmo –, sob pena de a fidelidade ao passado deslizar para infidelidade ao presente. O trabalho de rememoração, essa retomada salvadora do passado, aqui já mencionada – e que o autor enfatiza com força – não visaria a mera reprodução ou a reatividade, mas a transformação ativa do presente, movimento que se direciona ao futuro (Gagnebin, 1999; 2006/2009).

Assim, se Benjamin não ignora que as “lacunas” e os “vazios” do discurso hegemônico estão implicados com as impossibilidades da retomada do passado como ação transformadora no e do presente, ele igualmente não deixa de notar que são essas mesmas “brechas”, que materializam o esquecimento na narração, como que introduziriam uma ruptura, produzindo uma fratura exposta nessa narrativa épica, universal e niveladora construída pela história oficial, que tudo pretende abarcar: “o esquecimento incisivo introduz, assim, uma *cesura* específica no discurso da história” (Gagnebin, 1999, p. 111, grifos da autora).

Desde essa perspectiva, o esquecimento não ratificaria só uma dita falibilidade da memória, que – a revelia do narrador – impede a recordação ativa do sofrimento e impossibilita-o de materializá-lo na palavra narrada, de transformá-lo em experiências comunicáveis. Essa “exigência de memória” benjaminiana, é – diz Gagnebin (1999) – também a “exigência de trabalhar essa narração árdua, de desfazer os nós da dor na multiplicidade de palavras, de torná-la como que mais fluida para poder levá-la, diz Benjamin, no fluxo de uma narração redimida ‘*até o mar do feliz esquecimento*’” (p. 110, grifos meus).

¹⁸ De acordo com análise de Gagnebin (1982/2018), “numa situação de combate e de perigo, os dominados de hoje podem subitamente se recordar de suas lutas anteriores similares, e atualizar essa experiência (*Erfahrung*) em suas práticas. De acordo com a famosa citação do *18 Brumário*, a história acontece ‘a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa’. Benjamin retoma essa ideia de repetição da histórica, mas, ao contrário de Marx, percebe aí a tentativa de rememoração de uma experiência do passado, que de outra forma arriscaria perder-se – uma espécie de citação histórica transcrita no presente, na luta contra o esquecimento e a rotina” (p. 70).

São essas reflexões que norteiam a presente pesquisa sobre memória/esquecimento, entendendo que a psicologia social, de alguma forma, parece tomar e reafirmar uma concepção moral – sob o do “comando ético” “*não esqueçam!*” – e política de memória de que todo esquecimento deve ser tratado “como uma falha que convém reparar mediante a tentativa, altamente moral, de um memorial” (Milner, 1988/2017, p. 82).

Esquecimento: problema *de* ou problema *da* pesquisa?

“*E onde fica a população de rua nessa história toda?*”. A anedota acima traz à recordação dilemas que vivi como pesquisadora iniciante num estudo sobre memória com pessoas em situação de rua.

Refiro-me a um trabalho de iniciação científica realizado entre os anos de 2015 e 2016¹⁹, que, em poucas palavras, poderia apresentar da seguinte forma: “Em coisas da ciência praticando”, convidei 08 pessoas ao exercício da recordação especificamente a respeito de sua experiência na/com a rua. Para minha surpresa, durante as entrevistas os depoimentos – com frequência – concorreram para um ponto emblemático: mostrou-se recorrentes nos relatos expressões como “*não tem lembrança*”, “*tô com esquecimento*”, “*quero que esqueça*” e “*não dá pra lembrar*” (Pereira & Dantas, 2018).

Não tardou para que emergisse a inquietação: “*onde está a memória da experiência na/com a rua?*”. Desde então, comecei a levantar hipóteses que ajudassem a esclarecer a razão pela qual a memória da experiência na/com a rua permanecia, no mais das vezes, à margem dos relatos ou, em outras palavras: o porquê (aparentemente) esqueciam ou não-lembravam. Diante disso, a categoria esquecimento foi ganhando destaque.

“Por que o esquecimento?” Foi justamente essa inquietação que, não só atravessou decisivamente as análises no estudo supracitado, mas também me instigou (intrigou) na construção deste percurso investigativo que fui construindo no decorrer do mestrado: passei um período considerável do trabalho de campo pensando em “como” fazer com que acessassem a memória a respeito de suas trajetórias na rua. Entretanto, e embora tenha deixado cair no esquecimento, as visitas ao campo de investigação para a realização da presente pesquisa trouxeram à tona novamente os embaraços que enfrentei na iniciação científica: “*eu não quero compartilhar nada com você*” [sic].

¹⁹ Nesse estudo, discutimos os aspectos ideológicos presentes no processo de construção da memória da experiência na/ com a rua (Pereira & Dantas, 2018).

Ouvi também de uma trabalhadora do espaço de convivência que visitei aproximadamente 01 ano frases que confrontavam meu problema de pesquisa: “*vai ser difícil você achar memória aqui*” [sic]. Por falar em memória, recorrentemente em minhas conversas com Bader Sawaia, que me instigava a não perder do horizonte investigativo a complexidade dos processos da memória, propunha a seguinte pergunta orientadora: “*por que lembrar-me de algo que diminui a potência de vida?*”.

É digno de nota, ainda, que fui questionada por trabalhadores da instituição, que ofereceram o espaço para a realização das entrevistas, sobre os “riscos” que uma pesquisa sobre o tema memória poderia trazer aos sujeitos “vulneráveis”. No entanto, esse questionamento serviu para complexificar as análises e levantar outras indagações: se é legítimo perguntar a quem interessa que os sujeitos esqueçam, também não seria legítimo perguntar a quem interessa que eles lembrem? Para quê, com que finalidade? Quero dizer: O que nos cabe como psicólogos sociais? “Resgatar²⁰” (e a palavra foi, aqui, escolhida a dedo) a memória a todo custo para conscientizar?

Em face desses confrontos e das problematizações que iam emergindo quase que sem trégua, comecei a ponderar que a pesquisa que estava realizando poderia converter-se, ainda que sorrateiramente, numa espécie de como pela palavra “romper os lacres da reminiscência ou do esquecimento (Foucault, 1976/2014, p. 70)”, ou, recorrendo aos versos de Camões, como oferecer “*regra contra o esquecimento*”. Comecei, então, a interpelar-me: qual concepção de memória estava orientando o trabalho de campo e as análises realizadas desde o estudo de iniciação científica?

Ora, não foi por acaso que tomei como epígrafe do presente estudo o poema de Camões sobre Temístocles: de um lado, a pesquisadora que tem como alvo o exercício da lembrança ou que almeja que os sujeitos acionem/narrarem a memória da experiência na rua; mas, do outro, os sujeitos que – deixando de lado superinterpretações ou explicações esdrúxulas – indicam não querer ou não poder, por diferentes razões, narrar/lembram essas vivências.

Foi então que me dei conta: a questão não deveria ser colocada em termos de “*esquecem ou não esquecem*”. Como defende Lev S. Vigotski – autor cujas reflexões

²⁰ “Resgatar”: tirar da ruína; libertar-se do cativo em troca de algo; pagar dívida; libertar-se da culpa; conseguir a realização de algo com dificuldade. Conforme de tal verbete No Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa (2015). Recuperado de: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=resgatar>>. Acesso em novembro de 2018.

constituíram o eixo teórico da presente dissertação – não há como discutir os processos psicológicos da memória humana sem considerar as condições concretas de existência ou, para sintetizar num enunciado: a base da *psicologia concreta* reside em que “o decisivo não é a memória, [...] mas até que ponto o homem faz uso dessa memória, que papel ela desempenha”. (Vigotski, 1931/1999c, p. 134). Não apenas o conteúdo, mas as funções e o próprio ato de lembrar e o ato de esquecer são determinados socialmente. Entretanto, considerando que é a *pessoa*²¹, *o ser social*, – e não a memória – que lembra/esquece, perguntemos então: quem é a pessoa lembra/esquece?

Considerando o acima exposto, orientada pelo estudo da obra textual de Lev S. Vigotski e as reflexões filosóficas e políticas benjaminianas, decidi mapear e problematizar alguns dos dilemas éticos enfrentados pelos pesquisadores que se dedicam ao estudo da memória com pessoas em situação de rua.

O objetivo geral dessa dissertação foi, pois, debater os desafios envolvidos em pesquisas sobre a questão da memória com a população de rua, desde a perspectiva da psicologia social crítica. Para tanto, orientei pela teoria vigotskiana, referencial do qual faço parte Núcleo de Estudos da Dialética Exclusão/Inclusão²², e segui algumas pegadas das reflexões filosóficas e políticas benjaminianas.

Tendo em vista que se trata de uma questão bastante ampla e complexa, foram elegi alguns objetivos específicos para nortear-me nessa empreitada, quais sejam: a) analisar alguns aspectos da memória na relação com o esquecimento ou ainda a dialética memória/esquecimento (o que acontece, de fato, nessa situação concreta: (impedimento social da lembrança ou, para dizer sem rodeios, necessidade ou “vontade” de não lembrar - portanto, de não narrar?) b) situar essas reflexões na “conjuntura social” de moradia na rua, tomando como material de reflexão as transcrições das entrevistas feitas na iniciação científica, somadas a narração da experiência em trabalho de campo, agora, no mestrado. Ainda mobilizada por essas indagações, a ideia é refletir – e instigar a reflexão – sobre o papel da memória e do esquecimento na práxis psicossocial.

Será que em função das separações a que somos afeitos – como a básica oposição entre memória coletiva e individual e, a que interessa especialmente aqui, entre memória e

²¹ Agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo (Vigotski 1929/2000).

²² Grupo de pesquisa do programa de pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, coordenado pela professora Bader Sawaia.

esquecimento – não temos ficado fixos e presos à ideia de que o lembrar é sempre e necessariamente o melhor caminho a ser percorrido, esquecendo-nos das condições concretas em que se realizavam os processos da memória humana? Ou, parafraseando João Guimarães Rosa, será que não temos considerado que esquecer é quase como perder dinheiro²³, evocando reitera e constantemente o “*dever* daquele que esqueceu e *não deveria esquecer?*” (Milner, 1988/2017, p. 82, destaques meus).

²³ “Esquecer, para mim, é quase igual a perder dinheiro”. (p. 423). João Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001).

CAPÍTULO UM – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Como já foi dito, o autor de referência das análises realizadas nesse trabalho, é Vigotski, psicólogo e pesquisador russo que traz uma concepção importante acerca da memória e, como uma leitura cuidadosa possibilitou-me perceber, ainda que nas entrelinhas, de esquecimento.

A despeito de a memória constituir-se em objeto de estudo vigotskiano²⁴ e de haver escritos que abordam direta e especificamente a temática (e.g. Vigotski, 1926/2010; 1931/1999a; 1932a/2014; 1932b/2013), Lev Vigotski não se dedicou exclusivamente a explorar essa questão ao longo de sua trajetória acadêmica e intelectual. Como outras importantes categorias teóricas para a análise do fenômeno psicológico, “memória” encontra-se dispersa por toda a sua obra textual. Entretanto, os trabalhos que consultei durante a elaboração da presente dissertação revelam que a preocupação com os processos mnemônicos²⁵ está presente tanto de maneira mais explícita quanto nas entrelinhas de suas teses e construções teóricas, articulando-se a outros conceitos e assumindo os contornos das preocupações e dos questionamentos que atravessam a sua produção científica²⁶.

Também é necessário destacar que a obra do autor bielorrusso “representa um sistema de pensamento, com múltiplos detalhes e desdobramentos difíceis de serem apreciados sem que se acompanhem seus diferentes momentos e contextos” (González Rey, 2013, p. 5), não devendo, pois, ser abordada como um grande bloco homogêneo, sem especificidades (do contrário, perdemos de vista o movimento, a totalidade e a complexidade de suas análises teóricas)²⁷.

Dessa forma, dada a complexidade e a “pulverização” de suas reflexões teóricas sobre a questão da memória, pulverização esta que não representa descuido ou falta de rigor, mas

²⁴ De acordo com Sandro Almeida (2008), as investigações vigotskianas acerca dos processos da memória referem-se principalmente ao período em que Vigotski integrou o corpo acadêmico do Instituto de Psicologia de Moscou, lugar onde trabalhou com A. R. Leontiev e A. N. Luria. Os estudos sobre essa questão foram, pois, desenvolvidos coletivamente, sobretudo junto com Leontiev, Luria e Zankov.

²⁵ Durante a elaboração da presente dissertação, dediquei-me principalmente ao estudo de títulos das *Obras Escolhidas*. É pertinente destacar que, considerando as deturpações e censuras que a obra de Vigotski sofreu e os cortes e condensações por que passou nos processos de tradução (Prestes, 2010), consultei, sempre que possível, os textos que foram traduzidos direto do russo, tanto para o espanhol quanto para o português.

²⁶ Em brevíssimas palavras: a dialética, método de análise por ele adotado, o qual rompe dicotomias e posiciona a memória inserida na totalidade do psiquismo humano, bem como em sua relação com o social.

²⁷ A esse respeito, é possível consultar, por exemplo, estudos de Veresov, 1999 e Wrasse, 2017.

integra, entre outros importantes aspectos, uma concepção epistemológica segundo a qual não é possível compreender a memória isoladamente, mas nas relações com todas as funções psicológicas superiores.

O tema da memória já era alvo de discussão de Vigotski nos anos que compreendem as suas atividades acadêmicas na cidade de Gomel (1917-1924)²⁸. Conquanto não sem objeções e ressalvas, trata-se do período em que a produção intelectual do pesquisador soviético sofre influência da escola reflexológica, com destaque para a teoria dos reflexos condicionados de Pavlov, da abordagem reactológica e, também, da psicanálise de Freud (Almeida, 2008).

Os escritos de Vigotski produzidos nesse ínterim carregam uma clara preocupação com o problema da educação. Há que se notar, porém, que sua implicação com o processo educativo não é fruto de uma motivação exclusivamente pessoal. Muito pelo contrário, os trabalhos do autor refletem as exigências e os desafios por que passava a sociedade russa e que o processo educativo incorporava naquele momento histórico. Com o processo de consolidação de uma nova organização social pós-revolução socialista, a educação – até então, um privilégio – transformou-se em prioridade para o governo russo. Pensando num cientista revolucionário, não admira que a educação converta-se numa de suas preocupações teórico-práticas.

Contribuições teóricas ao estudo da memória e do esquecimento na obra de Vigotski

Isso fica bastante evidente, por exemplo, em *Psicologia Pedagógica*, trabalho em que as discussões do autor – e as análises sobre a memória não foram exceção – recaem sobre a educação como “refundição do homem” e o problema da “vida como criação” (Vigotski 1026/2010, p. 457-8). Ora, como me parece, não por acaso que, nessa conjuntura, Vigotski (1926/2010) toma a mnemônica, também denominada por ele de “educação da memória”, como objeto de reflexão. Em breves palavras: o desenvolvimento, no processo de ensino-

²⁸ Como propõe Nikolai Veresov (1999, p. 69 e 70), trata-se do “período reflexológico” do pensamento de Lev Vigotski. Nessa época, o jovem dedicou-se notadamente a psicologia pedagógica. Segundo Zoia Prestes (2010), além de lecionar disciplinas como psicologia e literatura, Vigotski organiza o gabinete de psicologia na Escola Técnica de Pedagogia e sistematiza um livro direcionado a educadores, *Psicologia pedagógica*, que foi publicado no ano de 1926.

aprendizagem, das potencialidades da memorização assim como certo domínio e orientação dessa atividade a fim de “elaborar-se no homem a memória especial” (p. 191).

No entanto, só conseguiremos ter mais clareza do papel e da relevância das discussões sobre o fenômeno mnemônico se nos atentarmos que, nesse período de sua produção intelectual, o autor entende por memória a capacidade para acúmulo, para conservação e a possibilidade de modificação dos vestígios deixados pelas excitações experimentadas, bem como predisposição para repetir tais alterações no futuro: “‘Nada passa’ – escreve ele citando os dizeres de Tchekóv – ‘cada ínfimo ato nosso tem o seu significado para o futuro’” (p. 367, grifos nossos).

Na ocasião, o jovem pesquisador prossegue argumentando que todos os estímulos que chegam ao sistema nervoso conservam-se de alguma forma e sendo passíveis, ao mínimo impulso ou ao “menor sopro”, de reproduzirem-se. Grosso modo, nada desapareceria sem deixar rastros. Não em vão – notemos – Vigotski (1926/2010) estabelecerá um estreito vínculo entre a memória e o inconsciente, ou seja, aqueles aspectos do comportamento determinados fora do limiar da consciência, mas que – não obstante – influenciam nossos atos.

Na qualidade de “processo *criador* de elaboração das reações percebidas” (Vigotski, 1926/2010, p. 195), a memória nutre todas as esferas do psiquismo humano. Dessa forma, a possibilidade de operarmos com os vestígios das experiências antecedentes – argumenta Vigotski (1926/2010) – é extremamente relevante em termos psicológicos, já que facilita o surgimento de novas reações e formas flexíveis de comportamento:

Como o capital, a memória significa certo volume de bens acumulados, criados não para consumo imediato mas para uma produção posterior. Noutros termos, a memória significa emprego e participação da experiência anterior no comportamento presente (Vigotski, 1926/2010, p. 198).

Não façamos, contudo, interpretações apressadas: “acúmulo” não deve ser tomado como sinônimo de “abarroamento”, traduzindo-se a memória como uma espécie de armazém ou “celeiro” do sistema nervoso. Como me parece, Vigotski (1926/2010) não discute a

questão meramente em termos quantitativos²⁹; tampouco propõe que a memória deva converter-se, no e por meio do processo pedagógico, num “monumento” e nem mesmo ocupar, por assim dizer, um lugar de “soberania” no comportamento humano. Em uma citação à primeira vista sem quaisquer conotações secundárias (e que, aliás, pode facilmente passar despercebida), afirma o jovem pesquisador: “deve-se memorizar para a *vida* e para os exames finais” (Vigotski 1926/2010, p. 197, grifos meus). Não obstante, para compreender o pensamento vigotskiano, é necessário estarmos atentos ao contexto e às entrelinhas.

Em *Psicologia Pedagógica* – reitero, obra que traz marcas da conjuntura revolucionária em que Vigotski produziu – o vocábulo “vida” adquire um sentido particular: “um sistema de criação, de permanente tensão e superação, de constante criação e novas formas de comportamento” (p. 462, grifos nossos). A meu ver, é, aqui, que o autor entra propriamente no debate sobre o esquecimento. É digno de nota que – embora de maneira circunscrita – essa questão desponta em suas análises a propósito da memória (diga-se de passagem, uma das raras vezes que consegui localizar referência mais explícita a esse respeito)³⁰:

o esquecimento [...] é um fator biológico e psicologicamente útil em alto grau, uma vez que é precisamente graças a isso que surgem as formas de comportamento extremamente flexíveis e

²⁹ “[...] a memória varia em termos de volume, ou seja, de quantidade das reações reforçadas [...] Lembramos que, em termos psicológicos, memória significa uma relação estabelecida entre uma reação e outra. Quanto maior é o número de associações de que dispomos, tanto mais fácil se estabelece uma nova associação e, conseqüentemente, eleva-se a qualidade da nossa memória especial” (Vigotski, 1926/2010, p. 190-191).

³⁰ Cabe dizer que, em sua dissertação de mestrado a propósito do tema da memória na obra Vigotski, Sandro Almeida (2004) argumenta que “o autor russo centrou suas discussões nos processos de armazenamento e reprodução (evocação) das informações e não no esquecimento de conteúdos memorizados, como fizeram outros autores em sua época” (p. 59 e 60). Como defende Almeida (2004), o pensador soviético não retomou a questão do esquecimento em trabalhos posteriores. Em *Psicologia Pedagógica*, por exemplo, segundo o pesquisador brasileiro, Vigotski centrou-se nos processos da memória, alegando, que não é o fenômeno do esquecimento – diga-se de passagem, um fenômeno mnemônico – que precisa ser elucidado. As conclusões de Almeida (2004) baseiam-se principalmente em uma citação de Pavel Blonsky, professor e colega de Vigotski, qual seja: “[...] tudo o que existe no tempo é transitório e não há nada eterno sob o sol. Assim não é o esquecimento, mas sim a lembrança que deve ser explicada” (p. 60, grifos nossos). Entretanto, em breve consulta ao índice remissivo das *Obras Escolhidas* recorrendo, no espanhol, aos vocábulos “olvido” e “amnésia” encontrei textos mais maduros em que menciona ou discorre, ainda que de maneira “tímida”, sobre o problema do esquecimento (por exemplo, *Dinámica y estructura de la personalidad del adolescente* e *El problema de la conciencia*, de 1931-32). A meu ver, isso pode indicar que Vigotski não “abandonou” a questão do esquecimento por considerá-la irrelevante do ponto de vista científico, mas por ter um amplo leque de temáticas e de problemas como alvo de estudo (isso sem mencionarmos, evidentemente, sua morte precoce, em 1934).

variáveis. A habilidade para esquecer o desnecessário, para descartar o excedente, estabelecer vínculos depois que esses elementos já fizeram seu trabalho é tão necessária quanto o estabelecimento de novos vínculos; costuma-se citar a máxima de Temístocles que, respondendo à proposta de aprender a memorizar, disse: “É melhor me ensinar a esquecer” (Vigotski, 1924/2010, p. 195).

Nessa direção, uma leitura atenta ao seu texto possibilitou-me encontrar algumas pistas sobre tal questão, como a anedota de Temístocles (que, a meu ver, não foi incorporada ao texto de Vigotski por acaso. Ao contrário, é possível considerá-la importante indício sobre a forma como ele pensava o problema da memória e do esquecimento naquele período. Como vimos na apresentação desse trabalho, ao buscar informações na obra do linguista alemão Weinrich (1997/2001), *Lete: arte e crítica do esquecimento*, tomei conhecimento de que a máxima citada pelo russo refere-se à arte de esquecer (*ars oblivionis*). Ora, o núcleo duro dessa historieta é precisamente a objeção ou recusa de Temístocles à “arte da memória”, uma façanha que até mesmo o esquecimento poderia sobrepujar, combater, vencer; façanha esta mediante a qual seria possível memorizar e recordar-se de tudo.

Mas por qual razão Vigotski incorporaria uma anedota que versa sobre a arte de esquecer se a memorização ou “educação da memória” parece ser um grande alvo de preocupação na ocasião? A resposta a essa interrogação encontramos-la em seu próprio texto:

[...] o esquecimento nem sempre é um mal mas às vezes um bem, e cabe ao tato psicológico encontrar os limites em que a memorização e o esquecimento, como duas formas que são opostas mas que colaboram entre si, operam em conjunto e coordenadas (Vigotski, 1924/2010, p. 196)

Do excerto acima, é possível apreender mais uma pista sobre como o autor trabalharia as questões da memória e do esquecimento. Primeiro, é cabe observar que os termos “memorização” e “memória” não me parecem são tratados como sinônimos, vocábulos empregados indiscriminadamente em suas análises psicológicas. Ao contrário, ele parece considerar a atividade de memorização como uma operação psicológica própria da memória, ao lado da “lembrança” (p. 200 e 201) – e, podemos pensar também, do esquecimento. É possível postular que “memória” e “esquecimento” não são tratados pelo pesquisador soviético como fenômenos psicológicos que possuem existência própria e que, em algum momento, encontram-se. Em outras palavras, pode-se dizer que o esquecimento não é um fenômeno externo à memória. Corroborando com essa tese, cabe notar ainda que Luria

(1981), um dos grandes pesquisadores que investigou junto com Vigotski³¹ tal problema psicológico concreto: “*O problema do esquecimento está intimamente ligado ao da recordação*” (p. 249, destaques meus).

Aliás, diga-se de passagem, Em *A mente e a memória*, Luria deixa entrever que Vigotski estava acompanhando o clássico e famoso caso do mnemonista S., que tinha uma vasta memória, ou seja, caracterizada por uma não-seletividade: “No final dos anos 20, quando começamos a trabalhar com S. – diz Luria (1968/2006) – *Vigotski forneceu-lhe uma série de palavras para recordar*” (p. 50, destaque meu). Para S., “um homem cuja memória parecia inesgotável” (p. 29), o grande problema era – notem bem – como aprender a dita “arte de esquecer”.

Das considerações acima expostas, é possível inferir também que o esquecimento é fundamental para o controle da conduta: se é verdade que a memorização facilita o surgimento de novas formas de comportamento, como reitera diversas vezes Vigotski (1924/2010), também é verdade que uma memória que “nada esqueceria” representaria, em alguma instância, um impedimento à orientação do fluxo de nossos próprios processos psicológicos e, por conseguinte o domínio das formas complexas de conduta. O referido pesquisador que, já nessa ocasião, concebe a memória como uma forma superior de comportamento – tipicamente humana – afirma, portanto, que “*a regra básica da pedagogia exige que a coloquemos a serviço do comportamento no conjunto [...] tudo o que a memória não utiliza é peso morto*”.

Diante do acima exposto, é possível dizer que, já no citado período de sua produção teórica, encontramos indícios do modo como Vigotski, dedicando-se à elaboração e consolidação de uma psicologia concreta – em seus termos, “psicologia dialética³²” – que colabore com a práxis revolucionária no processo de construção de uma nova sociedade, discute a questão da memória em obras posteriores, contexto em que elaborou as teses básicas de sua teoria sócio-histórica do psiquismo humano e desenvolveu estudos sobre o processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores ou culturais, sempre tendo como referência a história social humana (Vygotski, 1931/1991b).

³¹ Ver nota de rodapé 25.

³² Para mais informações, confira Vigotski, L. S. (1927/1999d). O significado histórico da crise da psicologia. In: Vigotski, L. S. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

Interessa particularmente a essa pesquisa que, ao anunciar a tese de que as funções psicológicas especialmente humanas são um “acontecimento social” (Pino, 2000), o autor bielorrusso não apenas subverte o pensamento psicológico tradicional, contrapondo-se, de um lado, às explicações biológico-naturais e, de outro lado, às interpretações idealistas a propósito da memória.

O investigador soviético deixa uma grande contribuição ao introduzir uma concepção de desenvolvimento psicológico³³ com essa teoria, segundo a qual, pela mediação cultural, as funções elementares ou biológicas se transformam paulatinamente no que ele designou de funções psicológicas superiores (FPS). Essa transformação radical é dupla: filogenética (história da espécie humana) e ontogenética (história pessoal de cada sujeito) (Pino, 2000). De acordo com Angel Pino (2005):

[...] a leitura das obras de Vigotski mostra que uma das suas maiores preocupações ao longo dos seus escritos é mostrar que entre o plano das funções elementares ou biológicas – plano da natureza – e o das funções superiores – plano da cultura – existe, ao mesmo tempo, ruptura e continuidade. Ruptura pela ação transformadora que o *signo* (sistemas simbólicos) exerce sobre as funções naturais que passam a operar sob as leis da história. Continuidade porque as funções superiores (culturais) pressupõem, necessariamente, uma base natural, biológica, que as torne possíveis e concretas [...]. A cultura transforma o dado natural, não o cria, entendendo o verbo transformar no seu sentido etimológico, de conferir uma “forma” nova (Pino, 2005, p. 89, destaques do autor).

Em termos de ontogenéticos, assim como a atenção e a percepção, os processos básicos da memória – que, até então, se caracterizavam pelo imediatismo – são convertidos em processos complexos, especificamente humanos (Vigotski, 1930/1999c), ou, nos termos de Luria (1979b) em processos “sociais por origem e mediatos por estrutura” (p. 96).

Em conformidade com essa tese, grosso modo, tudo o que, hoje, é um processo intrapsicológico foi outrora um “processo psicológico mútuo” (1930/1999b, p. 131) – externo e social. É ao longo do desenvolvimento cultural da criança que as relações reais *entre* as pessoas são – por meio de processos de caráter semiótico – transferidas para dentro e convertidas em funções individuais, *da* pessoa (Pino, 1993, 2000).

No entanto, isso só foi possível com a transição da história natural para a história da humanidade, a emergência da linguagem no processo social do trabalho penetrou todas as

³³ Sobre esse tema, ver especialmente Pino, 2000, op. cit.

esferas da vida da consciência do humano e reestruturou semioticamente seu psiquismo (Luria, 1979b)³⁴.

Ainda sobre a relação entre o desenvolvimento histórico da memória e a filogênese, cabe dizer que passamos *da voz passiva* para a *voz ativa*: ao passo que em sua forma mais elementar alguma coisa é *lembrada*, com a complexificação dos processos mnemônicos e a tomada de consciência das próprias operações psicológicas, os seres humanos passaram a *lembrar* de alguma coisa (Vigotski, 2008).

Surgida da necessidade de comunicação entre os homens, a linguagem³⁵ propiciou também a emergência da atividade produtiva de base criadora, possibilitando-nos assumir o curso de nosso próprio processo evolutivo – ao transformar a natureza, transformamo-nos a nós mesmos (Pino, 2006). Por essa razão, podemos dizer que o homem é dotado da capacidade de construir sua própria história (parafraçando Marx, não como ele arbitrariamente decide, mas em determinadas condições concretas). O homem, dotado do poder de criação, não é somente um “agente da passiva”, mas um *sujeito ativo* que constrói a própria história e, dessa forma, é dotado da potencialidade humana e política de “fazer memória”.

Se inicialmente falamos de um meio de influência sobre os outros, o signo se transforma em um meio de influência sobre si mesmo, um meio de conduta da personalidade/identidade (Vigotski, 1931/1995). Os signos³⁶, sobretudo o linguístico, permitem o controle volitivo dos processos psicológicos. Quando, por exemplo, tratamos da atividade evocadora da memória, podemos nos voltar arbitrariamente para o passado, orientar-nos teologicamente o pensamento e planejar a ação (Luria, 1979b).

³⁴ Com as mudanças introduzidas pelos sistemas sígnicos, as funções elementares ou biológicas se reestruturam e os vínculos entre eles se reorganiza, modificando-se também a estrutura psicológica dos processos da memória humana. A função volitiva da palavra, diz Vigotski citando a Janet, consiste em ser sempre uma ordem: primeiro, de uma pessoa para mim; depois minha sobre outra pessoa e sobre mim mesmo. Nas palavras do autor: “tras el poder de la palabra sobre las funciones psíquicas se alza el poder real del jefe sobre el subordinado; desde el ángulo genético, la relación de las funciones psíquicas debe incluirse en las relaciones reales entre los hombres” (Vigotski, 1931/1995, p. 159).

³⁵ O surgimento da linguagem no processo social do trabalho propiciou aos seres humanos a capacidade de libertarem-se da fisicidade (conquistarem a capacidade de abstração e generalização) e emanciparem-se das influências imediatas do meio, fazendo com que seu comportamento não dependesse mais da percepção imediata e possibilitando ao homem duplicar a realidade em sua consciência (Luria, 1979a). A linguagem, como uma produção humana, é, pois, condição *sine qua non* da atividade consciente do homem (Vigotski, 1934/2009).

³⁶ “Vale reforçar: [...] sem esse signo o cérebro e suas conexões iniciais não poderiam se transformar nas complexas relações, o que ocorre graças à linguagem” (Vigotski, 1931/1999c, p.114).

De acordo com A. N. Luria (1979a), o surgimento da linguagem na passagem no processo social do trabalho possibilitou a espécie humana não só ampliar significativamente o volume de conteúdos gravados na memória como também pôr fins especiais à atividade mnemônica, a qual se converteu em uma atividade consciente e adquiriu uma complexa estrutura.

Se com a capacidade de abstração e generalização o homem se viu em condições de “alargar” de modo considerável o volume de informações retidas na memória, como me parece, isto não significa afirmar que tenha passado a “lembrar mais” ou a “esquecer menos” (como se desenvolvimento psicológico fosse um incremento puramente quantitativo da função). Como assevera Vigotski (2017):

Existe a memória no bebê, ela trabalha intensamente, mas ele não lembra, ele não conserva nenhuma recordação dessa idade. Esse é um dos fundamentos que mostram que a memória do bebê não se diferencia da nossa por ser mais fraca ou por ele memorizar mais devagar, por se lembrar de um espaço de tempo mais curto, por poder memorizar uma quantidade menor de coisas. No bebê, a memória, antes de tudo, se diferencia principalmente por ter outra relação com a consciência como um todo; ela não é diferenciada, não está separada da atividade da consciência como um todo (Vigotski, 2017, p. 96 e 97)

Nessa direção, outra questão importante a ser assinalada é, no processo de desenvolvimento intelectual, na fase transitória, ocorre o que Vigotski (1934/2009) designou de tomada de consciência e a arbitrariedade: “Como em um tabuleiro de xadrez: vejo diferente, jogo diferente. Ao generalizar meu próprio processo de atividade, ganho a possibilidade de outra relação com ele. [...] Tenho consciência de que me lembro, isto é, faço da minha própria lembrança um objeto de consciência”. (Vigotski, 1934/2009, p. 289).

Não obstante, afirmar que temos controle volitivo de nossos processos psicológicos não representa o “livre-arbítrio da vontade”³⁷. Segundo Espinosa – pensador favorito de Vigotski³⁸ – “não está sob o livre poder da mente lembrar ou esquecer alguma coisa” (Spinoza, *Ética*, Parte III, prop. 2, esc). O filósofo nos possibilita pensar que a tensão – melhor dizendo, drama – entre lembrar e esquecer se realiza *em consonância com a ordem das afecções do corpo*, ou seja, não é independente dos encontros entre os indivíduos

³⁷ A explicação exclusivamente teológica das funções psicológicas superiores implicaria em afirmar também que um objetivo tenha por si mesmo como que uma “força mágica” – autônoma – de determinar e regular o fluxo de uma atividade voltada para um fim: “a consciência da vontade que proporciona a *ilusão* de dois aspectos: pensei em fazê-lo e o fiz”³⁷ (Vigotski, 1925/1999b, p. 80, destaque meu).

³⁸ Delari Junior (2013), que cita Leontiev, afirma que Espinosa foi ao longo de toda a vida Vigotski seu pensador preferido.

concretos, das suas experiências concretas na sua relação com os outros homens e com o mundo. Aliás, não em vão que o pesquisador soviético recorre precisamente à filosofia de Espinosa para afirmar que é justamente a memória que corrobora que nosso espírito não é livre.

Diante do exposto, podemos concluir que o *drama*³⁹ do lembrar e do esquecer – característico dos processos psicológicos da memória – invariavelmente dependerá das condições concretas em que isso ocorre. Por isso, quando falamos de memória na acepção *humana* do termo, estamos referindo-nos a funções e processos psicológicos que se originam nas formas históricas de vida coletiva e se constituem – ininterruptamente – nos encontros entre os indivíduos concretos, sem que, com isso, deixe de ser “obra da pessoa singular” (Pino, 2000, p. 51). Não deve fora de nosso campo de percepção, portanto, que o fato de os processos mnemônicos favorecerem – ou não – a expansão do ser humano e a potência de ação tem estrita relação com a qualidade da existência dos sujeitos reais, que é sempre determinada material e relacionalmente (Sawaia, 2009).

Breves considerações sobre a metodologia de análise dos processos psicológicos

Em um de seus últimos trabalhos, Vigotski – já tendo analisado os dilemas de natureza metodológica por que passavam a psicologia no início do século XX e defendido a proposição de uma Psicologia Geral, ou psicologia dialética, para a superação dessa crise⁴⁰ – dirige uma crítica ao método de análise que dominava a ciência psicológica na época. Escreve ele: “*O estudo de quaisquer formações psicológicas pressupõe necessariamente uma análise. Mas esta pode assumir duas formas basicamente distintas, uma das quais, a nosso ver, responde por todos os fracassos sofridos pelos pesquisadores [...]*” (Vigotski, 1934/2009, p. 5, grifos nossos).

De acordo com o autor, o fato de a consciência ser um todo único e de as funções psicológicas singulares atuarem em conexão não é, propriamente, uma novidade. De modo geral, a psicologia considerou a interdependência entre elas e reconhecia que, nessa vinculação, realiza-se a unidade da consciência. Entretanto, partindo do postulado de que os nexos e relações interfuncionais são estáticos, invariáveis – dados de uma vez por todas –

³⁹ “O drama realmente está repleto de luta interna impossível nos sistemas orgânicos [...]. O drama sempre é a luta de *tais ligações* (dever e sentimento; paixão, etc). Senão, não pode ser drama, isto é, choque dos sistemas” (Vigotski 1929/2000, p. 35).

⁴⁰ A esse respeito, confira Vigotski (1927/1999d). *O significado histórico da crise da psicologia*.

presumia-se, equivocadamente, que a memorização está sempre (e da mesma forma) ligada à percepção, a atenção à percepção e assim por diante. Disso decorreu a hipótese de que é possível – sem quaisquer prejuízos – estudar essas modalidades particulares de atividade da consciência colocando entre parênteses (quando não desprezando totalmente) os vínculos entre elas no processo de análise.

Em suma, recorrendo à “análise atomística”, a psicologia tomou as funções particulares como processos isolados, como se fossem elementos independentes e separados da consciência; ignorou o eixo fundamental de todo o processo de desenvolvimento psicológico, qual seja: a emergência de uma correlação entre as funções singulares. Daí a conclusão inevitável de que o desenvolvimento de cada função particular (por exemplo, a memória) decorre, antes de qualquer coisa, de mudanças *intrafuncionais* e não dos vínculos *interfuncionais*. Dessa forma, o desenvolvimento da consciência, que é um processo integral, traduziu-se como uma soma de mudanças particulares, um incremento meramente quantitativo. Em outras palavras e grosso modo, o destino do todo passou a depender das partes – e não o contrário (Vigotski, 1934/2009).

Para efeito de esclarecimento, cabe lembrar que, no processo de desenvolvimento psicológico, a memória é – inicialmente e até certo ponto – uma continuação da percepção, ou seja, estabelece com essa função básica um vínculo imediato (Luria, 1979b). Todavia, no curso do desenvolvimento cultural da criança, ocorre uma mudança nos nexos das funções psicológicas particulares entre si e a memória “contrai matrimônio” com o pensamento, levando a uma nova síntese e a emergência dos processos mnemônicos complexos e mediados: “Referimo-nos à reestruturação das funções naturais, a sua substituição e ao aparecimento de uma complicada fusão do pensamento com a memória, que recebeu a denominação de memória lógica” (Vigotski, 1930/1999c, p. 111 e 122).

Assim, não seria exagero afirmar que, em última instância, ao estudarmos a memória isolando-a do sistema de relações interfuncionais, perdemos de vista as propriedades distintivas da memória mediada ou complexa, isto é, os traços essenciais que a diferenciam da memória elementar ou natural. Ora, na história dramática de seu desenvolvimento, a memória passa por profundas transformações não apenas em sua estrutura, mas principalmente na sua relação com outros processos psíquicos (Luria, 1979b). Embora unidade não seja de modo algum sinônimo de identidade (grosso modo, nem a memória deixar de ser memória nem o pensamento de ser pensamento) é justamente essa síntese entre o pensamento e a memória

que outorgam à memória elementar as especificidades de uma memória complexa, também denominada de memória lógica.

Em oposição à *decomposição* das totalidades psicológicas complexas em elementos isolados, Vigotski (1934/2009) propõe que uma análise – na verdadeira acepção do termo – deve *desmembrar* – e não fragmentar – a unidade complexa em unidades vivas e indecomponíveis, as quais não perdem as propriedades concretas inerentes ao todo, permitindo, ainda, captar, apreender o movimento e a dinamicidade do processo estudado.

Da análise psicológica dos enunciados: categorias gramaticais e categorias psicológicas

A memória é o fundamento da narrativa. A arte de narrar, que se inscreve na esfera do discurso vivo, é uma prática social que exerce um papel de primeira importância no intercâmbio da experiência humana e no processo de socialização da memória. Se com Benjamin (1936/2010) lembramos que a narrativa é uma “forma artesanal de comunicação” (p. 2010), com Vigotski (1934/2009) enfatizamos que se trata de um meio de comunicação que – por ser especificamente *humano* – é mediatizado pela *linguagem*. Para fins do trabalho analítico, consideraremos, aqui, a narrativa como uma modalidade de *linguagem oral ou falada* e uma *forma dialógica de discurso*.

Conforme Vigotski (1934/2009), dentre os principais traços distintivos do discurso falado destacam-se a simplicidade composicional, certa tendência para a predicatividade ou abreviação e participação do aspecto sensorial da fala. Diametralmente oposto é o discurso escrito,⁴¹ uma forma de produção discursiva superior, ou seja, sintaticamente mais complexa e desenvolvida ao máximo, mais pensada do que pronunciada, e que – justamente pela divisão dos interlocutores ou ausência do destinatário – não pressupõe a emissão imediata de um enunciado, possui um fluxo diverso do discurso falado e exige bem mais palavras para que possa transmitir o contexto psicológico ou o conteúdo interno do discurso para torná-lo compreensível para todos.

Ao passo que o discurso escrito se trata basicamente de uma linguagem-monólogo – ou seja, é antes de tudo uma espécie de conversa que o falante trava consigo mesmo –, a

⁴¹ Vale dizer que o discurso escrito não deve ser entendido como mera tradução da linguagem oral para signos escritos; ao contrário, exige um alto grau de abstração em relação ao mundo material (Vigotski, 1934/2009).

linguagem oral é amiúde dialógica e reivindica a presença do destinatário. Por isso, se na linguagem escrita o interlocutor é imaginário ou representado, a situação dialógica da linguagem falada favorece a produção de um discurso mais vivo e espontâneo, que é construído por replicas e cujo fluxo dos enunciados emitidos se dá na ordem da ação volitiva simples, características que propiciam as repetições e as elisões, as omissões e os subentendidos, em suma, “a compreensão a meias palavras, aquela comunicação através de insinuações” (Vigotski, 1934/2009, p. 454) – sobretudo se houver uma intimidade entre os interlocutores ou quando o espaço por eles compartilhado e o conhecimento comum do assunto proporcionar como que uma “proximidade psicológica” entre os falantes. Aqui, podemos dizer que, de certa maneira, a compreensão se produz mais à custa da percepção visual e acústica do que propriamente da quantidade de palavras empenhadas: os gestos e a mímica, assim como os olhares lançados e o aspecto expressivo e entonacional da fala humana – em suas ênfases e sutilezas – intervêm decisivamente, marcando a intencionalidade do falante e favorecendo a apreensão ligeiramente diferenciada do *significado das palavras*.

De acordo com Vigotski (1934/2009), a palavra – unidade principal de análise desse estudo – é uma unidade viva de *significado e som*. Como parte indissociável, inalienável da palavra, o significado é a condição sem a qual ela deixaria de pertencer ao campo dos signos linguísticos para reduzir-se a mera condição de som vazio, traduzindo-se como ruídos incognoscíveis. Pautando-se em Paulham, o autor bielorrusso estabelece uma diferença entre significado e sentido da palavra. De modo geral, ao passo que o significado corresponde a uma zona mais estável e uniforme, o sentido é fenômeno bem mais complexo, rico e vivo – extremamente mutável – podendo, inclusive, existir “sentido sem a palavra”. Os sentidos mudam as palavras. Assim como as palavras podem apresentar discrepâncias ou destoar do sentido nelas expresso, pode haver independência do sentido em face da palavra: “o sentido de uma palavra e a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência (p. 465)”.

Se na linguagem exterior ou falada o significado sobressai-se em relação ao sentido da palavra, na linguagem interior o sentido da palavra prevalece de sorte a concentrar-se como uma espécie de *coágulo*. Por isso, para entender um discurso nunca é necessário compreender apenas algumas palavras. É possível dizer que a apreensão dos sentidos exige que nos atentemos ao *subtexto* dos enunciados, que, como propõe Vigotski (1934/2009), corresponderia à intencionalidade, às motivações vivas, aos afetos e às emoções que existem

por trás do ato de pensamento discursivo dos interlocutores – em suma, a causa afetivo-volitiva, o “último porquê” do processo analítico.

Nessa “tentativa de recriar o subtexto de cada réplica do drama, isto é, revelar *cada pensamento e cada desejo que estão por trás da enunciação*” (Vigotski, 1934/2009, p. 477, grifos nossos), além da entonação e dos gestos, aspectos já assinalados por Vigotski (1934/2009), a hipótese que aqui levanto é a de que essa tendência afetivo-volitiva de um enunciado discursivo, do narrado-lembrado pelos sujeitos, também se revela por trás das *categorias gramaticais*, como é o caso dos *pronomes pessoais* no discurso vivo dos memorialistas. Como já disse na apresentação, durante as entrevistas realizadas no trabalho de iniciação científica, surpreendeu-me que as pessoas com as quais conversei não traziam à tona a memória da experiência na rua nos depoimentos; quando o faziam, saltou-me aos olhos que a narração assumia, com frequência, a terceira pessoa do singular e/ou plural. O pronome “ele (s)” entrava em ação como um recurso por meio do qual os memorialistas pareciam assinalar outrem como “sujeito da lembrança” – o (s) morador (es) de rua.

Embora não tenha me detido nessa questão nas análises, observei que a “terceira pessoa” *não exercia nos enunciados meramente a função sintática de sujeito*: parecia assumir e cumprir uma espécie de “função de distanciamento” (Pollak, 1992) em relação à memória da experiência de realização. Na construção da narrativa sobre a trajetória na rua, o uso de pronomes que levam os “verbos de memória” para a 3ª pessoa não era fortuito ou aleatório do ponto de vista psicossocial.

Corroborando o acima narrado, em estudo sobre história de vida de mulheres sobreviventes de Auschwitz, chamou a atenção de Michael Pollak (1992) que o predomínio de determinados pronomes guardava forte relação com a transmissibilidade do horror vivido. O sociológico vienense constatou que o ato de contar o sofrimento “vivido na carne” atribuindo-a outrem – ou seja, a “terceira pessoa” – traduzia-se como uma “transposição necessária” (Pollak, 1992), uma via mediante a qual a memória do sofrimento pôde ser acionada e materializar-se em palavras, e, de alguma forma, comunicada e transmitida.

É pertinente observar que – em análise a propósito do problema da memória e da identidade social em “situações-limites” – Pollak (1992) percebeu, ainda, que predomínio da “terceira pessoa” nos depoimentos de minorias políticas que enfrentam processos de desumanização assinalavam sentimentos de impotência ante um destino incontrollável e

inevitável: “Quando as pessoas perdem o controle da situação e se tornam seres inumanos, entra a terceira pessoa [...]” (p. 214).

Não é minha proposta fazer generalizações simplistas, como se o emprego da “terceira pessoa” em um discurso invariavelmente traduzisse, por exemplo, a impossibilidade de materializar a memória do sofrimento em palavras. Todavia, as considerações acima apresentadas indicam que o uso de determinados pronomes pessoais no discursivo vivo dos sujeitos (sobretudo quando se trata de minorias políticas, grupos sociais que enfrentam processos de desumanização, a invisibilidade pública e o silenciamento) merece atenção, não devendo ser banido do processo de análise e tampouco tomado exclusivamente desde a gramática normativa. Com base nas considerações apresentadas e nas elaborações teóricas de Vigotski (1934/2009), a hipótese que aqui levanto para orientar análises futuras é de que:

[...] *as categorias gramaticais ou formais escondem categorias psicológicas*. Pode-se falar não só sobre os elementos psicológicos da forma e os significados, sobre os sujeitos e os predicados psicológicos, e com a mesma legitimidade falar do número psicológico, do gênero, do caso, do pronome, do termo integrante, do superlativo, do tempo futuro, etc (Vigotski, 1934/2009, p. 415, destaque meu).

Disso é possível depreender que, assim como qualquer palavra (Vigotski, 1934/2009), os pronomes pessoais absorvem os aspectos *afetivos* e *intelectuais* do contexto com o qual estão entretidos (onde se lê “contexto”, leia-se “tanto a narrativa do sujeito como a realidade social da qual faz parte e as relações concretas que nela estabelece”). Em outros termos, os pronomes passam a dizer mais e menos do que se tomados de maneira isolada ou estritamente *enquanto* categoria gramatical, podendo nos auxiliar no estudo e na análise dos processos de significação, principalmente na apreensão do subtexto, em suma, na análise dos motivos, dos processos afetivos e volitivos que se ocultam por trás daquilo que se materializa na narrativa.

Seja dito de passagem, os pronomes pessoais denotam as três pessoas gramaticais, indicando em um diálogo: 1) quem fala: 1ª pessoa do singular/plural; 2) com quem se fala: 2ª pessoa do singular/plural e 3) de quem se fala: 3ª pessoa do singular /plural (Cunha & Cintra, 2006). No entanto, como deixa entrever Vigotski (1934/2009, pp. 412-417), a relação entre o “sujeito gramatical” e o “sujeito psicológico” não é harmônica. Ainda que do ponto de vista da gramática a função que os pronomes pessoais desempenham no enunciado possa ser relativamente estável, não pode permanecer fora de nosso campo de percepção que a “pessoa gramatical” do discurso vivo – justamente porque se refere à “pessoa social” (Pino, 2000) – não “falam” de lugares e posições rígidos, estabelecidos de uma vez por todas.

Diante disso, gostaria de salientar que os pronomes pessoais – como palavra, signo linguístico por excelência – podem também auxiliar na análise dos processos da memória como *drama*: “o signo torna possível, faz da pessoa, ao mesmo tempo, o cenário interior do drama das relações sociais e a consciência do drama que tem lugar nesse cenário” (Pino, 2000, p. 75), lembrando que – justamente porque se refere à concreticidade da vida humana – a noção de drama⁴² reivindica que analisemos os fenômenos psicológicos em “primeira pessoa” (Politzer, *apud* Santos, 2015).

Nessa direção, Vigotski (1931-32/2006) permite-nos afirmar que *não é a memória* que lembra/esquece, mas sim o *indivíduo singular e concreto* que lembra/esquece. Em outros termos: o *drama do lembrar e do esquecer* é, também, a tensão entre as diferentes posições e os múltiplos (e conflituosos) papéis que os sujeitos reais que lembram/esquecem desempenham na trama das relações sociais. É, pois, aqui, que a leitura atenta ao emprego dos pronomes nas narrativas pode subsidiar a análise do caráter dramático dos processos psicológicos da memória humana. É possível conjecturar que essa categoria gramatical específica (os pronomes pessoais) *oculta* – mas também *evidencia, sinaliza* o modo como os indivíduos que lembram/esquecem se posicionam/estão posicionados nas relações/em relação *uns aos outros* e *a si mesmos*; os impasses e contradições que vivenciam como seres sociais e a forma são afetados em tais relações.

⁴² A despeito da polissemia que a palavra drama assume na obra de Vigotski, referimo-nos, aqui, especificamente a seguinte acepção: “Diferente desta apresentação de funções mentais como “atores”, temos em Vigotski uma segunda acepção, mais específica, embora articulada com a primeira: a do drama no qual o próprio ser humano, como ser social, é o “ator”. Será assumindo determinado papel social, no drama das suas relações com outras pessoas, que alguém viverá aquele outro “drama”, o de suas funções psíquicas” (Delari Junior, 2011, p. 192, grifos do autor).

CAPÍTULO DOIS – ANÁLISE E DISCUSSÃO

A pesquisa sobre memória com pessoas em situação de rua: uma tarefa paradoxal?

Meu objetivo, nas próximas páginas, é expor os resultados alcançados por meio da análise de dois estudos a propósito do problema da memória com indivíduos que estão em situação de rua na cidade de São Paulo. Antes de avançarmos, gostaria, no entanto, de evocar alguns dos pontos centrais que embasaram a construção dessa pesquisa de mestrado, cujo percurso foi engendrando-se ao redor de preocupações (inquietações de ordem teórica e de orientação metodológica, mas também, indubitavelmente, ético-políticas) acerca da relação entre esquecimento e memória.

Recordo o leitor que a discussão aqui apresentada refere-se às questões do lembrar e do esquecer no *próprio processo de pesquisa* sobre a memória com as pessoas que sobrevivem nas ruas das metrópoles. O debate em relação ao tema aludido – aqui, indissociável da reflexão acerca da narração e da transmissibilidade da memória dos esquecidos (Gagnebin, 2006/2009; 2014) – desenvolveu-se em torno da prática do pesquisador ou do “pesquisar sobre” tal problemática.

Aproveito para deixar claro também que este capítulo não constitui um “manual” sobre como pesquisar memória com essa população específica. Em primeiro lugar, porque não estou, aqui, falando de um bloco monolítico de indivíduos, como se essas pessoas, que vivem em condições deploráveis de existência, não tivessem singularidade. Em segundo lugar, porque não apresento um caminho previamente dado nem apresento um conjunto procedimento e ou proponho técnicas que seriam mais (ou menos) apropriadas para o estudo da memória com essa população específica.

Por último, gostaria de esclarecer – muito rapidamente – que nem “ética” nem “metodologia”, palavra que tantas vezes serão repetidas aqui, *não* foram empregadas na acepção normativa dos termos. Portanto, não tenho a intenção de vincular as considerações que serão apresentadas a padrões de procedimentos, estratégias e condutas a ser seguidos em pesquisas como estas, aqui analisadas.

2.1. Notas sobre o itinerário investigativo

Como já foi dito, a investigação de mestrado aqui apresentada tem suas raízes em uma iniciação científica. Refiro-me a um trabalho cujo objetivo principal consistiu em analisar, a partir das narrativas dos sujeitos, a construção da memória da experiência na/com a rua, com destaque para os aspectos ideológicos presentes em tal processo.

No decorrer da realização do mencionado trabalho acadêmico, uma categoria foi ganhando importância – o esquecimento. A hipótese inicial, orientadora do estudo de iniciação científica, foi o forte vínculo entre ideologia e memória, a qual se associava, nessas condições, aos processos de alienação. Em outras palavras: as ideologias dominantes, que, mediante os processos de interiorização se assimila ao psiquismo humano, também “intervém” no passado que se rememora e se esquece: “As ideologias, ao amalgamarem-se à memória, impedem o sujeito de estabelecer uma relação com ‘o mais autêntico de seu passado, depurar o mais genuíno de seu presente e a projetar tudo isso num projeto pessoal e nacional” (Martin-Baró, 1997, p. 18 *apud* Pereira & Dantas, 2018, p. 04).

A despeito de possuir outras dimensões e cumprir uma função nos processos da memória humana, as análises realizadas na iniciação científica indicaram que – na particularidade histórica de nosso tempo – o esquecimento pode atuar como um mecanismo de conformação dos sujeitos, muito embora os indivíduos concretos não sejam mero receptáculo das forças sociais e dos sistemas ideológicos (Pereira & Dantas, 2018). Dito de outro modo, sob a ação da ideologia, o esquecimento traduziu-se como um obstáculo às possibilidades reflexivas e à ação transformadora. E assim despontou como alvo de preocupação e relevante questão para futuros estudos a propósito da memória com a população em situação de rua, porém, em sua dimensão negativa (para não dizer também pejorativa, como se fosse uma “contingência perturbadora”).

A complexa e controversa discussão sobre “memória” e “ideologia”⁴³, que instigou e originou aquele trabalho, seguia como referência da presente investigação, cujo objetivo geral foi, inicialmente, investigar a relação entre memória e ideologia, trazendo a categoria afetividade para desvelar as sutilezas e as nuances da operação ideológica – também nas formas de emoção e sofrimento, além de ideias e práticas. A presente pesquisa, pois,

⁴³ A esse respeito, ver especialmente Ansara, S., & Dantas, Bruna S. do A. (2015). Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. *Athenea Digital*, 15(1), 207-223.

apresentava-se como uma oportunidade de aprofundar as análises, ainda embrionárias, a respeito de como as ideologias afetam os processos da memória e, particularmente, o *esquecimento*.

Contudo, o motivo acima exposto não foi “o último porquê” para que impulsionou a pesquisadora continuar investigando a problemática da memória com pessoas que sobrevivem nas ruas das metrópoles. Na iniciação científica, intrigou-me profundamente o fato de que, no mais das vezes, as lembranças pessoais sobre a trajetória na rua, quando não ganharam pouco espaço e ficavam à margem dos depoimentos, foram narradas com certo distanciamento, que geralmente se manifestava nos relatos pelo uso da terceira pessoa do plural.

Não pude passar por alto que os sujeitos não narraram essas memórias por vários motivos: seja por um impedimento propriamente dito da lembrança, seja por uma espécie de interdição política da palavra; ou mesmo pela opção dos próprios sujeitos de manter silêncio sobre certas temáticas ou de abster-se de compartilhar algumas vivências com um determinado ouvinte.

Com a conclusão do aludido trabalho – que deixou mais provocações do que trouxe respostas – essa inquietação permaneceu. Grosso modo, poderia mesmo falar de esquecimento nessas condições?

Eis o “subtexto” da pesquisa: ingressei no mestrado buscando compreender porque a memória sobre a vivência na rua não ganhou espaço suficiente nos depoimentos. E, nesse sentido, indagando como poderia aprimorar procedimentos para estimular os sujeitos a acionarem e narrarem tais memórias. Tratava-se apenas de “obstáculos” ideológicos narrativos? Uma questão de procedimento da pesquisa ou da relação entre a pesquisadora e os sujeitos? Ou será que demonstrava a complexidade da memória, que não possui uma única “causa” ou dimensão? Será que as análises feitas desde a categoria não estariam homogeneizando os processos da memória humana – tão complexos e dramáticos?

Travei conhecimento com a psicologia concreta de Vigotski e a filosofia de Espinosa, eixo teórico-analítico do núcleo de estudos psicossociais do qual faço parte (NEXIN) – o que contribuiu para que indagações emergissem e questões fossem se descortinando. Busquei, ainda, diálogo com a literatura sobre memória, mais especificamente, com pesquisadores que se dedicam a trabalhar essa temática voltando-se às minorias políticas. Nesse sentido, busquei

principalmente articular as análises vigotskianas com a as reflexões filosóficas e políticas de Walter Benjamin para pensar a pesquisa sobre memória.

Assim, a preocupação inicial do trabalho de campo no mestrado foi modificando-se à medida que incorporava outros questionamentos: 1) éticos, que se referem: a pertinência da proposta do estudo, a violência do trabalho científico e a ideia de bom encontro no processo da pesquisa; 2) teóricos, como a dialética entre memória/esquecimento e a atividade da memória na relação com as outras funções psicológicas superiores; 3) e, por fim, políticos, a memória como luta contra a denegação e resistência ao desaparecimento do passado daqueles que, como coloca Gagnebin (2014), citando Benjamin, “daqueles que não lembramos e cuja história deveríamos, no entanto, poder contar” (p. 17)

Ou seja, os impasses e desafios que enfrentei na iniciação científica foram reavivados no mestrado, quando adquiriram maior profundidade, complexidade e exigiram maior criticidade. As questões metodológicas e éticas – que pareciam esquecidas – ressurgiram com força no trabalho de campo e, iluminadas pela teoria, foram se adensando e ocupando as reflexões, obrigando-me a repensar e a redirecionar os objetivos do estudo. Seria a pesquisa que trabalha as questões do lembrar e do esquecer com a população de rua uma “tarefa paradoxal”? Quer dizer, que exige

De um lado, [...] não esquecer dos mortos, dos vencidos, não calar mais uma vez, suas vozes, isto é, cumprir uma exigência de transmissão e de escritura. De outro, [...] não cair na ilusão narcísica de que a atividade intelectual e acadêmica possa encontrar sua justificação definitiva nesse trabalho de acumulação – *pois o apelo do presente, da vida presente, também exige que o pensamento saiba esquecer* (Gagnebin, 2006/2009, p. 11 e 12, grifos meus).

É sobre isso que versa este capítulo⁴⁴: apresentar ao leitor, com base na teoria sócio-histórica da psicologia, os conflitos, as controvérsias e os dilemas vividos pelo pesquisador que toma as questões da memória e do esquecimento como objeto de estudo, sem, porém, esquecer que se constitui como base da ética e tarefa política de transmissão “daquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras” (Gagnebin, 2006/2009, p. 55).

Para desenvolver a discussão proposta, retomei: 1) minhas memórias oriundas das pesquisas de campo realizadas na iniciação científica e no mestrado, apoiando-me em notas

⁴⁴ Neste capítulo, retomo parcialmente depoimentos oriundos de um trabalho de iniciação científica, originalmente publicado como artigo no volume 18 da revista da Universidade Autônoma de Barcelona. Pereira, A. &, Dantas, B. (2018). Os laços entre memória e ideologia: as narrativas da população de rua. *Athenea Digital*, 18 (3).

registradas em ambas as ocasiões; 2) as transcrições das entrevistas feitas na iniciação científica, principal material empírico que subsidiou as análises subsequentes e 3) as conversas (“diálogos informais”, mais triviais) que ocorreram durante o mestrado e que sublinharam ainda mais os riscos e os paradoxos de uma pesquisa deste tipo, a saber, que estuda memória com pessoas que enfrentam situações-limites.

Como fio condutor do debate que se segue, privilegiei a experiência de interlocução com os sujeitos nas duas pesquisas. Com base nas análises desenvolvidas por Vigotski (1934/2009), é possível dizer que a narrativa oral é uma forma de “comunicação dialógica”. Transmitir e comunicar oralmente vivências pressupõe o encontro com o outro, a relação entre pessoas – indivíduos concretos. Aquilo, pois, que os sujeitos materializam na palavra narrada se dá em função de um interlocutor, que pode favorecer e assegurar tal processo. Ou ainda: de modo diametralmente oposto, manifestar indiferença ou não suportar e acolher a narrativa do sofrimento, que não encontra no outro um ouvinte de fato, como alerta Gagnebin (2006/2009).

Em vista disso, não só considerei “o quê” os indivíduos singulares lembraram/narraram, mas também “em que contexto” – e “para quem”. Seria uma narrativa dirigida apenas para a pesquisadora ou ela (a pesquisadora) seria a mediação deste discurso para outrem? Considerei nesta pesquisa o lugar que ocupei na investigação sobre memória junto com essa população e também como fui afetada, não banindo, assim, minha subjetividade do/no pesquisar nem desconsiderando o papel dos afetos, como propõe Bader Sawaia (2002), desde Vigotski e Espinosa.

O leitor, portanto, não encontrará aqui uma análise e uma discussão neutra nem totalmente distanciada da pesquisadora daquela que a construiu. Aliás, as próximas páginas dessa dissertação, que apresentam alguns “paradoxos” de um estudo sobre as questões da memória, trazem à cena não só as lembranças e os esquecimentos daqueles que contribuíram com a sua realização, mas também “testemunham” as lembranças e os esquecimentos da própria pesquisadora. Até porque, diferentemente da filosofia clássica, não considero que o “saber produzido pelo lembrar [...] não oferece nenhuma garantia epistemológica⁴⁵” (Gagnebin, 2014, p. 219).

⁴⁵ Sobre isso ver Jeanne Marie Gagnebin, *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin* (São Paulo: Editora 34, pp. 238-242).

Por fim, mas não menos importante: o leitor também não deve esperar uma narrativa (embora esta seja uma narrativa escrita) sem os vaivens e lapsos que lhe são característica; o relato baseado principalmente na memória das experiências vividas pela pesquisadora em campo, nos dois estudos, não obedece necessariamente a uma linearidade.

2.2. População de rua, se possível fosse esquecer tantos nomes...

Se eu pudesse esquecer tantos nomes...

Guimarães Rosa

Não tenho o intuito de realizar uma discussão especificamente sobre a pluralidade de nomenclaturas⁴⁶ utilizadas nas últimas três décadas para designar as pessoas que – eufemismos à parte – vivem nas ruas metropolitanas sob condições deploráveis de existência. No entanto, é preciso ter em vista que a expressão que encabeça tanto o título quanto o objetivo geral dessa dissertação – embora bastante presente na literatura específica e ainda que possa facilitar certo diálogo entre as pesquisas realizadas em diferentes campos do conhecimento sobre o tema – tem implicações quanto a uma delimitação mais clara do estudo. Primeiro porque, como bem observa Mendes (2007), parece não haver “concordância” entre pesquisadores quando se referem à “população” – ou mesmo às “populações” – em situação de rua.

Segundo porque a emergência da expressão “população de rua”⁴⁷ – adotada, inclusive, pelo MNPR – não é nada aleatória (a começar pela própria palavra “população” que, note-se bem, é um conceito⁴⁸): remonta, como já foi dito anteriormente, ao período em que os indivíduos que vivem nas ruas começaram a ganhar notoriedade, convertendo-se numa questão pública relevante – alvo de monitoramento do Estado. Há, portanto, que se considerar que tal terminologia respondeu (e responde) à delimitação de um perfil populacional (traçado

⁴⁶ Ver, entre outros, Rosa, 2005, pp. 44-67 e Melo, 2017, pp. 65-89.

⁴⁷ Vale dizer: embora a nomenclatura “população de rua” tenha ganhado destaque no início da década de 1990 junto com a publicação do trabalho *População de rua: quem é, como vive, como é vista*, cabe notar que tal expressão já aparecia num documento interno da Organização Auxílio Fraternal (OAF-SP), no final dos anos 1970. Ver Rosa, 2005, op. cit., p. 52.

⁴⁸ De acordo com Michel Foucault (1976/2014, p. 28), a noção de “população” emerge no século XVIII: “Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias [...]”.

a partir de variáveis como sexo, idade etc.⁴⁹), que, por um lado, vai ao encontro do esforço de caracterizar e de estabelecer o “público alvo” das políticas públicas (ainda que focalizadas, compensatórias); por outro, está fortemente vinculada a estratégias de governamentalidade, o que não é possível ignorar. A esse respeito, concordo com Martinez (2011) quando argumenta que

A funcionalidade prática, do ponto de vista governamental, que o termo população permite operar se dá por meio do cruzamento de variáveis comuns a todo o segmento [...]. *Todos aqueles personagens, até então esquecidos na invisibilidade social, passam a ser alocados numa escala classificatória segundo a qual as diferenças aparecem apenas como gradações do mesmo fenômeno [...]* (p. 36, grifos meus).

Em vista do acima exposto – e dado que a pesquisa considera os indivíduos singulares, decidi não adotar a expressão população de rua nem morador de rua. Optei por pessoas que “estão morando na rua” ou “em situação de rua”, para caracterizar que a moradia é uma contingência social, imposta pela desigualdade e não marca do ser.

Com relação à iniciação científica, entrevistei 08 pessoas, com idade entre 30 e 56 anos e, no mestrado, embora não tenha recolhido depoimento com gravadores, conversei com aproximadamente 05 homens que vivem nas ruas, com faixa etária – estimada – entre 50 a 59 anos. Apenas um sujeito, que veio conversar comigo, contou espontaneamente sua idade: 81 anos. Esse aspecto não deve ser ignorado considerando-se a existência de crianças, adolescentes e idosos em situação de rua.

Especificamente no que concerne à iniciação científica em que fiz entrevistas propriamente ditas, os sujeitos denunciaram em seus relatos um período considerável de tempo enfrentando a rualização, que, como pude estimar, correspondia a uma média de 13,5 anos⁵⁰. Ao revisitar os depoimentos das pessoas entrevistadas naquela ocasião, chamou-me a atenção, contudo, que as longas trajetórias na rua não necessariamente constituíam-se de forma ininterrupta, como um *continuum*. Como explicou Orlando⁵¹, 34 anos, em nosso

⁴⁹ A título de exemplo, a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada em 23 capitais do país (71 cidades), teve como “corte etário” pessoas com 18 anos completos ou mais (Meta/MDS, 2008).

⁵⁰ Não obtive essa informação no mestrado, já que a conversa com algumas pessoas em situação de rua presentes no espaço em que a pesquisa acontecia ocorreram na etapa exploratório do campo. Por isso, evitei fazer perguntas muito específicas fora do contexto das entrevistas. Os diálogos, pois, foram mais livres e espontâneos; geralmente, ocorreram em grupo, sendo conduzidos quase que completamente pelos próprios sujeitos.

⁵¹ A fim de preservar a identidade dos participantes, todos os nomes mencionados ao longo dessa dissertação são *fictícios*. Haja vista que a presente pesquisa retoma os relatos colhidos no contexto da iniciação científica, busquei manter os mesmos nomes utilizados na ocasião.

encontro: “*Tipo assim, entre idas e vindas... Já fiquei seis meses, às vezes um ano*”. Isso não significa, porém, condições objetivas para a superação propriamente dita da realidade de exclusão. Aliás, as narrativas dos sujeitos entrevistados corroboraram que a vida nas ruas decorre do processo de precarização das condições de existência: “*Voltando pra rua eu tô com... Seis meses. Mas, até então, eu tava há 10 anos ou mais, envolvendo albergue, rua e favela. [...] Eu tô com 44 anos hoje.*” (Carlos, depoimento pessoal, 2016).

Na iniciação científica, dois foram os critérios estipulados inicialmente para orientar o convite para participar da pesquisa e as análises subsequentes: 1) tempo em situação de rua (cinco anos ou mais), 2) homens e mulheres em situação de rua. Contudo, o processo de inserção no campo e os embates vividos foram obrigando-me a abdicá-los. Um fator importante nesse sentido foi a dificuldade que enfrentei para encontrar pessoas que estivessem dispostas a participar do trabalho e fazer as entrevistas. Ademais, já nas primeiras visitas ao campo de investigação, ponderei que não seria pertinente abordar as pessoas e – caso manifestassem interesse, mas não se enquadrassem nos critérios supracitados – ter sua possibilidade de participação no trabalho tolhida.

Por fim, não posso deixar de reforçar que, a despeito da intenção de entrevistar igualmente mulheres e homens, na ocasião, tive a oportunidade de recolher o depoimento de apenas 01 mulher em situação de rua. As pesquisas censitárias, embora com restrições, podem ajudar a elucidar uma das razões que colaboraram para isso: as pessoas que estão em situação de rua da cidade de São Paulo (ou, pelo menos, aquelas que são alcançadas pelas estatísticas e entram nesse cômputo) são, em sua maioria, homens (FIPE, 2015). Essa particularidade – sem dúvidas – refletiu-se nas pesquisas.

Durante o trabalho de campo, observei que, se comparada ao número de homens, a quantidade de mulheres que frequentava o espaço em que a pesquisa aconteceu era escassa. Ainda assim, não posso colocar tudo nessa *conta* (aqui também no sentido literal da palavra).

As poucas mulheres que ali estavam presentes amiúde sinalizavam (às vezes fechando o semblante) não querer aproximação. Uma das tentativas de encurtar “distâncias” marcou-me particularmente na época – talvez porque fez com que as *desigualdades* se sobressaíssem. Numa das visitas ao campo, aproximei-me de uma jovem. Tínhamos idades próximas: eu, 23; ela, 30 anos. Puxei conversa, momento em que me disse que tinha uma menina. Embora já tivesse sido apresentada pelos trabalhadores da instituição, disse novamente que estava no espaço para fazer entrevistas para um trabalho científico de graduação. Expliquei-lhe a

proposta e lhe perguntei se gostaria de participar das entrevistas, dispondo-me a esclarecer qualquer dúvida. Laura – lembro-me bem – esperou que eu terminasse minha fala e, então, enunciou: “*Não tenho nada pra contar não, moça*”.

Estes foram os obstáculos encontrados pela pesquisa a disponibilidades de pessoas para participarem do estudo e, se de um lado representaram um obstáculo à realização da pesquisa, de outro, deixaram a certeza de que é preciso que o pesquisador esteja disposto a flexibilizar os critérios estipulados para a escolha dos sujeitos (novamente, vale reforçar, não estamos tratando de um bloco monolítico, “sem sutilezas psicológicas”, como diria Bader Sawaia).

Ademais, a pluralidade de sujeitos de pesquisa – como foi o caso dos estudos de iniciação científica e, também, do mestrado – ao mesmo tempo em que podem dificultar o trabalho de campo, podem enriquecer e favorecer a análise de uma questão tão complexa como os processos psicológicos da memória humana.

2.3. O paradoxo da memória e do esquecimento na pesquisa: questões éticas e metodológicas

A orientação metodológica, desde a iniciação científica, nutriu-se da história oral (Thompson 1995/2002), de sua preocupação em recolher os testemunhos vivos dos excluídos e preteridos do discurso histórico (e dos documentos escritos)⁵² para poder transmitir aquelas histórias lançadas no esquecimento, das pessoas cuja própria memória de sua foi escamoteada; ou como diria, agora, incorporando as reflexões benjaminianas – “aqueles que desapareceram tão por completo que ninguém lembra de seus nomes” (Gagnebin, 2006/2009, p. 54). Assim, no referido trabalho busquei colher depoimentos pessoais de sete homens e uma mulher em situação de rua (Pereira & Dantas, 2018) e, na pesquisa de mestrado, continuei com o mesmo procedimento.

Naquela ocasião, tive o cuidado de não me dirigir aos interlocutores como se seus relatos fossem exclusivamente fonte para obtenção de dados. Não é possível ignorar que ocupei o lugar de pesquisadora, ainda que principiante, nesse processo e que os relatos também se constituíram como um material de análise. Mas posicionar-se como uma ouvinte na relação com os sujeitos, ou seja, pessoa que se preocupa e dedica-se a ouvir as histórias

⁵² Seligmann-Silva (2009), ao discutir testemunho e política da memória, assevera que, no decorrer do século XX, tanto a historiografia como o campo da história oral “de um modo geral, tem debatido sua relação (tensa) com os testemunhos históricos [...] e se redescobriu como filha de Mnemosyne, a Memória (p. 72)”.

narradas com a escuta “paciente e respeitosa dos anciões” (Gagnebin, 2014, p. 220) foi imprescindível.

Mesmo porque, como indica Benjamin (1936/2010), ouvir é uma capacidade que se adquire e uma habilidade que se desenvolve na interação com o narrador, conforme o ouvinte se disponibiliza a escutar o que está sendo narrado na qualidade de quem se inclina a partilhar experiências e guardá-las na memória a fim de transmiti-las.

Talvez, por isso, exercer o ofício de ouvir histórias e enfrentar a tarefa de recolher narrativas no contexto do trabalho acadêmico exigiu que a pesquisadora recorresse a *meios auxiliares* para poder “gravar” (literal e metaforicamente falando) as memórias narradas por cada dos sujeitos que participaram da pesquisa.

Assim, com o consentimento dessas pessoas, que dedicaram tempo de seu dia para contar histórias para e compartilhar experiências com esta jovem pesquisadora, gravei os seus depoimentos por meio de um equipamento de áudio.

Na iniciação científica, considerei aspectos básicos como a duração das entrevistas, que poderiam (aliás, costumam) ser extensas e demoradas (inclusive porque optei por não adotar um roteiro delineado de questões ou perguntas);⁵³ a possibilidade de recolher a narrativa com maior precisão e de registrá-la com mais vivacidade; e, por fim, a oportunidade de reescutar os diálogos e de submetê-los ao processo de transcrição, procedimentos que, geralmente, favorecem uma análise mais aprofundada, pois é inegável que, durante a entrevista, algumas sutilezas resistem – não obedecem – ao movimento de concentração, de atenção do pesquisador.

Há que se dizer ainda que não ignorei os embaraços que a interposição de tal dispositivo poderia produzir na interação com a pesquisadora/ouvinte; tampouco passei por alto os possíveis desconfortos gerados para os interlocutores. Entendia que a participação do gravador poderia “modular” de alguma maneira o fluxo e o intercâmbio narrativos (grosso modo, “o quê” se quer/pode/consegue ou não dizer e “como” se diz). Em outras palavras, produziria as ditas inibições na atividade narrativa dos sujeitos.

Tanto é que, assim que obtive a expressa autorização dos participantes para gravar os depoimentos, recordo que tive o cuidado de posicionar o “apetrecho” fora do campo de

⁵³ Abordarei as condições de realização das entrevistas mais adiante.

percepção dos narradores: almejava que, gradualmente, eles *esquecessem* (neste caso, nas múltiplas acepções da palavra⁵⁴) a presença do gravador.

Retrospectivamente, entendo, agora, que considerava (diga-se de passagem, como muitos pesquisadores) essa técnica como um instrumento cuja interferência deveria ser anulada, amortecida tanto quanto possível. Na realidade, tomava o gravador exclusivamente como um instrumento cuja importância era secundária, ou seja, que tinha valor apenas do ponto de vista procedimental da pesquisa. Restaria indagar o porquê eu ponderava que o gravador deveria ser como que obliterado pelos narradores. Ou, talvez, a pergunta que temos de fazer é se o gravador deve ser esquecido no caso das pesquisas sobre memória como essas, aqui apresentadas.

Nesse sentido, é oportuno lembrarmos, com Queiroz (1991), que o processo de propagação de tecnologias de gravação/reprodução de áudio propiciou, entre outras coisas, a “ampliação do poder de registro dos pesquisadores” (p. 57). Não obstante, caberia muito bem indagar: a mediação desses dispositivos no processo de assimilação das narrativas pelo entrevistador/ouvinte é necessariamente profícua ou *qualitativamente* satisfatória?

E quanto aos narradores? Para aqueles indivíduos que vivenciam de maneira exasperada o anonimato político característico das metrópoles, o que pode significar ter as suas memórias (literalmente) gravadas e as suas histórias registradas em um aparelho que pode também remeter à escuta de futuros (outros) ouvintes (os leitores da pesquisa⁵⁵) e, como pondera Verena Alberti (2005), a presença virtual de outros interlocutores, além do pesquisador?

2.3.1. Dispersar, esquecer, recolher: o gravador

Penso que essa interrogação, aparentemente trivial, que toca em um assunto bastante debatido por estudiosos das ciências sociais e humanas – a saber, as “vantagens” e as

⁵⁴ Aqui, valho-me da polissemia da palavra “esquecimento”. No Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa (2015) consta do verbete “esquecer”: “**1.** Deixar sair ou tirar da memória [...]. **2.** [...] olvidar (-se). **3.** Não fazer caso de [...]” E, ainda: “**7.** Pôr de lado; ficar no esquecimento [...]. **8.** Ficar enlevado, distraído. **9.** Distrair-se de coisas desagradáveis ou molestas”. Recuperado de: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/esquecer/>>. Acesso em janeiro de 2019.

⁵⁵ A questão ética da devolução dos depoimentos para os narradores já fora levantada por Ecléa Bosi em sua tese de doutoramento: “se o intelectual quando escreve, apaga, modifica, volta atrás, o memorialista tem o mesmo direito de ouvir e mudar o que narrou” (p. 38) Todavia, veremos nos próximos tópicos que a dinâmica da pesquisa sobre a memória com essa população específica coloca o pesquisador diante de alguns impasses e dilemas. A “efemeridade” do contato com os memorialistas é um deles.

“desvantagens” da gravação de áudio como um recurso para obtenção/registro de narrativas –, merece ser tratada nessa dissertação, cujo âmago da discussão é o próprio processo de pesquisar as questões da memória, com mais *atenção*.

Gostaria de tensionar rapidamente alguns aspectos e de apresentar algumas considerações a esse respeito, o que farei a partir de dois eixos, quais sejam: 1) perspectiva metodológica e 2) implicações ético-políticas.

Nas duas pesquisas, agreguei a gravação das memórias oralizadas aos procedimentos investigativos de uma forma, por assim dizer, espontânea, natural. A razão para tal não é nenhuma novidade: como já indicavam as reflexões de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1991), o gravador disseminou-se de tal maneira e tornou-se tão presente no cotidiano das investigações científicas que trabalham de alguma maneira com fontes orais que talvez seja possível pensar (ou, pelo menos, interrogar) se não estamos mais atentos às “ressonâncias”, preocupados com as questões mais diretas e imediatas decorrentes da intervenção dessa técnica no processo de elaboração e de recolhimento das lembranças.

Foi por ocasião da pesquisa de campo do mestrado, quando tive oportunidade de ter interações e diálogos que costumamos designar de “informais” – ou seja, fora dos marcos do uso do gravador – e de entrar em contato com a teoria vigotskiana e com as reflexões benjaminianas, que passei a questionar a razão pelo qual deveria – ou não – utilizar tal recurso. Isso porque, na iniciação científica – diferentemente da pesquisadora – nenhum dos sujeitos manifestou ou verbalizou qualquer incômodo (ou, pelo menos, não deixaram entrever) a respeito de ter as suas falas gravadas por meio desse equipamento de áudio e, posteriormente, transcritas.

Como na iniciação científica, no estudo de mestrado, estavam previstas entrevistas gravadas. Ao recuperar a memória do trabalho de campo referente à primeira pesquisa, recordo-me (inclusive, relatei em notas pessoais) a dificuldade de conduzir as entrevistas. Isso porque essa etapa da pesquisa demanda basicamente que desempenhemos dois papéis e duas funções que, muitas vezes (como foi o meu caso), podem entrar em choque ou colidir: as/os de pesquisador e o/a de ouvinte, este último, como já dito, deve, como ensina Benjamin (1934/2010), mergulhar e escutar as histórias com a devida atenção para, posteriormente, recontá-las e construir interpretações possíveis. A atenção dividia-se: por um lado, dirigia-se ao tema central ao qual deveriam endereçar-se as entrevistas (a rua); por outro, para o

esquecido, para aquilo “que pode guardar dentro de si as sementes de outros caminhos e de outras histórias” (Gagnebin, 2014, p. 110).

Não tive saída: com a atenção dividida, como (literalmente) gravar na memória, recolher aquilo que respondia à função de pesquisadora? Ao mesmo tempo, pensando em termos éticos e políticos da pesquisa, como possibilitar e criar um espaço para que o inaudito seja ouvido e o indizível dito?

Aqui, é pertinente realizarmos uma aproximação entre o pensamento benjaminiano e a teoria vigotskiana do psiquismo.

2.3.2. O uso funcional do gravador

Partindo de algumas pistas deixadas por Vigotski (1929/2000) acerca da noção de drama⁵⁶. Desde seus escritos mais maduros, o autor deixa claro que a relação entre as funções psicológicas caracteristicamente humanas não são estáticas. Em dois sentidos: 1) no processo de desenvolvimento psicológico, os nexos entre tais funções mudam, 2) mas também no sentido do drama, ou seja, das relações em que estamos inseridos e papéis que ocupamos. Uma (dentre as várias) das acepções que a palavra drama ganha é justamente a reorganização da hierarquia das funções a partir dos diferentes papéis que desempenhamos e funções que ocupamos nas relações sociais – que, não raro, colidem, são conflituosos entre si.

Considerando a inter-relação entre as funções psicológicas e a noção de drama, pode-se dizer também que diferentes momentos do processo de pesquisar também demandam a reorganização da hierarquia de tais funções. Analisando retrospectivamente, observo que, nas entrevistas, assim como alguns papéis de colidem, as funções psicológicas – notadamente a atenção e a memória – como que se destacam em primeiro plano. Aqui, cabe dizer que, apesar de Benjamin ser muito conhecido como teórico da memória, como analisa Gagnebin, ele é um “arauto da atenção”; não essa atenção transformada no processo do trabalho capitalista – disciplinada, que não admite falhas e lapsos. Mas uma atenção que também possibilita a dispersão, também necessária a essa atividade recolhadora do lembrar e da lembrança na própria pesquisa (Gagnebin, 2014).

⁵⁶ A noção de drama na obra de Vigotski não assume apenas um sentido (Delari Junior, 2011). Por isso, refiro-me especificamente ao termo tal como se apresenta no *Manuscrito de 1929*.

Lembro o leitor, com Vigotski (1934; 2009; 1984) que, em termos de memória superior ou mediada, os processos mnemônicos não dependem mais exclusivamente de fatores elementares e condições naturais: o uso funcional específico da palavra, signo por excelência, constitui-se como meio essencial de domínio ou regulação do fluxo de nossos próprios processos e operações psicológicas mais complexas no sentido da ação e resolução de tarefas. Todavia, além do emprego da palavra, contamos ainda com a possibilidade de recorrer a auxiliares externos, que atuam como meios artificiais de memorização e se oferecem como uma estratégia de memória (a exemplo de um simples barbante com o qual podemos fazer um laço no dedo para não esquecer algum compromisso).

Trazendo essas considerações para o contexto da atividade científica, recursos como um caderno ou bloco de notas que levamos para o campo de investigação, em que podemos fazer anotações rápidas de pormenores que, do contrário, cairiam no esquecimento (ou seja, não seriam selecionadas para a análise), constituem-se como um exemplo do uso ativo desses artifícios que o pesquisador empenha e que, mais tarde, intervirão no lugar da recuperação de suas lembranças. Especificamente no tocante a estudos que se debruçam sobre a memória a partir de narrativas, pode-se dizer que o uso do gravador ofereceu-se como um importante papel de “auxiliar mnemônico”.

Tal recurso foi fundamental para que eu pudesse despreocupar-me com as “investidas do esquecimento”, as quais poderiam fazer-me perder detalhes e sutilezas que, depois, seriam decisivos para as análises dos depoimentos. O gravador, portanto, favoreceu, sob diferentes aspectos, o processo mediado de recordação da pesquisadora. Não só porque me possibilitou resgatar na memória palavras e as expressões empregadas pelos narradores com maior precisão ou fidelidade. Mas também porque me permitiu reavivar na minha própria memória a narração em seus aspectos sensíveis. Enquanto escutava as gravações e fazia as transcrições, pude relembrar a voz de cada um dos narradores e as entonações de suas falas; as narrativas, pouco lineares e tranquilas, com seus vaivens e com suas pausas:

Ouvir e transcrever a entrevista constitui, para ele [pesquisador], um exercício de memória em que toda cena é revivida: uma pausa do informante, uma tremura da voz, uma tonalidade diferente, uma risada, a utilização de determinada palavra em certo momento, reavivam a recordação [...], revelam aspectos da entrevista que não haviam sido lembrados quando efetuou o registro do dia no caderno de campo, ou mesmo dão a conhecer detalhes que, no momento da entrevista, lhe escaparam. Cada vez que re-escuta a gravação, refaz de certo modo todo o contexto da entrevista na lembrança para explorá-la mais a fundo (Queiroz, 1991, p. 87).

Há mais uma coisa que gostaria de ressaltar. Isso não significa, porém, desconsiderar a intervenção da pesquisadora no processo de transcrição, *como se o depoimento transcrito fosse um reflexo exato dos relatos orais*. A partir das discussões desenvolvidas por Vigotski (1934/2009), pode-se dizer que a transcrição é uma espécie de conversão, que transforma o *discurso falado* em *discurso escrito*. O momento de transcrever um depoimento é também o momento em que ocorre a “divisão dos interlocutores”, ou seja, em que os sujeitos entrevistados não estão presentes. Assim, a transcrição demanda que o ritmo e os elementos vivos do discurso possam ser transmitidos sem grandes prejuízos para sua compreensão. Ainda que lancemos mão do áudio gravado não é possível ignorar que o pesquisador pode, por exemplo, optar por: 1) eliminar repetições que, embora bastante comuns no discurso falado, possam representar algum impedimento para o fluxo da leitura do relato escrito; 2) utilizar recursos linguísticos, como sinais de pontuação, na tentativa de transmitir os aspectos entonacionais, captáveis num diálogo pelo aspecto sonoro da fala (Vigotski, 1934/2009). Por isso, concordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988) quando adverte que: “O gravador parece, *à primeira vista*, um instrumento técnico para anular, ou pelo menos para diminuir o possível desvio pela intermediação do pesquisador. *Logo se viu, no entanto, que o poder da máquina não era tão absoluto, [...] uma vez que a utilização dos dados na pesquisa exigia, em seguida, a transcrição escrita*” (p. 03 e 04).

2.3.3. O gravador na pesquisa sobre memória: aspectos ético-políticos

Engana-se, a meu ver, quem toma o gravador apenas como um apetrecho de pesquisa, um instrumento de importância secundária, que só deve ser lembrado quando nos voltamos à transcrição dos depoimentos. O uso funcional do gravador na investigação ajudou-me, assim, trazer à recordação alguns elementos vivos das entrevistas que o registro escrito, que, geralmente, implica um maior grau de abstração, deixaria escapar ou poderia não assimilar.

Especificamente pensando em pesquisas como as analisadas nessa dissertação, o gravador mostrou-se parte essencial da pesquisa sobre memória, justamente por possibilitar ao mesmo tempo as dinâmicas de recolhimento e de dispersão, de atenção e de distração, as quais – argumenta Gagnebin (2014) – estão intrinsecamente vinculadas às atividades do lembrar e do esquecer – nesse caso, *a dinâmica do lembrar e esquecer também da própria pesquisadora*.

É aí que entra o uso funcional do gravador. A despeito de ser considerado tão frequentemente uma interferência por seus detratores, as análises realizadas no mestrado possibilitaram-me perceber que essa tecnologia pode converter-se em um poderoso auxiliar mnemônico do pesquisador. Não apenas em termos quantitativos: o quanto se consegue (ou não) memorizar e, depois, recordar. A pesquisa sobre a questão da memória, inspirada em Benjamin e Vigotski, não visa – de modo algum – uma acumulação despropositada; ao contrário, ela deve incluir também “os movimentos opostos de perda, do esquecimento, da dispersão e da distração” (Gagnebin, 2014, p. 104).

Dessa forma, se esse recurso intercedeu a favor da lembrança, paradoxalmente, permitiu-me como que acionar a capacidade de esquecer no processo da pesquisa, sobretudo durante as entrevistas. Só assim pude entregar-me às histórias narradas e acompanhar atentamente o ritmo com que eram urdidas pelos sujeitos, já que, como assevera Câmara (2012), na esteira de Benjamin, a “relação entre narrador e ouvinte é estabelecida *somente* quando este último contenta-se com *a dialética do esquecimento de si e da memória do que está sendo narrado*” (p. 29, grifos meus).

O gravador, nesse sentido, entra como um poderoso aliado: nem o pesquisador escapa às “investidas do esquecimento”. Pensando do ponto de vista funcional, o uso do gravador apresenta-se como uma importante estratégia de memória e de escuta para o pesquisador, permitindo-lhe chegar ao ponto de “distenção psíquica” a que se refere Benjamin (1934/2010), o afrouxamento necessário para cumprir o papel de ouvinte – *e, diria eu, acolher a atividade do esquecer da pesquisa e na pesquisa*.

Outro aspecto positivo a ser ressaltado é justamente a relação entre o ouvinte/pesquisador e o narrador. Benjamin (1936/2010) deixa claro que a narração, em seu aspecto sensível, não deriva exclusivamente do aspecto sonoro da fala humana. Muito pelo contrário, ele nos lembra que “inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares” (Benjamin, 1936/2010, p. 208).

Mas, e especificamente para os sujeitos? No caso da pesquisa de iniciação científica, como já foi dito, contexto em que realizei as entrevistas propriamente ditas com o apoio do gravador, tal recurso não representou um incômodo para os sujeitos. É curioso observar ainda que, em determinados momentos da conversa, alguns narradores faziam o uso do pronome “você”. Isso pode confirmar a hipótese de Alberti (2005) de que o diálogo travado é com a

pesquisadora, mas também com o (s) grupo (s) social (is) do qual ela faz parte. É preciso ponderar ainda que, para aquelas pessoas que “desapareceram tão por completo que ninguém lembra de seus nomes” (Gagnebin, 2006/2009, p. 54), o uso do gravador pode mostrar satisfatória. Não esqueçamos: a pesquisa acadêmica cumpre, em certa medida, essa tarefa de recolhimento desses cacós, dessas histórias, de articular esses detritos e de possibilitar um espaço para que outras vozes e versões da história se manifestem; sejam ouvidas.

Ainda tomando como base as duas pesquisas que realizei, o acima exposto chama ainda mais a atenção para “o porquê” não contar especificamente as memórias sobre acontecimentos e vivências na rua. O gravador representa um universo de interlocutores não presentes e/ou “imaginários”, como diria com Vigotski (1934/2009). Durante a pesquisa, o sujeito é informado de que seu depoimento será gravado, transcrito e utilizado para fins acadêmicos. Nesse sentido, concordo com Queiroz (1991) quando assevera que – ainda que “o sujeito seja o senhor do que está narrando” (p. 05) – o pesquisador escolherá as partes da história que serão analisadas e publicadas.

A presença do gravador, pois, levanta a seguinte questão: “como essas pessoas, que não tem espaço para contar suas histórias, gostariam de ser lembradas?”. A maioria dos entrevistados na iniciação científica e dos sujeitos com quem conversei durante o trabalho de campo no mestrado optaram por contar histórias cujos temas estavam vinculados a filhos, netos, casamentos, viagens que fizeram, em suma, aspectos de suas histórias de vida que lançam luz sobre outros aspectos de suas vidas e, até mesmo, da vida nas ruas – que não a fome, a desgraça e a violência que enfrentam diuturnamente. O pesquisador (e esse é outro ponto que gostaria de chamar a atenção com base em minha própria experiência) está interessado em recolher aquela narrativa que possa denunciar as injustiças sociais. Mas, que narrativa é essa que tanto procuramos? Não raro reduzimos as pessoas em situação de rua à vida de penúria e, nesse movimento, desumanizamo-las mais uma vez, ainda que não queiramos.

A meu ver, o gravador, pois, não se reduz a um mero apetrecho na pesquisa sobre memória. Por outro lado, não podemos esquecer o aspecto destruidor da técnica ressaltada por Benjamin. Não pretendo abordar aqui essa questão – apenas provocar o leitor. Pensando na arte de narrar e intercambiar experiências como propõe Benjamin – ou seja, “a arte de reservar aos acontecimentos sua força secreta” (Gagnebin 1982/1918, p. 69) e de, ao gravá-la na memória, não dá-los um caráter acabado – ao usar o gravador, não estaríamos deixando, de

alguma forma, de cultivar o passado pela “memória viva”, transmitida oralmente de pessoa a pessoa sem encerrá-la numa única versão e deixando-a aberta para possíveis (outras) interpretações?

2.4. O momento das entrevistas⁵⁷

A despeito de as entrevistas da iniciação científica e de as conversas na pesquisa de mestrado gravitarem, em um primeiro momento, em torno da temática “rua” (como pesquisadora sobre a questão da memória com minorias, considerava a experiência de realização um emblema daquilo que não deveria ser esquecido), considerando que se estava realizando pesquisa com pessoas cujas vozes são silenciadas ou que – quando escutadas, muitas vezes, como no sonho de Primo Levi, o são com indiferença – adotei o referido assunto como disparador, mas sempre atentando-me para que tivessem liberdade para (re)arranjar o tecido de suas narrativas a partir dos aspectos de sua trajetória que considerassem relevantes (e pertinentes contar em uma pesquisa e para uma pesquisadora). Por isso, na conversa com os sujeitos, optei por não recorrer a um roteiro estruturado de entrevista.

Procurei construir, junto com os interlocutores, um espaço compartilhado em que decidissem sobre o que era (ou não) relevante ou pertinente narrar e detivessem o comando sobre sua narração – ainda que concorde com Queiroz (1991) que o pesquisador é, de alguma forma, “guiado por seu próprio interesse ao procurar um narrador, pois pretende conhecer mais de perto, ou então esclarecer, algo que o preocupa; o narrador por sua vez quer transmitir sua experiência, que considera digna de ser conservada e, ao fazê-lo” (p. 04). Embora o ouvinte, em termos benjaminianos, jamais se reduza à condição de destinatário da narrativa que está sendo feita⁵⁸ – ou seja, é um *potencial narrador* – busquei interferir o mínimo possível na corrente da narração.

Todavia, como dito acima, seguindo sugestões de Bosi (2003), para estimular a rememoração e o processo narrativo, elegi uma pergunta disparadora cuja temática também

⁵⁷ Lembrete: este subitem refere-se especificamente às entrevistas realizadas na iniciação científica.

⁵⁸ Cabe notar que se para Benjamin (1936/2010) a arte de narrar é como um ofício manual, trabalho artesanal, o *dom de ouvir* igualmente não deixa de sê-lo: adquire-se *enquanto se fia ou tece*. Ao ouvinte, potencial narrador, cabe incorporar o que foi ouvido à sua própria experiência e, assim, elaborar possíveis interpretações. Ao recontar a história ouvida pelo trabalho da rememoração, ainda que não se restrinja à sua experiência pessoal e existência particular, inevitavelmente deixará seus vestígios na narrativa – o que, pois, lhe é singular.

possibilitasse o enfrentamento do problema de pesquisa. Convidei-os – especificamente – ao trabalho de memória a respeito da vivência⁵⁹ na rua.

Esperava escutá-los contar pela ação da memória e pela atividade narrativa histórias referentes à trajetória na rua. Todavia, logo nas primeiras entrevistas, as experiências pessoais que caracterizavam o período anterior à realização ganharam destaque nos depoimentos pessoais. Cabe abrir parênteses para esclarecer que – nem sempre – introduzi na conversa a temática da “situação de rua” imediatamente, apesar de tê-la escolhido para estimular o trabalho de recordação. A depender da pessoa com quem conversei e da forma como se estabeleceu nosso contato inicial, a pergunta foi feita conforme sentia que o tom e o ritmo da narração iam admitindo. *“Pode conversar. Você é estudante. Você precisa participar das conversas, né. [Você poderia me contar um pouco das experiências que o senhor vivenciou na rua?]*”⁶⁰ (Antônio, 51 anos, depoimento pessoal, 2016).

Porém, de uma forma ou de outra, quando fazia menção à questão das lembranças pessoais, os entrevistados mudavam de assunto; em alguns casos, sutilmente; em outros, de modo direto e explícito, como o fez César, 49 anos 03 enfrentando a realização: *“Não tem lembrança de rua! Você não entendeu ainda?!”* (César, depoimento pessoal, 2016). Nas entrevistas seguintes, decidi então mudar a estratégia de condução das entrevistas. (Pereira & Dantas, 2018), passei a propor aos interlocutores, sem fazer menção à vida nas ruas, que partilhassem suas experiências e trajetórias pessoais. Considerei importante ver – como diria Bosi (2004) – qual o “fio de ouro” que, na condição de narradores, elegeriam quando não lhes apresentasse um tema mais específico como pergunta disparadora. Poderia, ademais, observar se tais recordações emergiriam espontaneamente nos relatos.

Inquietou-me que – ainda assim – as memórias da vivência singular na rua continuou pouco despontando na narração. Quando a temática da “situação de rua” insurgia, chamou-me a atenção que alguns sujeitos adotaram a terceira pessoa do singular/plural para contar histórias e emitir opiniões. Como enunciou Antônio, *“a experiência de um viciado e de um que não é ela é totalmente diferente. Porque o viciado ele procura... Se agrupar naquele povo*

⁵⁹ Na presente pesquisa, não foi possível me deter à distinção entre experiência (*Erfahrung*) e vivência (*Erlebnis*) tal como preza Benjamin. Cabe esclarecer, no entanto que, principalmente em escritos que datam dos anos 1930, o filósofo procura evidenciar a “perda da força gradativa da *Erfahrung* no mundo capitalista moderno e o surgimento e o surgimento de uma experiência individual e solitária, que pode ser traduzida por “vivência”, a *Erlebnis*. Como também um tipo específico de vivência que aparece no indivíduo da cidade grande, a vivência do choque” (Câmara, 2012, p. 19).

ali. O não viciado gosta de dormir separado, reservado” (Antônio, depoimento pessoal, 2016).

Diante dessas respostas, na pesquisa de mestrado, ao mesmo tempo em que comecei a repensar os procedimentos adotados e a forma como conduzi as entrevistas (já que a temática mostrou-se, à primeira vista, um ponto “nevrálgico”), passei a indagar minha implicação e, principalmente, legitimidade como ouvinte: “na conversa com os sujeitos, ficou evidente que as agudas assimetrias que demarcam os diferentes lugares sociais são condições que interferem no trabalho de memória e seleção narrativa” (Pereira & Dantas, 2018, p. 12). Não era possível, pois, desconsiderar que, na condição de pesquisadora (ainda que iniciante) poderia “lembrar-lhes” os segmentos sociais favorecidos e trazer à tona ou reforçar a “memória da ofensa”⁶¹ – embora me empenhasse em estabelecer uma relação e construir, junto com os interlocutores, um espaço mais humano de fala e escuta. Contudo, essa não pareceu ser a principal motivação (ou, pelo menos, não a única) pela qual as pessoas não narravam suas memórias da experiência de realização.

Relembro o leitor que a proposta inicial da investigação aqui apresentada consistia em aprofundar as análises anteriores e, por isso, seu objetivo principal continuou a ser estudar questões sobre a memória, a partir de narrativas, com a população de rua. Assim, iniciei o trabalho de campo apoiando-me num projeto elaborado para constituir-se como um desdobramento das discussões da iniciação científica. Embora o interesse pelo tema da memória da experiência na rua tivesse permanecido e ainda optasse por recorrer à entrevista como principal recurso metodológico para colher e registrar as lembranças trabalhadas e comunicadas oralmente, o estudo de mestrado apresentou-se como um momento oportuno para questionar e rever estratégias e procedimentos adotados até então, relatados acima, começando pela minha inserção no campo de investigação.

2.5 Dos possíveis vínculos ou sobre como pesquisar memória na “fugacidade do contato”

Ao lado das questões éticas e metodológicas concernentes à abordagem dos sujeitos – sobretudo quando esta ocorre nos espaços da rua propriamente dita –, a problemática dos vínculos vem desafiando estudiosos que realizam pesquisas com pessoas em situação de rua.

⁶¹ Expressão que encabeça o título de um capítulo do livro de Primo Levi, *Os Afogados e os sobreviventes* (São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2016).

Em suas incursões etnográficas pelas ruas de um município do estado de São Paulo, Martinez (2011), que acompanhou o percurso de “trecheiros”⁶², narra que a “fugacidade” e as frequentes “interrupções” das interações – imposta pela própria dinâmica do território em que a pesquisa acontecia, bem como pelos assíduos deslocamentos que marcavam os trajetos pelas e as trajetórias nas ruas – dificultou a consolidação de vínculos com os sujeitos. Após três anos de imersão no campo, a pesquisadora (que, inclusive, realizou parte do estudo em um serviço da rede socioassistencial) chega a afirmar que o fato de manter contato com alguns dos participantes por um maior período de tempo foi, muitas vezes, um acontecimento fortuito: “foram contatos com temporalidades e intensidades distintas, uns mais contínuos e outros tão fugazes quanto a sorte da ocasião” (p. 13).

A despeito das especificidades do trabalho supracitado, relatos como o de Martinez (2011) não são um caso à parte⁶³. Como construir – e sustentar – “vínculos” com uma população dita “itinerante” ou “nômade”? Em primeiro lugar: o que é uma população itinerante? Esta indagação, que também venho me fazendo desde a iniciação científica, parecer ser um fator significativo no processo de pesquisa com pessoas em situação de rua.

Cabe destacar que, ao lado de “nômade” e “errante”, “itinerante” é um termo bastante recorrente na literatura específica sobre o tema da população de rua. Como me parece, embora se trate de uma tentativa de retratar o imperativo de mobilização (quase que constante) pelos espaços urbanos, haja vista a necessidade de estabelecer estratégias de sobrevivência e mecanismos de resistência. Recorri à palavra “itinerância”, mas com restrições, pois considero que esses deslocamentos não raro decorrem do uso de força bruta e das ações higienistas do Estado.

⁶² Pessoas em situação de rua que se deslocam pelas estradas e param em determinados trechos, mas que, em geral, neles não se fixam por um período prolongado de tempo. “Viver no trecho” é uma expressão utilizada entre os próprios sujeitos, que transitam por diferentes cidades e estados. Como propõe Martinez (2011), os trecheiros “não se territorializam num único lugar porque fazem do deslocamento uma forma de existência” (p. 13).

⁶³ É curioso notar que, não obstante atravessada por outros fatores, característicos desse tipo de investigação, a preocupação com os vínculos também apareceram nas pesquisas censitárias com a população de rua. Esses estudos de base estatística, que tradicionalmente tomam como parâmetro a unidade domiciliar, viram-se obrigadas a repensar os caminhos, as técnicas e as estratégias de operacionalização quando decidiram ir às ruas para “contar”. Isso porque a própria abordagem dos sujeitos nesse território exige cuidados éticos que, de uma forma ou de outra, parecem esbarrar na problemática dos vínculos. A título de exemplo, para iniciar as conversas iniciais e aplicar os questionários, o grupo de estudiosos que realizou o trabalho de campo da primeira pesquisa nacional sobre essa população recorreu à mediação de representantes de movimentos sociais, membros de pastorais, atuantes de ONGs e outros agentes que – por já atuarem junto com o público em questão – mantinham contato cotidianamente e/ou tinham encontros mais assíduos com pessoas em situação de rua. Ver Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* (Brasília, DF, MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009).

Embora não seja minha proposta entrar especificamente nessa minúcia, as relações efêmeras e interações breves do dia-a-dia não são – de modo algum – característica exclusiva das pessoas em situação de rua.

Na pesquisa sobre memória essa preocupação assume traços bastante específicos. Quais?

Pensando principalmente nessa questão do vínculo, o contato inicial com os sujeitos e o convite para participar do estudo de iniciação científica⁶⁴ ocorreu no período de março a junho de 2016, num Núcleo de Convivência⁶⁵ para Adultos em Situação de Rua, situado na cidade de São Paulo. Na pesquisa de mestrado, recaiu novamente sobre um espaço institucional, mais especificamente, um serviço socioassistencial voltado a essa população específica. E por quê?

Recordo-me que, na iniciação científica, logo no início do trabalho de campo, busquei aproximação e tentei estabelecer uma relação mais pessoal com algumas pessoas presentes no espaço em que a pesquisa acontecia. Tive diálogos mais triviais e informais, quer dizer, além das conversas que ocorrem na situação específica das entrevistas, que fiz com oito sujeitos. Apesar disso, julgo que minha inserção no cotidiano propriamente dito da instituição foi um tanto tímida e pontual, o que – ponderei mais tarde – pareceu fundamental para criar e fortalecer vínculos, esses últimos, como já enfatizava Bosi (1979/2009), indispensáveis em pesquisas psicossociais que se voltam ao entendimento da memória junto com grupos minoritários.

Conforme a autora, cujas sugestões metodológicas e considerações éticas também subsidiaram a construção do projeto que deu origem ao estudo aqui apresentado, a qualidade das entrevistas está fortemente vinculada ao modo como estabelecemos os contatos iniciais e, sobretudo, ao tempo que destinamos para o trabalho de campo e que dedicamos para construir

⁶⁴ A cada um dos participantes do estudo de iniciação científica, apresentei o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Optei, ainda, por ler o termo junto com cada um dos sujeitos para esclarecer eventuais dúvidas que surgisse a respeito do TCLE, mas também para relembrar a proposta da pesquisa como um todo, que já havia lhes apresentado durante o momento de abordagem. A todas as pessoas que se disponibilizaram a contribuir com a realização do estudo, assegurei a preservação de suas identidades e o direito a retirar sua participação – a qualquer momento – sem qualquer tipo de ônus ou mesmo de penalidade.

⁶⁵ Os Núcleos de Convivência para Adultos em Situação de Rua integram os serviços de proteção social especial de média complexidade. Cabe esclarecer que esse contato inicial só ocorreu após a concordância da instituição. Primeiro, entrei em contato com o mencionado serviço para apresentar a proposta da pesquisa (objetivos, procedimentos metodológicos, cuidados éticos, etc.) e solicitar o consentimento para utilização o espaço para abordagem e realização das entrevistas com os sujeitos.

e consolidar uma relação de proximidade, amizade e confiança, com os interlocutores. Nas palavras de Bosi (1979/2004),

O principal esteio do meu método de abordagem foi *a formação de um vínculo de amizade e de confiança com os recordadores*. [...] *Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa*. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, *mas participar de sua vida*. [...] (p. 37-38, grifos meus).

Chama a atenção, não obstante, que o excerto acima sugere que o que Bosi (1979/2004) designa de “observação participante” em pesquisas com memória é mais que um olhar atento ou um mero espreitar à distância, “observar” e “participar” traduzem-se como uma profunda *convivência* com os interlocutores. Para a autora, “*vínculo não traduz apenas como uma simpatia espontânea* que se foi desenvolvendo durante a pesquisa, mas resulta de um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito” (p. 38, grifos nossos).

Essa forma de encarar o estudo, que se ocupa das e preocupa-se com as questões do lembrar e do esquecer, (sobretudo quando se trata da memória dos “esquecidos”, grupos e indivíduos cujas vozes foram silenciadas e histórias escamoteadas) realmente pareceu-me, em um primeiro momento, não só primordial como também *imperativa*.

Como o leitor pode antever, de fato não tardou para que eu viesse a interrogar se – com a convivência e em relações de confiança – as pessoas que entrevistei na iniciação científica não teriam partilhado e trabalhado narrativamente suas lembranças sobre a vivência singular na rua.

Num primeiro momento, pensando na não obtenção de narrativas acerca da experiência na rua e preocupada com os obstáculos que recaíram sobre a evocação e recordação da memória do sofrimento na iniciação científica, “vínculo” havia se tornado uma questão central – metodológica e ética – para o estudo de mestrado. Esse conceito carrega grande força na ação e nas pesquisas em ciências humanas. Mas o que é vínculo?

Como me parece, nas pesquisas acadêmicas nessa grande área, a exemplo da tese de doutoramento de Bosi (1979/2004), na psicologia social, “vínculo” tem se traduzido como uma forma de rebater a ideia de neutralidade no processo do conhecimento e, ainda, de chamar a atenção para o papel dos afetos no processo de investigação, que envolve a relação

de mútua afetação entre sujeito e pesquisador. Todavia, parece-me, igualmente, que “tempo” vem se inserindo nessa “equação”, por assim dizer, em um sentido mais quantitativo do que qualitativo mais qualitativo da palavra. Em certo sentido, o “*quantum*” de tempo que empenhamos no trabalho de campo e que passamos junto com os interlocutores pode favorecer a consolidação de laços, pois “comunidade de destino exclui, pela própria enunciação, *as visitas ocasionais ou estágios temporários no lócus da pesquisa*” (p. 37 e 38, grifos meus).

Um parênteses: tanto na iniciação científica como no mestrado, Ecléa Bosi foi uma importante referência para que eu pudesse pensar os procedimentos da pesquisa sobre memória com a população de rua.

Não obstante, já nas minhas primeiras idas ao campo de investigação, agora, no mestrado, os dilemas e os impasses que foram se apresentando e uma vez mais aflorado, levaram-me a começar indagar *como* tais condições sugeridas por Bosi (1979/2004) seriam (ou até que ponto seriam) passíveis de se concretizar dadas 1) as condições reais de vida dessas pessoas que vivem nas ruas 2) as próprias condições para a realização de uma pesquisa sobre memória nesse contexto.

Assim, foi inevitável se deparar com a questão: como estabelecer e fortalecer vínculos ou, nas palavras de Bosi (2003), consolidar “laços de amizade” com uma população “itinerante”⁶⁶ que – embora com exceções, pois aqueles que estão em situação de rua não constituem um bloco monolítico, dificilmente permanece por um período muito extenso ou prolongado de tempo num mesmo lugar. Relembro pelo menos duas razões para isso: 1) deslocamentos pelos espaços públicos citadinos para sobreviver e resistir às várias faces da violência que enfrentam cotidianamente e 2) remoção pelos agentes públicos e pela população em geral, de locais de alta circulação e removida do campo de visão dos passantes.

Numa pesquisa sobre memória e narrativa com pessoas em situação de rua, essa questão não poderia ser passada por alto. Como veremos mais adiante, evidentemente, muitas lembranças surgem à nossa revelia. Mas o “labor do lembrar” é um processo (muitas vezes árduo) que requer tempo – tempo qualitativo, diga-se de passagem.

⁶⁶ Ao lado de “nômade” e “errante”, “itinerante” é um termo bastante recorrente na literatura específica sobre o tema da população de rua. Como me parece, embora se trate de uma tentativa de retratar o imperativo de mobilização (quase que constante) pelos espaços urbanos, haja vista a necessidade de estabelecer estratégias de sobrevivência e mecanismos de resistência. Recorri à palavra “itinerância”, mas com restrições, pois considero que esses deslocamentos não raro decorrem do uso de força bruta e de ações higienistas do Estado.

Tentando “driblar” esse impasse, tanto na iniciação científica quanto no mestrado⁶⁷, recorri a espaços institucionais, como dito acima para a realização do trabalho de campo. Ainda assim, reconheço que a pesquisa sobre memória ocorreu sob a fugacidade do contato. No estudo de iniciação científica, por exemplo, embora tivesse optado justamente por um núcleo de *convivência* – lugar em que indivíduos em situação de rua transitam com maior frequência e que, geralmente, permanecem por horas para as refeições e para as atividades denominadas “socioeducativas” – em decorrência da alta demanda e da rotatividade que caracterizavam a dinâmica institucional, não era incomum não encontrar mais as mesmas pessoas nas visitas seguintes ao campo de investigação⁶⁸.

A efemeridade do contato com os interlocutores é, pois, um dos principais *desafios* metodológicos que, de modo geral, as investigações com essa população precisam enfrentar, como também confirmaram Mendez (2011) e Lisboa (2013) em seus estudos etnográficos. Especificamente com relação às pesquisas que estudam e que trabalham com memória e narrativa com pessoas em situação de rua, não é possível desconsiderar que teremos que manejar entraves como 1) a oportunidade de um único encontro com os sujeitos entrevistados e 2) as eventuais dificuldades de rerepresentar as memórias colhidas por meio dos relatos orais, procedimento sem o qual “a narrativa parece roubada” e a entrevista torna-se tão só uma apropriação do tempo dos interlocutores (Bosi, 1979/2004, p. 38).

As questões metodológicas supracitadas, que se também se constituem como uma questão ética na situação do estudo sobre memória, de fato, representam um desafio aos pesquisadores para a construção de um vínculo – caso entendamos “vínculo” como uma relação afetiva que somente se estabelece a partir de um contato mais constante ou encontro mais frequente com os sujeitos. Ademais, caberia muito bem indagar se “vínculo” se traduz necessariamente como uma relação “positiva”. Inspirada pela filosofia espinosana, começo a pensar que a ideia de bons e maus encontros pode orientar tal reflexão.

⁶⁷ Pelas razões expostas acima, no mestrado, novamente optei por fazer a pesquisa de campo num núcleo de convivência voltado à população adulta em situação de rua, também situado na cidade de São Paulo.

⁶⁸ Se as pesquisas que ocorrem em espaços institucionais se deparam com limitações, aquelas realizadas no espaço das ruas também enfrentam dificuldades metodológicas próprias do território – bastante dinâmico – em que o estudo acontece e é obrigada a se deparar com outras questões éticas (como a abordagem e o contato inicial, que podem facilmente converter-se numa violência ou provocar incômodos aos sujeitos). Isso sem contar que a pesquisa sobre memória que ocorre no espaço das ruas e a pesquisa sobre memória no espaço institucional, sem dúvidas, constituem-se como pesquisas diferentes, já que o próprio território, que não é só um espaço físico, mas social e simbólico, intervém na recordação – no passado que se lembra e esquece – e na atividade narrativa.

2.6. As (im)pertinências da pesquisa sobre memória com o profissional “psi”

No presente trabalho, logo que obtive o consentimento da instituição para utilização do espaço a fim de realizar a pesquisa de campo, fui apresentada por trabalhadores do serviço como pesquisadora e estudante de mestrado na área da Psicologia Social. Busquei, desde o início, esclarecer o motivo de minhas visitas ao local para evitar desconfortos. Como ocorreu na iniciação científica, minha presença afetava as pessoas em situação de rua que ali estavam de diferentes maneiras: como me pareceu, despertava curiosidade, mas também gerava incômodo ou provocava atitude de indiferença ou desinteresse.

Assim sendo, procurei não abordar indivíduos que pareciam não estar disponíveis, pelas mais diferentes razões, para o diálogo com uma pesquisadora. Achei-me a um grupo de pessoas que sinalizava – às vezes com sorrisos, às vezes lançando-me olhares curiosos – que eu poderia me aproximar para uma primeira conversa e para apresentar a proposta da pesquisa. Preocupada com o fato de que a inserção no campo em trabalho na iniciação científica havia pendido mais para a observação e buscando promover um bom encontro com os sujeitos, indaguei-lhes: “Como posso ajudar vocês?”.

“Ajuda”, palavra que, para mim, tinha um sentido muito mais próximo à cooperação ou colaboração. Termo que, como revela a observação cotidiana, não é incomum circular nos diálogos triviais e nas conversações diárias. Não me atentei, porém, para o fato de que tal palavra, aparentemente inócua, tem como subtexto um processo histórico de assistencialismo. Palavra que, ao incorporar aquele contexto, remetia a relações de tutela. Fazia sobressair o lugar social que ocupamos numa sociedade desigual e profundamente estratificada, ao mesmo tempo, em que se apresentava como um eufemismo, camuflando relações de exploração e dominação. Aliás, “ajuda” – cujos sentidos, naquela situação específica, reforçavam a posição de carência, sem possibilidades de revezamentos – muito possivelmente seja uma das palavras que aqueles que enfrentam a realidade mais escutam em seu dia a dia, nas interações sociais. Foi por intermédio dessa palavra, que denunciava meus *esquecimentos*, que estabeleci os primeiros contatos com os sujeitos no campo de investigação – e também sofri os primeiros embates.

Decerto, não recorri à palavra adequada para a ocasião. Como o leitor deve presumir, essa minha escorregada ético-política sob a forma de indagação “como posso ajudá-los?” não foi recebida da mesma forma por todos aqueles que a ouviram. Joaquim, que, no momento em

que disparei a pergunta, estava próximo ao pequeno grupo com o qual eu tinha travado diálogo, fez sinal para mim, convidando-me para uma aproximação. Então, falou de forma enfática: “*eu não quero compartilhar nada com você*”. Tive de repensar – e recolher – as palavras: “*Você não pode ajudar a gente*”. Não abriu espaço para que eu pudesse me retratar. E, assim, continuou, questionando-me sobre o que teria eu, como estudante e pesquisadora na área da psicologia social, de fato, para lhes propor em face das condições sub-humanas de existência a que estavam submetidos. Inteirando-se de que eu estava no espaço para realizar uma pesquisa sobre memória, lembro-me, disparou: “*Você tem que entender que tem gente aqui que nem mais neurônio tem...*”

Recordo-me bem: uma das frases mais repetidas por Joaquim em nossa conversa é justamente o “você tem que entender”. Em uma tradução livre de suas palavras, estão cansados do “pesquisador bom samaritano” que se volta aos “pobre-coitados” com piedade ou compaixão; estão cansados do intelectual que consigo leva debaixo dos braços a proposta de “conscientizá-los”. Não me deterei a esse aspecto aqui, já que o acima narrado está longe de ser incógnita no campo das investigações em psicologia social (vide, por exemplo, relato de Bader Sawaia⁶⁹ em sua tese de doutoramento, na década de 80). Gostaria de salientar apenas que, além de ter me colocado no lugar da ignorância em relação às suas condições de existência, Joaquim de alguma forma chamava a atenção para os “sentidos” que o labor do lembrar ganha em situações-limites como a situação de rua; os “sentidos” de narrar essas memórias em processos de desumanização.

Aliás, sua fala parece indicar que só o fato de eu ter lhe convidado a recordar essas experiências extremas como que representava uma afronta a sua dignidade humana: “*Morador de rua perdeu a identidade, não tem mais autoestima... Tem gente que virou zumbi, não é mais homem. Perdeu a humanidade. Você tem que entender isso*”. Nesse sentido, também vale a pena resgatar a fala de Lúcio, entrevistado na iniciação científica, que enunciou: “*Eu tenho [lembranças] da minha vida*” (Lúcio, depoimento pessoal, 2016).

Diante disso, cabe muito bem perguntar: convidá-los ao trabalho de memória seria necessária e forçosamente *salutar*, sobretudo em relação a determinados temas ou assuntos, tendo em vista a situação específica da pesquisa acadêmica e a situação-limite da realização?

Aliás, como bem lembra Gagnebin (2014). “Giorgio Agamben se pergunta se o campo

⁶⁹ Sawaia, B. B. (1987). *A consciência em construção no trabalho de construção da existência*. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

de concentração não seria a norma secreta, a lei, o *nomos* do espaço da biopolítica contemporânea: espaço em que há abundância de “zonas cinzentas”, indeterminadas, onde se amontoam mortos-vivos na indiferença generalizada dos vivos ditos normais” (p. 49 e 50)

Por outro lado, encontrei também pessoas que acolheram minha presença no espaço, convidando-me, inclusive, para me juntar com elas. Pedro⁷⁰, mostrando-se preocupado, pois não havia mais cadeiras disponíveis na mesa em que estavam reunidas, gentilmente levantou-se e cedeu seu lugar para mim. “*Não, não*”, disse rebatendo uma possível recusa, “*fica aí, fica à vontade. Eu já venho*”. Tive a oportunidade de trocar experiências com alguns homens em situação de rua que frequentavam o espaço. Foi justamente nessa ocasião que, para minha surpresa, “vínculo”, essa questão com a qual me via às voltas a todo o momento durante o trabalho de campo, apareceu às avessas. Enquanto ponderava ser apenas uma pesquisadora, uma desconhecida, com quem não tinham familiaridade, alguém me trouxe à memória que nem tanto: “*a gente gosta de conversar com psicóloga e assistente social*”, enunciou Caio. Quando lhe perguntei o porquê, esclareceu: “*vocês gostam de ouvir a gente*”.

O acima narrado ocorreu também na iniciação científica. O fato de eu ser estudante de psicologia na ocasião, parecia legitimar e autorizar não só a minha escuta, mas também as perguntas.

[...] Manda a ver. Pergunta o que você quiser. Assim você me ajuda. Faz um milhão de tempos... Nunca mais tive a oportunidade de conversar assim sabe... Procurar uma psicóloga.”. E continua: “você pode me perguntar tudo. Você pode me perguntar direto” (Carlos, depoimento pessoal, 2006).

Retomando a pesquisa de campo no mestrado, em um contexto mais informal se comparado à situação específica da entrevista, as pessoas compartilharam, espontaneamente, memórias a respeito de suas histórias de vida: trabalho, filhos e netos. Fizeram também algumas perguntas sobre minha trajetória acadêmica e minha história pessoal. Naquela tarde, estabeleceu-se um prazeroso e afável espaço de troca e interação. As falas entrecruzavam-se; não raro, sobrepunham-se, evidenciando, a meu ver, o anseio por encontrar um espaço compartilhado, em que pudessem, de fato, ser ouvidos; contar suas histórias e trajetórias, partilhar as suas memórias e os dilemas do cotidiano – como me pareceu, *da e apesar da* experiência do sofrimento na rua.

⁷⁰ Lembrando que todos os nomes apresentados nessa dissertação são fictícios.

A partir desse episódio corriqueiro, ganha notoriedade pelo menos duas questões. A primeira delas refere-se à relação concreta com os interlocutores, que, nesse caso, está intimamente associada à especificidade social da psicologia como uma profissão – reconhecida e conhecida – no país. “O que pensam as pessoas em situação de rua – que vem se deparando com essa categoria profissional no cotidiano dos serviços socioassistenciais – acerca das (os) psicólogas (os) e, de modo geral, sobre a “ciência psi”?” A observação cotidiana permitiu-me perceber que, no caso específico de um estudo que trabalha com memórias a partir de fontes orais, essa variável pode intervir (de maneira positiva ou negativa) no processo narrativo.

Para alguns sujeitos, percebi que o fato de eu ser estudante (na iniciação científica) e graduada em psicologia (no mestrado) representava ter diante de si alguém que suportaria ouvir e que acolheria a narrativa do sofrimento, já que a escuta é vista como uma espécie de distintivo do trabalho das (os) psicólogas (os). Para outros, no entanto, a “profissional psi” provoca desconfortos em alguns momentos da entrevista, por exemplo, quando perguntei sobre as lembranças relativas à trajetória na rua: *“olha, eu não gosto de contar, mas como a senhora... É uma doutora, uma psi... psicóloga, eu tenho que contar”* (Lúcio, depoimento pessoal, 2016).

Mais do que a função propriamente dita de pesquisadora, minha formação em psicologia sobressaiu-se no contato e nos vínculos interpessoais com os sujeitos de sorte a favorecer não só a narração de suas memórias como também legitimar meu lugar como ouvinte dessa narrativa. Ainda que eu tivesse explicitado a razão pela qual visitava o espaço (a realização de uma pesquisa de mestrado), a *escuta* – tomada como uma especificidade quase que exclusiva dessa profissão – pareceu intermediar, nos diálogos informais, a relação e estimular o intercâmbio de experiências com os interlocutores.

Os aspectos acima narrados podem constituir-se importantes indicativos do significa, concretamente falando, o estabelecimento de vínculos no contexto da pesquisa acadêmica junto com a população de rua: um encontro fundamentado no acolhimento e na escuta, um espaço em que suas vozes possam se manifestar mais livremente.

2.7. Silêncio: palavra impedida ou vontade de não narrar?

Aqueles que se dedicam a investigar os processos da memória com a população de rua deparar-se-á, em maior ou menor grau, com algumas questões situadas na fronteira incerta entre o silenciamento e a seleção narrativa consciente (por que não dizer, vontade de não dizer), uma espécie de “zona cinzenta”, como diz Primo Levi (Gagnebin 2014). Nesse sentido, concordo com Pollak (1989) quando afirma que “o silêncio tem razões bastantes complexas”

Ao discutir a problemática da memória em situações e experiências limites, ele argumenta que ‘silêncio’ e ‘esquecimento’ não necessariamente coincidem. Para o sociólogo, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, o silêncio pode ser uma forma de resistência (vale reforçar, aqui, não na acepção psicanalítica do termo). Essas “memórias subterrâneas” – aparentemente esquecidas – são, na realidade, veladas e continuam a ser transmitidas em espaços de interação intragrupal, em relações de confiança, conservando-se vivas até que, no momento oportuno, eclodam e circulem no espaço público, rompendo com as “zonas de sombra, os silêncios e os não-ditos” (Pollak, 1989, p. 08).

É curioso (e pertinente) observar que, no léxico, a palavra silêncio quer dizer tanto a completa ausência de som quanto a condição de quem se cala ou ato de quem se abstém de falar. Pode ainda significar omissão, sigilo ou não referência a algo. Ainda conforme o dicionário, silêncio denota sossego ou tranquilidade. Já quando cumpre ou ocupa a função de interjeição num colóquio, opera sobre o interlocutor – faz calar e silenciar, representando, por consequência, uma interrupção na e da comunicação entre os falantes⁷¹.

Mas, em termos de linguagem oral e, mais especificamente, no contexto do diálogo, caracterizar-se-ia o silêncio humano única e exclusivamente pela não vocalização ou não enunciação – seja pela decisão do falante, seja pela coibição – subtendida ou explícita – de seu interlocutor?

Vigotski (1934/2009), eixo teórico-analítico desta pesquisa, não tratou da problemática do silêncio tal como busquei abordar neste breve tópico de análise e discussão. Apesar disso, é pertinente mencionar que, ao estudar a questão do pensamento e da

⁷¹ Conforme consulta do verbete “silêncio” no *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, disponível no site <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=sil%C3%A2ncio>. Acesso em 15 de Março de 2019.

linguagem, o pesquisador analisa o surgimento dos processos interiores da fala humana, cujo principal traço característico em relação à linguagem/discurso exterior reside em seu aspecto silencioso. Todavia, a linguagem interior não se caracteriza só pela ausência de vocalização ou supressão do aspecto sonoro da fala, como se fosse estéril semanticamente.

O autor argumenta que a linguagem/discurso interior – direcionada para si e, nesse sentido, silenciosa, taciturna, implícita – é em “uma função discursiva absolutamente específica e original por sua estrutura e seu funcionamento” (Vigotski, 1934/2009, p. 445). No curso do desenvolvimento, surge gradativamente graças à linguagem socializada ou externa, que é uma forma de comunicação com as outras pessoas. Como propõe Vigotski (1934/2009), as linguagens exterior e interior, cujo processo intermediário é a linguagem egocêntrica, constituem, pois, uma unidade complexa e indissociável, mantendo um constante e dinâmico intercâmbio: são processos intimamente vinculados e, embora essa relação entre ambos não seja de identidade, já que exercem funções próprias e apresentam traços específicos que os diferenciam, não se separam.

Sem me aprofundar nessa discussão, do acima exposto, gostaria de apontar rapidamente para o fato de que nem todo conteúdo de nossa vida psíquica é necessariamente oralizado, verbalizado em voz alta (e isso, no fundo, não é nenhuma novidade). A título de exemplo, em matéria de recordação complexa e ativa – um processo organizado que, na vida adulta, geralmente se dá por meio da reflexão (Vygotski, 1932/2014) – é possível lembrar muito bem certos acontecimentos e eventos vividos, sem, porém, partilhar ou transmitir as lembranças a outrem por palavras; ou seja, trabalhá-las e recriá-las numa narrativa, tornando-as de alguma maneira acessíveis pela fala do narrador e compreensíveis para seu ouvinte e interlocutor.

Diante disso, caberia indagar ainda: será que o silêncio representa tão só a cessação da comunicação no intercâmbio entre narrador e ouvinte? Ou será que cumpriria uma função na linguagem e fala humanas, possuindo um potencial comunicativo? Aliás, por que trazer à baila justamente tal temática na pesquisa aqui apresentada?

Primeiro, porque, nos relatos colhidos na ocasião da iniciação científica, o silêncio ganhou destaque nas falas e enunciados de alguns sujeitos entrevistados, manifestando-se de diferentes maneiras no complexo processo de transmissão verbalizada e discursiva daquilo que pensam, sentem e lembram, em suma, de suas vivências: “*Ah menina... Hoje em dia eu já*

não tenho mais... Assim... [silêncio]⁷² Porque... Assim... Porque a maioria do que eu sei... Eu dou aula pros outros. Tudo o que os outros procura, quer saber... [silêncio] Eu sei de cabo a rabo...” (Giovani, entrevista pessoal, 2016).

Decerto, o silêncio pode instituir pausas necessárias para que narrador tome fôlego; ou, ainda, dar espaço para a reflexão silenciosa, para a recordação meditativa a respeito do passado. Nesse sentido, concordo com Bosi (2013) quando alerta os pesquisadores que trabalham com memória, relatos orais e história de vida para o cuidado de não preencher as lacunas deixadas pelos silêncios narrativos com interpretações apressadas ou supérfluas. Os enunciados tateantes e reticentes do discurso vivo, erigidos sobre as interrupções e hesitações que o silêncio como que imprime ao movimento (pouco ou nada linear) da narração, não representariam uma falha que cabe tentar emendar, reparar; ao contrário, são uma condição própria do processo narrativo.

Entretanto, o silêncio que, nos depoimentos dos entrevistados na iniciação científica, se manifestou nos hiatos e lacunas, nas titubeações e reticências, não pareciam exercer tão somente a função de modular a velocidade e o ritmo da fala, respeitando os “pulmões” do narrador e o processo de transição da experiência lembrada no fluxo da atividade discursiva. Nos depoimentos, o silêncio característico da produção discursiva, que se inscreve no cerne da narração, parecia articular-se ao silêncio daqueles cuja palavra foi impedida nas relações entre as pessoas. Não era possível ignorar que esses silêncios denunciavam os obstáculos que recaíam sobre o lembrar/narrar em situações-limite. *“Eu tô tentando lutar contra o preconceito humano... Não tô dando uma de coitado ou vítima, não... [...] Então, quer dizer, eu fico desnorteado aguentando sofrer tudo calado, entende? Não podendo fazer nada, me sentindo impotente”* (Carlos, entrevista pessoal, 2016).

Os sujeitos, em seus relatos, revelaram que o silêncio narrativo – que compreende as pausas e as hesitações e as seleções características de toda produção discursiva – “dizia” da dificuldade em depositar a realidade do sofrimento em experiências comunicáveis; também denunciava o bloqueio ou impedimento da palavra; o silenciamento de suas vozes. Restaria, agora, indagar: palavra negada ou “vontade” de não narrar? Tratando-se de experiências-limite a questão é mais complexa do que se possa imaginar e exige que comecemos abdicando

⁷² Nas transcrições dos depoimentos, a palavra “silêncio”, entre colchetes, foi utilizada pela pesquisadora-ouvinte quando a pausa ou hesitação na fala dos sujeitos foi um pouco mais longa, entrecortando de forma mais clara e evidente os enunciados narrativos. No mais, optei pelo uso das reticências para marcar esses momentos mais tateantes dos discursos.

a alternativa “ou...ou” para buscar melhor “ouvir” o quê esses silêncios (e o plural aqui não foi empregado aleatoriamente) tentavam me “dizer”.

Por exemplo, no início de nossa conversa, Lúcio disse-me: “*eu quero participar, mas não tem história nenhuma pra contar*”. O que imediatamente me levou para a questão: silenciamento. Mas, ao longo de nossa conversa, escutei: “*olha, eu não gosto de contar, mas como a senhora... É uma doutora, uma psi... psicóloga, eu tenho que contar*”, o que retomou a questão da relação concreta entre pesquisadora em psicologia social, graduada em psicologia, os sujeitos e a elaboração narrativa.

Ainda sobre minha conversa com Lúcio, então, prontamente, lhe disse: “*você não precisa contar*”, propondo a interrupção da entrevista. Entretanto, em seguida escutei: “*você não quer saber*”, confirmando a análise de Gagnebin (2006/2009) de que a narrativa do sofrimento está sendo feita, mas não devidamente escutada.

Caberia ainda indagar: a “rua” era um ponto nevrálgico para quem? Para o sujeito, que aciona e narra pela ação da memória a realidade do sofrimento? Ou para a pesquisadora e ouvinte, cujos ouvidos (analisando retrospectivamente) talvez não estivessem – por mais que eu me empenhasse – preparados para escutar essa narrativa? Enquanto elaborava a dissertação, fiz o exercício de recordar a experiência em campo na iniciação científica, mas também revisei o material transcrito e um diário de campo, com algumas anotações, que me orientaram nesse processo. Afinal, nesse entretanto, alguns eventos e detalhes caíram no esquecimento. Dei-me conta, ao visitar esse diário, que relatei em mais de uma data a dificuldade em realizar as entrevistas. Talvez, na ocasião, eu esperasse uma “narrativa mais tranquila”, menos entrecortada e fragmentada, características diametralmente opostas às narrativas do sofrimento (Gagnebin 2006/2009). O que não ocorreu, no mais das vezes.

Como podemos perceber, no depoimento de um mesmo participante, os “silêncios” (silêncio a respeito do passado) manifestaram-se nos enunciados narrativos e têm muitas nuances. Silêncio nem sempre significa dificuldade de objetivar a lembrança na palavra narrada. Em outras palavras: esquecimento e silêncio não são necessariamente duas faces de uma mesma moeda.

O fato de eu ser não só pesquisadora, mas também psicóloga legitimou, como já foi dito, em muitos momentos, minha (socialmente presumida) boa capacidade de escuta e meu lugar como aquela que “consegue ouvir a narração insuportável do outro” (Gagnebin,

2006/2009, p. 57). Paradoxalmente, observei que o receio de os fatos narrados caírem no descrédito, não ser legitimados (de eu não aceitar suas palavras) ou, ainda, de eu não suportar a narrativa da experiência da dor e do sofrimento, impeliu Lúcio a interceptar, diversas vezes, a narração durante a entrevista⁷³: “xiii, *se eu te contar, você vai ficar assombrada [...] Olha, eu não gosto de contar*” (Lúcio, depoimento pessoal, 2016).

Em alguns casos, as falas dos sujeitos demonstravam que eu – melhor dizendo, os diferentes papéis que desempenho nas relações sociais – poderia também representar uma “audiência punitiva” ou mesmo apontavam que, como “pesquisadora” (vale perceber, novamente, colocada no lugar do não-saber sobre essa realidade opressão) não seria capaz de ouvir e de compreender de modo satisfatório o “escândalo do sofrimento” (Gagnebin, 1999):

Eu tô na rua através desse tipo de coisa, coisa ruim, coisa que... em ciência ceis não acreditam nisso... [...] Muito perreco, muita gente na rua... Aí as pessoas olham pra mim com desprezo. Aí eu luto, entendeu? Eu faço uma luta diariamente, vou atrás de um trabalho, alugo um lugar e saio fora. Aí depois eu caio na droga. [...] Mas eu não gosto da rua. As pessoas ficam olhando pra sua cara com pena, com ódio. (Luan, depoimento pessoal, 2016).

Aqui, vale lembrar o testemunho de Primo Levi (1990/2016) sobre a experiência de dor e sofrimento nos campos de concentração e extermínio: “porque o silêncio, a ausência de sinais, é por vez um sinal ambíguo, mas a ambiguidade [...] gera inquietude e suspeição” (p. 72). E continua:

[...] sob o aspecto da comunicação, ou melhor, da não comunicação, nossa experiência de sobreviventes é peculiar. É um cansativo costume nosso intervir quando alguém [...] fala de frio, de fome ou de cansaço. Vocês, o que sabem disso? Deveriam passar pelo que passamos (p. 72).

2.7.1. A pergunta que não quer calar

Pensando nas dificuldades que poderiam recair sobre as possibilidades do lembrar e do narrar essa memória e inspirando-me nas reflexões de Benjamin, mais precisamente, na ideia do narrador sucateiro – esse narrador “itinerante”, que está em constante mobilização – e da narração passível de emergir nas “ruínas da narrativa” (Gagnebin, 2006/2009, p. 56), busquei nas e junto com as pessoas em situação de rua – aqueles que enfrentam agudamente o

⁷³ Situação similar foi narrada por Primo Levi. Segundo ele, a cadeia de horrores difundidas nas primeiras notícias sobre os campos de extermínio eram, em razão da monstruosidade, rejeitadas e consideradas como que não dignas de confiança (1990/2016).

anonimato social e político das e nas grandes cidades⁷⁴ – reunir e registrar aquilo que aparentemente não permanece ou deixa rastros, histórias e memórias daqueles que ninguém ao menos enxerga nas ruas das metrópoles.

Como já foi dito, desde a iniciação científica, a narração a propósito da memória da experiência na rua não era tão só uma condição para o enfrentamento do problema de pesquisa – mas, especialmente, um emblema daquilo que não deveria ser esquecido. Em outras palavras, uma vez que se tratava das memórias dos “sem-nome” (Gagnebin, 2006/2009), das minorias, portanto, uma memória cuja evocação e transmissão oral denunciava a experiência do sofrimento ético-político (Sawaia, 2001) e apresentava-se como uma forma de resistência ao anonimato (Gagnebin, 2006/2009). Entretanto, a temática da “situação de rua” não parecia ser – antes mesmo das entrevistas que realizaria – um assunto sobre o qual as pessoas com quem estabeleci meus primeiros contatos durante no mestrado estavam dispostas a conversar: não queriam ou não podiam falar sobre.

Deparar-me novamente com esse embaraço foi, no entanto, um dos fatores que influenciou fortemente a decisão de abandonar a pergunta de inicial para me voltar a refletir criticamente a respeito dos próprios desafios e embates que estava enfrentando no processo da investigação. Haja vista tantas indagações e controvérsias, a quase inexistência de pesquisas que se dedicam especificamente a investigar as questões da memória com a população de rua (Pereira, 2007; Pereira & Dantas, 2018), as experiências vividas com os sujeitos e reflexões que foram se adensando ao longo processo de inserção no campo, evidenciou-se a necessidade – ou o imperativo – de pensar os desafios e as ressonâncias da pesquisa para aqueles que dela participariam: científica, mas também política e eticamente falando.

Ao longo do trabalho de campo, no mestrado, não raro compartilhava com alguns trabalhadores – que conviviam, de fato, com essas pessoas – as dúvidas e inquietações que marcavam a trajetória da presente investigação. Dentre as preocupações que recorrentemente trazia à tona nessas conversas, destacavam-se “a coerência” e a violência da pesquisa que estava realizando. Certa ocasião, numa das minhas visitas ao espaço, fui questionada sobre o porquê me propus a fazer uma pesquisa que trabalha justamente com memórias. Lembraram-me que a população de rua é abordada no próprio território das ruas, por exemplo, por

⁷⁴ Conforme Gagnebin (1999), Benjamin, já fim do século XIX, analisa que a frieza e o anonimato são características marcantes da vida nas grandes cidades na sociedade capitalista. Todavia, embora essas condições sejam vividas, de modo geral, pelos habitantes das urbes, é possível dizer que a vida nas ruas, certamente, exaspera-as ou as torna mais pungente.

serviços socioassistenciais; é convidada, em outros contextos, a contar, narrar suas histórias. Haja vista que eu estava aberta ao diálogo, buscaram alertar-me para as possíveis consequências que o exercício da lembrança, nessas circunstâncias, poderia trazer àqueles que participassem do estudo – pessoas consideradas como sujeitos em condição de “vulnerabilidade”.

Com todas essas reflexões e provocações acumuladas e considerando a experiência acima narrada, foi inevitável perguntar se, para trabalhar memória e narrativa, eu *deveria* insistir em abordar – nas entrevistas até então previstas – a temática das vivências na rua, que, cabe lembrar, mostrou-se uma questão “nevrálgica” para algumas pessoas.

Foi, então, que, ao entrar em contato com o testemunho de Levi (1990/2016), 40 anos decorridos da experiência do horror nos campos de concentração reflete – e provoca o leitor – sobre o constante convite feito aos sobreviventes para narrarem o que ele designou “memória da ofensa”. Nas entrevistas, havia, porém, uma indagação que sempre (e importunamente) se fazia presente nessas ocasiões e que os colocavam em situações penosas e embaraçosas:

Entre as perguntas que nos são postas *existe uma que nunca está ausente*; aliás, à medida que os anos passam ela é *formulada com uma insistência cada vez maior* e um tom de acusação cada vez menos oculto [...]. Porque vocês não fugiram? Por que não se rebelaram? Por que não escaparam antes da captura? (Levi, 1990/2016, p. 122)

Para Levi, merece atenção pelo menos dois aspectos a respeito dessas perguntas: 1) quem a formulava (e a quem interessava formulá-la); 2) elas representavam a condição do encarceramento como indevida e a fuga como um imperativo – um “dever moral”. Em suma, essas interrogações fundamentavam-se em estereótipos, como o próprio título dado ao capítulo sugere.

Ao entrar em contato as memórias e reflexões de Levi enquanto elaborava essa dissertação, dei-me conta de que, de modo geral, para aqueles que estão enfrentando a realização, também existe uma pergunta “que não quer calar”, indagação (in)oportuna que lhes é constante e insistentemente dirigida (a despeito das nuances que ela ganha nos diferentes contextos em que ela se materializa): “*Está na rua por quê? Como? Desde quando? E sua família? Por que não retoma o contato com ela? Por que não volta para casa?*”.

Como pude perceber ao longo desses anos, seja no contexto de estágio curricular, seja no contexto de trabalhos acadêmicos, constantemente indagamos a razão pela qual essas pessoas não só foram “parar no olho da rua”, mas também por qual motivo ainda permanecem nesse “não-lugar”. Ou seja: esses sujeitos precisam como que justificar sua presença nesse espaço físico, social e simbólico (sim, espaço, haja vista que não podemos pensar a “situação de rua” sem levar em consideração o que a “rua” significa também em termos sócio-espacial, especialmente as ruas das grandes urbes).

De uma forma ou de outra, o tema central dessas perguntas é a rua e a experiência de realização e, no subtexto dessa interrogação subjaz, não raro, a estigmatização e a criminalização; a culpabilização dos sujeitos pela vida de penúria. É o que demonstram os relatos dos entrevistados na iniciação científica: [...] *Aí você me pergunta: “o que eu tô fazendo aqui?”... Mas aí eu preciso que você me ajuda um pouco... Assim, tudo o que você ouviu... O que você dizer?”* (João, depoimento pessoal, 2006).

Passado é passado, não falo pra ninguém [...] Na rua é assim, senhora: a gente: nós não têm valor nenhum... Às vezes eu tenho todos documentos. Todos! Aqui. Se eu chegar numa empresa, agora, pra fichar... Aí o patrão, tudo bem, passou na entrevista... Falou que tá em situação de rua... Infelizmente, não sei... [silêncio] Isso daí machuca a gente. Sabe o que é machucar? Uma facada dentro do coração. Poxa! Ninguém é malandro, ninguém é bandido, ninguém não é nada, cara! Nós é trabalhador! Isso é o que preocupa minha mente. Minha mente fica ruminante. Poxa... Nunca fui pelo crime, nunca! Dispensou aqui, eu vou ali... Aí a gente fica, oh: desempregado, sem dinheiro pra comer, sem dinheiro pra comprar roupa. Oh aqui! Eu ganhei no brechó (Lúcio, depoimento pessoal, 2016)⁷⁵.

Quer um exemplo? Vamos supor... Cê vai na Paulista. Você vai na Paulista e eu vou na Paulista. Cê tá indo na frente e eu tô indo atrás. De repente, vem uma polícia. Quem cê acha que ele vai parar primeiro? Eu! Mesmo se eu fosse um... A pessoa que tá vindo... Entra no banco bem trajado e rouba. E o cara na rua... Tipo assim, tá simplinhos e ele é o mocinho... E o cara que tá, ele é o vilão. Tendeu? Então, cada lugar que eu fui, eu tive essa experiência... Sofrimento, óbvio. [...] Hoje, eu consigo ver mais amplamente. Eu sofri muito (Luan, depoimento pessoal, 2016).

[...] eu tô tentando lutar contra o preconceito humano... Não to dando uma de coitado ou vítima. [...] Então pra arrumar emprego é difícil. Pra arrumar emprego pra portadores é difícil. Tem que ter 20 e poucos anos e eu já passei dessa idade. Agora eu descobri que tenho desvio de coluna torta. Então, quer dizer, tudo isso é uma provação que eu pensei que nunca ia continuar. [...] Então, quer dizer, eu fico desnorteado aguentando sofrer tudo calado, entende? Não podendo fazer nada, me sentindo impotente” (Carlos, depoimento pessoal, 2016).

⁷⁵ A fala acima se refere ao relato de Lúcio, um dos participantes que reiterou diversas vezes na entrevistas que bebe para esquecer do passado.

Aliás, cabe notar que a condição de silenciamento e de invisibilidade pública não significa necessariamente que essas pessoas não sejam “convidadas para falar” em outras circunstâncias. Como demonstra também a pesquisa etnográfica realizada por Martinez (2011), os sujeitos com os quais ela conversou pareciam selecionar muito bem os elementos da memória que incorporaria à narração. Como me pareceu, os silêncios e as narrativas bastante fragmentadas, no caso da pesquisa supracitada, não se deviam (apenas) à “indizibilidade” ou a uma dita interrupção “do acesso ao simbólico” em razão da experiência do trauma.

Em vista disso, passei a indagar também quando as pessoas em situação de rua são convidadas partilhar suas histórias? Em que contexto e sob quais condições? *Convidadas* a narrar (aqui, na acepção benjaminiana) ou *convocadas* a falar? Para quê e para quem? Nesse sentido, Martinez (2011) alerta que, ao realizarmos pesquisa com pessoas em situação de rua, não podemos perder de vista que

Os sujeitos, quando se apresentam nas instituições, devem contar sua história e a partir dela serão colhidas informações que permitem identificá-los. Histórias de vidas [podem ser] [...] mecanismos de captura nas instituições, tal qual uma anamnese, procedimento médico que visa realizar um diagnóstico a partir de memórias do paciente. Próximas à ideia do diagnóstico, as informações contidas nesta entrevista podem servir de argumento para intervenções institucionais das mais variadas, como: contatar familiares dos sujeitos, encaminhá-los para consultas médicas ou para albergues de outras cidades, ou então, são pontuados elementos que comprovem o direito (ou não) ao uso do serviço (p. 20-21).

Assim, aos poucos fui aplainando minha compreensão do fato de eles não falarem sobre a rua é uma dessas “zonas cinzentas”, que possui muitos entretons. Falas como “*não dá pra lembrar*” ou “*tô com esquecimento*” possuem subtextos variados. Por isso, devemos tomar o cuidado de não analisá-las e interpretá-las de forma unilateral.

Além disso, as pesquisas que realizei demonstram que – além do impedimento político da palavra, do sofrimento indizível, da memória traumática – elas podem ser também uma estratégia para que o inaudito seja ouvido. Como diria Gagnebin com Gagnebin (2014), uma forma de “fazer dispersar” e, em seguida, voltar a atenção da interlocutora para as histórias esquecidas dos esquecidos – que, nesse caso, mostrou-se não ser única e exclusivamente a situação de rua (como postulava esta pesquisadora) – mas as trajetórias e as experiências de vida, como as histórias de amor e desamor compartilhadas; as lembranças dos filhos, dos

amigos, entre outras histórias que me foram contadas e que, em um primeiro momento, passaram despercebidas por mim.

“Eu moro na rua não tenho ninguém?”⁷⁶: outro questionamento de conceitos sedimentados que foi levantado durante a pesquisa diz respeito às relações de pertença nessa realidade concreta. Apesar de não ter entrevistado pessoas articuladas politicamente a algum movimento social, contradizendo o estereótipo do homem depositado na calçada, isolado e sem nenhum vínculo, notei que as relações de pertencimento também emergiram nas narrativas de alguns sujeitos, que relataram estabelecer espaços de interação intragrupal. Em determinados casos, narraram ou fizeram menção especificamente a relações amorosas e elos de amizade (o que, aliás, passou despercebido na época em que fiz as entrevistas, quando a escuta estava bastante direcionada às experiências penosas e ainda atravessada por uma representação um tanto “lendária” da pessoa moradora de rua e da vida nas ruas): “*Eu tive um relacionamento de quatro anos. Só que eu larguei porque ele bebia demais e eu não tinha paciência com homem que bebe. Eu larguei dele*” – enfatizou Rosângela, natural de Sergipe, desde seus treze anos de idade em situação de rua. Orlando, por sua vez, como que produziu uma “cesura” na narração do sofrimento ao introduzir uma “ressalva” em seu relato: “*Imagina o sofrimento: cê sofre, sofre, sofre. [...] Eu falei essas questões. Mas tem um pessoal que eu gosto. Que a gente tem amizade. Então, tem uma coletividade, a gente faz um alimento... Fazer um rango... É tipo assim: todo mundo ajudando todo mundo*”⁷⁷.

Por fim, gostaria de salientar mais um aspecto em relação entre ao silêncio sobre o passado e as questões do lembrar e do esquecer. Como bem coloca Seligmann-Silva (2000): “Os sobreviventes de Auschwitz convivem com a polaridade – muitas vezes de modo a não deixar escolha – entre o viver o lembrar”. Sem desconsiderar a singularidade do Shoah, percebi essa dita ambiguidade também nos testemunhos das pessoas em situação de rua que entrevistei, pessoas essas que também passam por processos de desumanização e que (sobre)vivem em uma situação-limite. Os sujeitos demonstraram a premência de um espaço de fala e de escuta que possibilite o lembrar ativo e o trabalho de elaboração do passado para poder viver. Paradoxalmente, “o silenciar-se alia-se, muitas vezes, ao viver [...]”.

⁷⁶ Menção à música de Legião Urbana, intitulada *Pais e Filhos*.

⁷⁷ Por outro lado, também conversei com indivíduos que afirmaram (por vezes categoricamente) não estabelecer e/ou consolidar vínculos com outras pessoas em situação de rua ou, ainda, manter relação com grupos de pertença (sejam pregressos, sejam atuais). Assim, falas como as de César – “eu não me misturo com essa raça aí!” e “hoje eu sou um lobo solitário” – e relatos como o de Lúcio – “Sem família, sem ninguém. Só eu e Deus” – também compuseram a trama narrativa dos sujeitos entrevistados.

(Seligmann-Silva, 2000, p. 90) – o que também não é possível desconsiderar aqui. Há, aqui, uma legítima necessidade (ou “desejo”) de esquecer.

O esquecimento, assim, começa a assumir papel central na pesquisa sobre a questão da memória com aqueles que estão em situação de rua.

2.8. O trabalho de memória e o tempo nas entrevistas: breves considerações

Algumas lembranças vêm à tona como que à nossa revelia. Não podemos impedir de ser afetado por algo e essas “pequenas ressurreições da memória” (Proust *apud* Gagnebin, 2014, p. 233)⁷⁸. Porém, outro aspecto importante que escapou às análises a respeito da questão da memória na iniciação científica é que determinadas lembranças – o “labor do lembrar” – parecem reivindicar (mais) tempo para sua materialização, sua objetivação na palavra narrada, para que artesanalmente sejam trabalhadas pelo narrador, “como a mão do oleiro na argila do vaso” (Benjamin 1936/2010, p. 205). Não é da alçada dessa pesquisa desenvolver reflexões filosóficas sobre uma temática tão complexa. Entretanto, gostaria de tecer algumas breves observações para os propósitos dessa dissertação a partir de considerações realizadas por Benjamin (1936/2010).

Em *O narrador*, o filósofo, citando Paul Valéry, nos lembra (com certo tom nostálgico) do “tempo em que o tempo *não contava*” (Benjamin, 1936/2010, p. 206, destaques meus). Há, aqui, uma preciosa reflexão que podemos extrair das análises benjaminianas: a rememoração e a atividade narrativa *não necessariamente* obedecem ao compasso ou à lógica do tempo marcado pelos relógios – sobredeterminado, linear e quantitativo⁷⁹ – (lógica, inclusive, à qual essa pesquisa esteve de algum modo submetida). Como já foi dito, a narrativa – forma de comunicação artesanal cuja memória é, por excelência, o fundamento – exige tanto do narrador como do ouvinte uma relação, por assim dizer, mais qualitativa com o tempo – e, também, uma relação com um *tempo mais qualitativo*.

⁷⁸ Não foi é toa que Benjamin busca no conceito proustiano de memória involuntária para falar a respeito dessa dinâmica do lembrar e do esquecer (Gagnebin, 2014).

⁷⁹ De acordo com Cromberg (2002, p. 44), “Benjamin distingue o tempo do relógio do tempo dos calendários, isto é, o tempo ‘homogêneo e vazio’ (...) do tempo qualitativo, marcado pelo *Jetztzeit* e pela descontinuidade. (...) O tempo qualitativo é o tempo da tradição, que é, para Benjamin, a dimensão na qual se aloja a “aura” do tempo; (...) qualquer tradição considera e sempre considerou o tempo qualitativamente e utiliza o calendário para marcar o tempo como forma de aglutinar momentos de recordação {*Eingedenken*} coletiva (...)”.

Não obstante, Gagnebin (2014) lembra, na esteira das análises benjaminianas, que na medida em que “o *tempo* se torna uma grandeza econômica, quando se trata de ganhar e, portanto, de poupar tempo, a *memória* também se transforma” (p. 221 destaques da autora). Tais transformações operadas pelo capitalismo na memória e no tempo que, sem dúvidas, recaem sobre o que se lembra/esquece recaem também no processo da pesquisa sobre tal questão.

Nem a pesquisadora nem a instituição estipularam um tempo para as entrevistas. A única condição que se me apresentou, no caso da iniciação científica, é que as conversas com os sujeitos ocorressem antes de o Núcleo de Convivência servirem as refeições. Todavia, metafórica e objetivamente falando, o “tempo dos relógios” – quiséssemos ou não – “bateu à porta” e interrompeu, em algum momento, o trabalho de memória, o fluxo e a fruição narrativa.

Ademais, não é possível ignorar que, tanto narrar quanto ouvir, essas espécies de ofício manual, demandam o trabalho do corpo e como que uma distensão psíquica. A disponibilidade ou a disposição dos interlocutores para investir tempo (e a pesquisadora não está fora dessa conta) foi, pelas mais diferentes razões, esgotando-se. Dessa forma, o tempo – horas ou minutos – das entrevistas⁸⁰ como que obrigaram os sujeitos *esquecerem* para poderem lembrar/narrar: “[*Eu gostaria que você pudesse contar sua história de vida pra mim. O que você pudesse, a partir do que você quisesse...*]. Porque se eu for contar minha história de vida... Não, eu sei, eu sei, eu sei... Vou resumir a minha história. Se eu contar pra você nós vai ficar dois dias aqui dentro” (Giovani, entrevista pessoal, 2016).

Nesse sentido, veio-me à memória, ainda, que algumas entrevistas foram cessando espontaneamente, como se a palavra fosse minguando. Outras ainda foram interrompidas pelos narradores, às vezes de maneira mais direta, como foi o caso de Rosângela, cuja entrevista durou em torno de 10 minutos: “*Lembranças? Filhos. [silêncio]. Posso ir?*”; às vezes, de uma forma mais sutil, como o fez Giovani: “*É isso aí. Contar mais coisas... Tem muita coisa pra contar*”.

Ora, se por um lado, essas interrupções não devem ser superinterpretadas, por outro lado, o fato de as entrevistas ocorrerem em um período de tempo limitado faz com que as memórias oralizadas, compartilhadas com o ouvinte pela arte de narrar, mereça um olhar

⁸⁰ As entrevistas, que dependeram integralmente da disponibilidade dos sujeitos, duraram entre 10 e 50 minutos.

atento do pesquisador. Assim, por meio das análises realizadas durante o presente estudo de mestrado, o esquecimento apresentou-se como uma importante questão teórica, *mas também e principalmente uma questão metodológica, condição necessária à própria realização de pesquisa que se debruça sobre a narrativa para estudar a memória.*

Não podemos esquecer que narrar, em termos benjaminianos, não significa apenas salvação e conservação. Aliás, há que se notar que são os movimentos de dissolução, de dispersão, de perda – em uma palavra, de esquecimento – que, ao introduzirem uma ruptura na corrente contínua da narração, possibilitam que outras lembranças emirjam. O esquecimento, aqui, não representa e apresenta-se só como falha. Eis, pois, sua face renovadora.

2.9. Os sentidos do esquecimento: alguns apontamentos

Os parágrafos que se seguem testemunham o redirecionamento de uma inquietação que me acompanhou desde o trabalho de iniciação científica. Inquietação aparentemente inócua, colocada em termos que não deram margem para ganhar a condição propriamente dita de problema de pesquisa, mas que, não obstante, persistiu, por um período considerável de tempo, como “subtexto” do estudo ora apresentado. Já fiz menção a ela nas páginas introdutórias dessa dissertação. Mas creio que seja um momento oportuno para retomá-la: “*Onde está a memória da experiência na rua?*”, ou, em outras palavras, “*por que o esquecimento?*”.

Durante a elaboração do presente trabalho, aprofundar os estudos sobre a psicologia concreta de Vigotski, foi permitindo-me (obrigando-me) a deslocar o olhar e a ênfase dessa insistente interrogação. Se considerarmos a noção de drama⁸¹, isto é, a mudança da hierarquia das funções nas distintas esferas da vida social, a depender dos múltiplos (e conflituosos) papéis que desempenhamos e do lugar que ocupamos nas relações sociais (Vigotski, 1929/2000), a lógica maniqueísta, segundo a qual “esquecer é um mal” e “lembrar é um bem” (como se o esquecimento fosse “ruim” por si só), traduzida sob o manto da pergunta (indignação) “por que o esquecimento” cede lugar a indagação: qual a função o ato de

⁸¹ Lembrando que a palavra “drama” assume diferentes sentidos na obra de Vigotski. Não obstante, de acordo com Delari Junior (2011), ela varia basicamente “varia entre duas acepções principais: (1) mais coloquial, por exemplo: ‘o desenvolvimento humano como drama (peça teatral) em vários atos’; e (2) outro mais específico, destacando numa ação dramática dois aspectos: 2.1 um ato de decisão humana sobre a condução de seu destino histórico; 2.2 o choque entre diferentes papéis que cada pessoa vivencia [*perejivaet*] (p. 181)”. A segunda acepção é a que me refiro mais especificamente aqui.

esquecer desempenha nessas condições concretas de existência e, mais ainda, para as pessoas que enfrentam a realização?

Em outras palavras, a interrogação levantada deixou de ser, grosso modo, se as pessoas em situação de rua *esquecem ou não esquecem*. Não que o (aparente) esquecimento (seja pela “vontade” de esquecimento ou pelo impedimento da lembrança) devesse passar despercebido, ainda mais em pesquisas como essas, ora analisadas. Passei, por exemplo, a dar-me conta que raras vezes atentamo-nos para a seguinte reflexão: não apenas o “conteúdo” (“o quê” se lembra/esquece), mas as próprias funções da memória – o ato de lembrar e o ato de esquecer são mediados pela experiência singular e pelos significados e pelos sentidos, estando, ainda, vinculadas aos afetos e à imaginação.

Assim, a lançar outro olhar sobre os enunciados discursivos, que pareciam apontar para outra direção: a *função* que o esquecimento adquire nessas condições materiais e relacionais de existência – a realização – e, também, em estudos que tentam trabalhar com as questões do lembrar e do esquecer.

Como reiterei diversas vezes, haja vista a tarefa ética e política da pesquisa sobre a questão da memória, que trabalha as relações entre lembrança e narração e em cujo cerne estão a construção da memória histórica e o problema da transmissão do passado, das “demandas de minorias cujos anseios não encontram meios de se expressar” (Kehl, 2010, p. 124), a narrativa da memória da experiência na rua – que denuncia abusos históricos e injustiças sociais – era, para esta pesquisadora, o emblema daquilo que não poderia e não deveria ser *esquecido*.

Aliás, aproveitando o gancho de que esta é uma pesquisa sobre memória (as lembranças e esquecimentos também da pesquisadora), resgato brevemente uma experiência que elucida bem o que tento, aqui, transmitir ao leitor/ouvinte a respeito da questão do esquecimento, ou melhor, da necessidade de esquecer – que despontou nos relatos de algumas pessoas entrevistadas – *versus* o imperativo *você não deve esquecer*, trazido pela pesquisa, ainda que subterraneamente.

Refiro-me a uma experiência vivida durante um estágio curricular, enquanto cursava a graduação, num serviço socioassistencial voltado para a população adulta em situação de rua.

Quando eu fazia estágio semanal nessa instituição⁸², uma das tarefas que cabia a mim e minha dupla era conduzir um projeto em que passávamos um filme para as pessoas e, em seguida, deveríamos fazer uma roda de conversa para desenvolver reflexões a partir do que foi assistido. Como o leitor pode antever, tal proposta de “reflexão” estava norteadada pela noção de conscientização como o papel do psicólogo, mais especificamente, como o “horizonte de seu quefazer”, como diria Martín-Baró (1996), “que deve ajudar as pessoas a superarem sua identidade alienada, pessoal e social, ao transformar as condições opressivas de seu contexto” (p. 07). Dessa forma, nas primeiras semanas, eu e meu par escolhemos os filmes. Começamos a notar que, além de algumas pessoas saírem no meio do filme, não havia *corum* para a roda de conversa. Os sujeitos, oferecendo-nos diferentes explicações, iam embora e ficávamos sós. A grande maioria pessoas, pois, não queriam permanecer nas rodas de conversa.

Intrigadas com esse acontecimento recorrente e com as dificuldades que tínhamos de concretizar essa tarefa, então, eu e minha dupla começamos a solicitar que as pessoas participassem mais ativamente e escolhessem os títulos do filme que assistiríamos na semana. As escolhas foram quase unânimes. A maioria dos filmes eleitos – lembro-me bem –, nas próprias palavras dos sujeitos, era “*de comédia, claro*”, diga-se de passagem, proposta muito diferente da nossa.

A partir dessa abertura, e algumas pessoas relataram para nós a razão pela qual não permaneciam nas rodas de conversa ou se levantavam durante o filme. Tento trazer mais ou menos as palavras de um dos sujeitos, que, inclusive, me marcou bastante naquela ocasião: “*Não quero falar sobre coisa triste. Minha vida já é uma desgraça*”. Conforme fomos construindo um vínculo com os sujeitos, alguns começaram a ser mais explícitos: pediam-nos para que não escolhêssemos filmes que retratassem “situações tristes, *que lembrassem sua vida*”. Lembro-me, sem nenhuma desconfiança em relação à minha memória, de tais palavras. “*Nossa vida já é uma desgraça, a gente que rir um pouco*”⁸³.

O acima narrado corrobora as falas das pessoas com as quais conversei na pesquisa de campo no mestrado (pessoas que sequer tocaram em assuntos que remetiam a experiência de dor e de sofrimento) e, também, vai ao encontro das falas dos sujeitos entrevistados na

⁸² Apesar de se tratar de um relato pessoal, memória da experiência da própria pesquisadora, o nome da instituição e o local onde ela situa-se não serão revelados para garantir que a identidade para preservar a identidade das pessoas que frequentam a instituição e dos trabalhadores.

⁸³ Para finalizar meu relato, as rodas de conversa, que tinham o intuito de fazer refletir, nunca aconteceram. Mas, desde então, o *corum* de pessoas que compareciam na semana para participar desse projeto e assistir a um filme conosco aumentou.

iniciação científica, como é o caso de Giovani – um entrevistado que fazia questão de se dirigir a mim pelo meu nome (um dos poucos, diga-se de passagem, já que a maioria usava pronomes de tratamento).

Quando perguntei a Giovani⁸⁴ a respeito das lembranças sobre a sua trajetória na rua, quando lhe convido ao trabalho de rememoração a respeito desse tema (assunto central da pesquisa), para minha surpresa, ele me responde devolvendo a pergunta: *[Você poderia contar um pouquinho pra mim suas lembranças?] Aline, na escola alguém te batia, alguém te magoava? Sempre tem*” (Giovani, depoimento pessoal, 2016).

Aqui, gostaria de chamar a atenção do leitor/ouvinte: Giovani me faz uma pergunta que remete, ainda que imaginariamente, a meus sofrimentos, como se estivesse fazendo-me sentir o que sente quando pergunto sobre a memória da experiência na rua – ele insiste para que eu lembre, ainda que hipoteticamente, de experiências de dor. Em uma interpretação livre de suas palavras: se você, Aline, tem a necessidade e/ou a opção de *poder-esquecer* (não obstante algumas lembranças irrompam a nossa revelia, sem a nossa escolha ou busca ativa), por que eu não o teria?

Como argumenta Ricoeur (1913/2007), afirmar “*você deve lembrar*” tem como contrapartida necessária o imperativo “*você não deve esquecer*”.

No caso específico das pesquisas ora analisadas, pude perceber que – assim como o silêncio – os sentidos/significados do “esquecimento” no discurso dos sujeitos têm nuances que nos obriga a sair da lógica do “ou... ou”. Em alguns casos, pude notar que representava uma espécie de “trégua” em relação à dura realidade de sofrimento, um momento de respiro de distanciamento reflexivo da memória da experiência de dor para dar lugar a outras lembranças:

[Conte um pouco suas lembranças...] *“A lembrança que eu queria ter, é ter conhecido minha mãe. Eu nunca conheci minha mãe. Eu não sei o nome dela [pausa]. É tão ruim a gente passar o natal sozinha, né? Quando chega o natal, você não tem pra quem dar feliz natal, né? Nem pros seus pais nem pros irmãos, porque eu não conheço. Desculpa... Então é difícil, né. Às vezes tem muitas pessoas que falam que a gente tá na rua porque gosta, porque quer, mas não é”*. Rosângela, 30 anos de idade, desde os 13 em situação de rua.

⁸⁴ Lembrando que Giovani, na ocasião da entrevista, realizada em 2016, informou estar 25 anos em situação de rua.

Aqui, vale a trazer as palavras Espinosa⁸⁵, como já foi dito, filósofo preferido de Vigotski:

[...] quando nos recordamos de uma coisa, estamos dispostos, por essa razão, a considerá-la com o mesmo afeto com que a consideraríamos se ela estivesse ali presente. [...] Quando, portanto, nos recordamos de uma coisa que nos afetou com um certo tipo de alegria, nos esforçamos, por essa razão, por considerá-la com o mesmo afeto de alegria com que a consideraríamos se ela estivesse presente [...] (SPINOZA, III Parte, def. 32.).

Constatei ainda o outro sentido com que o esquecimento despontou na corrente da narração: uma espécie de “cesura”, interrupção, nos discursos hegemônicos a respeito do “morador de rua”. Tal esquecimento, ativo e narrativo, lembra a nós, pesquisadores, que as pessoas que estão em situação de rua, suas histórias e suas memórias, não se reduzem à rualização: *Eu tive quatro casamentos. Então, é uma história bem complicada. Quer começar com qual?* (Carlos, depoimento pessoal, 2016).

Lembrança que eu tenho é da minha mãe... Alguns irmãos meus... A mulher que até hoje eu sou apaixonado por ela. Tem uns pessoal, uns parente meu aí que passa na minha cabeça mas eu não ligo não. Não liga pra mim. Também tive na Bahia... Fui pra Bahia... Não fui andando... Passei pelo Rio, passei pelo Espírito Santo... Passei... Na Bahia... Cheguei lá, briguei com meu irmão, fui preso... Aí pra situação não piorar mais, não ficar dependendo, voltei de pé. 3 dias... Ai peguei a BR... Cabo a água... [...] Eu resumi. Tem um bocado de... Tem uma cidade que eu cheguei, Itaquara, cheguei lá e ajudei um cara empurrar um carro. É isso aí... Contar mais coisas, tem muita coisa pra contar (Luan, depoimento pessoal, 2016).

Nesse sentido, o esquecimento representa, como diz Gagnebin (2014) uma renovação no lembrar, apresentando-se no discurso dos sujeitos como uma estratégia para que o “inaudito” seja ouvido. Em conformidade Gagnebin (1999), nesse sentido, o esquecimento não possui somente uma face destrutiva ou um caráter danoso. Esse “movimento de dissolução” é também uma dimensão positiva e feliz⁸⁶, que permite aos sujeitos agirem com inventividade. Em outras palavras, melhor dizendo, em termos espinosanos, pode estar *a serviço da vida e da potência de ação*, pois:

[...] cada vez que recordamos de uma coisa, ainda que ela não exista em ato, nós a consideramos, entretanto, como presente, e o corpo é afetado da mesma maneira. Consequentemente, à medida que a recordação da coisa continua forte, o homem é

⁸⁵ Para o filósofo, mente e corpo são duas expressões de uma mesma substância (SPINOZA, PARTE II, prop. 21); não há, pois, relação hierárquica entre mente e corpo; tampouco entre ideia e afeto.

⁸⁶ “Essas dimensões positivas do esquecimento nunca apagam ou negam o passado, mas transformam seu estatuto vivido no presente, [...] permitem a restauração do novo” (Gagnebin, 2010, p. 179).

determinado a considerá-la com tristeza. Essa determinação, enquanto ainda dura a imagem da coisa, é refreada, mas não suprimida, pela recordação das coisas que excluem a existência daquela primeira. Portanto, o homem só se alegra à medida que essa determinação é refreada...” (Espinosa, E. Proposição 47. Escólio.)

“Esquecer para lembrar”⁸⁷: lembrar algumas coisas significa esquecer outras – e isso também é drama, recordo-lhes, com Vigotski (1929/2000). Mas, nesse ponto, é preciso notar que nos deparamos com outro paradoxo. Ao mesmo tempo em que os sujeitos verbalizam e/ou parecem *querer esquecer* alguns aspectos de sua trajetória – notadamente eventos, acontecimentos e histórias relativas à experiência na rua –⁸⁸ (“*quero que esqueça, claro*), tal “necessidade de esquecer” ou, para valer-me da expressão de Seligmann-Silva (2000) – “desejo de esquecimento” – não tem relação com um dito “livre-arbítrio” da vontade. Ao contrário, é resultado das afecções a que o corpo está submetido. Portanto, também “possui uma forte relação com a situação de intenso sofrimento psicossocial produzida pela experiência de rualização – a dor de ser tratado como apêndice do “corpo social” e de ter suas potencialidades humanas cerceadas pelas condições materiais e relacionais de existência” (Sawaia, 2009 *apud* Pereira & Dantas, 2018, p. 23).

São várias as falas nessa direção, menciono duas:

Ah... [silêncio]. Nada pra Deus é difícil. Quem tá em situação de rua tem que aprender a apanhar e bater pra sobreviver. [silêncio] Por mais que você seja boazinha... Mas chega uma hora que seu coração irrita. Você não vai viver a vida toda querendo apanhar dos outros. [...] Ah menina... Hoje em dia eu já não tenho mais assim.... [silêncio] Porque... Assim... Porque a maioria do que eu sei... Eu dou aula pros outros. Tudo o que os outros procura, quer saber [silêncio]. Eu sei de cabo a rabo: já passei fome, já passei sede... Já bati, eu já apanhei. Então eu quero daqui... Quero que você ensine pra mim umas coisas que eu não sei. Porque se eu for contar minha vida aqui até boiadeiro chora. [silêncio] Que adianta falar?. Então eu quero, assim, que converse umas coisas que esqueça o passado, claro (Giovani, depoimento pessoal, 2016).

Ainda nessa esteira, Seligmann-Silva (2000), ao refletir sobre as relações entre trauma, testemunho e dimensão terapêutica deste último, menciona o caso de um sobrevivente dos campos de concentração nazista, que afirma que o esquecimento é o preço que ele teve de pagar para continuar a viver (p. 90). É de se notar que as pessoas que vivenciaram e sobrevivem em ou a experiências-limites tem de conviver com esse dilema: de um lado, a

⁸⁷ Título de obra de Carlos Drummond de Andrade, *Esquecer para lembrar*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

⁸⁸ Lembrando que a maioria dos sujeitos entrevistados está um longo período de tempo na rua, em média 10 anos.

necessidade de lembrar e de testemunhar como um processo elaborativo e curativo; e, de outro, de esquecer para sobreviver – mas, também, *poder-viver*.

Nesse sentido, é pertinente lembrar ainda que o imperativo clínico-terapêutico da lembrança – herdeiro da psicanálise⁸⁹ – reforça a lógica segundo a qual a noção de trabalho de rememoração “ocupa uma posição estratégica na reflexão sobre as falhas da memória. Essa noção supõe que os transtornos enfocados não são apenas sofridos, mas que somos responsáveis por eles” (Ricoeur, 1913/2007, p. 93). Para a conscientização do acontecimento traumático, é preciso sair desse círculo infernal da repetição – que “vale esquecimento” (p. 453). Mas a “cura pela palavra” é suficiente quando os sujeitos – em face do funcionamento opressivo e excludente das estruturas sociopolíticas – estão “presos a paixões tristes” (Sawaia, 2009, p. 366), destituídos do poder de decisão e de transformação das próprias condições de existência?

Mas atenção: não estou desconsiderando, aqui, a importância do processo de elaboração do passado para as pessoas que em situação de rua ou que vivenciam/vivenciaram experiências-limites. Isso equivaleria a lançá-las num ciclo de desumanização, parafraseando Sawaia (2001b), reforçando a ideia de o desvalido não tem qualquer outra preocupação quando passa fome.

Eis, pois, o grande paradoxo da pesquisa a respeito do tema da memória da experiência na rua com aqueles que enfrentam a realidade: “*aquilo que não pode ser dito, no entanto, deve ser lembrado, testemunhado, relatado e, nesse sentido amplo, dito, por uma obrigação ético-política de não-esquecimento*” (Gagnebin, 2011, p. 07, grifos meus). Em outras palavras, tais memórias, embora se refiram às trajetórias e experiências pessoais dos indivíduos singulares, não deixavam também representar uma “memória subterrânea” (Pollak, 1989), ou seja, de uma minoria política. Nesse sentido, restaria perguntar se não narrar essas memórias não se constituiu – em matéria de processos políticos de rememoração e coletivos elaboração do passado – como uma forma de esquecimento. Segundo Pollak (1989), o problema que se estabelece em relação às memórias dos grupos minoritários é justamente o de resistir ao desaparecimento – subsistindo ao silêncio e ao esquecimento – logo, de sua *transmissão oral*.

⁸⁹ Nesse sentido, faço uma inferência a partir das análises de Ricoeur, 1913/2007 op. cit.

Por outro lado, não é possível negar que a dura realidade de opressão lhes provoca sofrimentos que exigem que a memória saiba esquecer, o que faz da pesquisa desse tipo de pesquisa, recorrendo novamente à expressão de Gagnebin (2006/2009), uma “tarefa paradoxal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

...a recordação é a trama e o esquecimento a urdidura. Em cada manhã, ao acordarmos, (...) seguramos em nossas mãos apenas algumas franjas da tapeçaria da existência vivida, tal como o esquecimento a teceu para nós.

Walter Benjamin

Como o véu de Penélope,⁹⁰ “que se compõe dos movimentos ao mesmo tempo complementares e opostos da trama e da urdidura, assim também se mesclam e se cruzam, na produção do texto a atividade do lembrar e do esquecer” (Gagnebin, 1999, p. 05). Escrever as palavras finais deste estudo apresenta-se como uma tarefa rememorativa, pois possibilita a retomada reflexiva do percurso da pesquisa e, ao mesmo tempo, propicia o arremate de alguns fios soltos durante esse longo e árduo processo de dissertar; e também é momento oportuno para melhor perceber as questões que ficaram obliteradas entre as próprias franjas tecidas pelo esquecimento, as quais criam condições para a descoberta de possíveis caminhos investigativos e abrem espaços para trabalhos futuros.

A presente investigação originou-se de uma inquietação que emergiu no decorrer de um trabalho de campo de iniciação científica e foi ganhando profundidade teórica durante a trajetória investigativa construída, agora, no mestrado. Grosso modo, pode dizer que fui realizar uma pesquisa sobre memória com os “esquecidos”. Não obstante, deparei-me – aliás, tive de me avir – com a questão do esquecimento: “*tô com esquecimento, esquecimento, esquecimento*” (Lúcio, depoimento pessoal, 2016).

Na ocasião, os sentidos/significados (significação) do esquecimento no discurso dos sujeitos entrevistados, a despeito das nuances, começaram a chamar a minha atenção para uma questão que ainda não havia me dado conta: o próprio “oblivionismo” das pesquisas psicossociais sobre memória em relação ao esquecimento.

⁹⁰ Em seu ensaio sobre Proust, Benjamin recorre à imagem do véu tecido Penélope na *Odisseia homérica* para realizar uma “descrição do esquecer como princípio produtivo” (Gagnebin, 1999, p. 05).

Nas páginas dessa dissertação, vimos que a preocupação ou o cuidado com a memória é antiquíssimo – tanto como a poesia épica homérica. Todavia, hoje, tal preocupação (evidentemente) incorpora outras características. De acordo com alguns pesquisadores (Aissman, 2011; Gagnebin, 2006/2009; Seligmann-Silva, 2010) o interesse pelas questões da memória – resgate, esquecimento, conservação – expandiu-se consideravelmente no decorrer do século XX. Nesse período, assistimos a um “boom” dos estudos sobre essa questão (Gagnebin 2006/2009) que, como adverte Aleida Aissman (2011), não tem, todavia, relação com os ditos “temas em moda” no campo do conhecimento científico.

Dessa forma, caberia muito bem indagar: a que se deve esse “fascínio duradouro” (Aissman, 2011) pelo tema da memória nas sociedades contemporâneas? As catástrofes do século XX, os extermínios em massa, os apartheids, os regimes totalitários e as tradições de anistia colocaram os testemunhos orais e a memória em destaque – e uma luta voraz contra o esquecimento, pela necessidade de reparação, de não deixar esse passado ser esquecido, de não ocultar injustiças para não repeti-las. Conforme Seligmann-Silva (2010), assistimos a uma “*virada memorialista*”.

Particularmente no caso do Brasil, um país marcado pela colonização e pela escravização, violência que jaz se reproduzindo em nossa divisão social atual, é preciso ressaltar – ou melhor, não deixar cair no esquecimento – o histórico de ocultamento e de apagamento da violência perpetrada, por exemplo, aos negros; às camadas da população que vivem em condição de pobreza. É pertinente, portanto, observar que, se na Europa a reflexão sobre as políticas de memória estão voltadas particularmente para a *Shoah*, na América Latina, além das ditaduras militar-empresarial e dos desaparecidos políticos, essa discussão entre *memória e libertação* incorpora veementemente a questão da luta de classes. Nas palavras de Seligmann-Silva (2009), “assume-se esse gênero como o mais apto para ‘representar os esforços revolucionários’ dos oprimidos” (p. 89), como é o caso das pessoas que vivem nas ruas metropolitanas em condições de vida deploráveis e que enfrentam a dura realidade de opressão.

Sem desconsiderar do acontecimento histórico do Shoah, quero dizer com isso que temos, pois, um paradoxo quando fazemos uma pesquisa sobre a questão da memória com aqueles que passaram por experiências-limites, como é o caso das pessoas em situação de rua que entrevistei:

Os sobreviventes de situações-limite, como campos de concentração e de torturas, tendem a desenvolver uma relação ambígua com a memória dessas experiências [...]. O sobrevivente oscila entre a necessidade de narrar e a impossibilidade de esgotar com palavras suas vivências. Além disso, ele deseja com seu relato não apenas gerar memória (e, se possível, justiça), mas também gerar o seu esquecimento: como Temístocles, [...], que gostaria de aprender de Simônides de Céos não a arte da memória, mas sim a arte do esquecimento (Seligmann-Silva, 2009, p. 278).

No contexto do Shoah, os sobreviventes parecem viver um “excesso de memória”, que se apresenta como repetição. No caso das pessoas em situação que entrevistei, que estão em média 10 anos enfrentando a requalificação, e que também vivenciam uma experiência-limite, é pertinente destacar que não estamos tão somente falando de um “passado que não passa”; mas, como demonstrou os depoimentos na pesquisa de iniciação científica, de fatalismo e presentismo (Pereira & Dantas, 2018). Há, como diria Martín-Baró, um “presente psicológico” gerado pelas próprias condições concretas de existência que, muitas vezes, intercepta a recordação e a narração. Ao mesmo tempo em que essas pessoas parecem reivindicar um espaço de fala e escuta, uma escuta paciente, um ouvinte e uma testemunha, elas também não querer e/ou não poder narrar. Ora, o passado – recente ou não – não é “tempo morto”; todo presente carrega uma dimensão do passado. Mas, para aqueles que vivem nas ruas das metrópoles, a questão parece ser um passado que não é resgatado pela memória narrada justamente pelo estreitamento do horizonte da existência.

Considerando também que a memória é influenciada pelo futuro, a perspectiva de futuro, o poder de transformação e decisão das próprias condições pode ser um importante indicativo, um fator decisivo nesse sentido. Nós não só acionamos a memória no presente, mas também em função de um por vir. Daí a singularidade dessa pesquisa a propósito do problema da memória.

Como também procurei salientar no decorrer dessa dissertação, o fundamento do agir ético do pesquisador que se dedica a trabalhar as questões da lembrança e do esquecimento não deve ser *a comisseração pelo sofrimento alheio*, dos “infelizes” e dos “desvalidos”; muito pelo contrário, essa tarefa – paradoxal, mas essencial – que assumimos em razão do sofrimento por meio da atividade científica, deve buscar traduzir-se – tanto possível – como uma “ética da resistência” (Gagnebin, 2006/2009).

Entretanto, aqui se colocam duas importantes questões metodológicas para aqueles que tentam assumir, de alguma forma, tal tarefa altamente ética e política. Gagnebin (1999)

alerta-nos, via Benjamin, que a narração do sofrimento, inevitavelmente, “pressupõe *o longo e o penoso caminhar da memória*, esse trabalho paciente e árido do lembrar” (p. 111, grifos meus). Todavia, como favorecer esse processo curativo de elaboração e de transmissão simbólica (Gagnebin, 1999) na situação específica da pesquisa acadêmica, em que, a título de exemplo, o tempo das entrevistas coincide com o tempo dos relógios, que, sem indulgência, recai na e pesa sobre a rememoração e o processo narrativo? Além disso, como foi já dito anteriormente, ao realizar pesquisa sobre memória com a população de rua, não é possível ignorar que, mesmo que recorramos aos espaços institucionais, estaremos sujeitos à efemeridade ou fugacidade do contato.

O fato é que essa narrativa precisa e deve ser feita, cabendo ao interlocutor – na condição de ouvinte e de testemunha – assegurar espaço simbólico para a narração e transmissão dessas “memórias subterrâneas”, como diria com Pollak (1989). As experiências vividas durante o trabalho de campo, tanto no mestrado quanto na iniciação científica, demonstraram que é quase inevitável que os sujeitos acabem avivando algumas memórias nesse processo, que – embora não se reduzam à experiência do sofrimento – se constituem a partir da e na realidade do sofrimento, de exclusão e de opressão.

Como oferecer, então, o suporte necessário para os narradores nessas circunstâncias, diante dessas condições concretas que se nos impõem, queiramos ou não? Ou, ainda, quando os sujeitos nos falam: “quero conversar coisas que esqueça do passado, claro”, decidindo o que e quando narrar.

Aliás, uma importante questão levantada por essa pesquisa diz respeito a categorias como “vulnerabilidade”. Qual seria o limite entre *cuidados ou preocupações éticas e tutela da voz e do poder de decisão* dos sujeitos ao realizarmos pesquisa sobre memória, especificamente com essa população? No decorrer da pesquisa fui percebendo que as categorias como “vulnerabilidade”, “silenciamento”, “invisibilidade” me deixaram muitas vezes “miope”, impedindo enxergar o sujeito ativo; o sujeito que escolhe o que lembrar e o que esquecer.

Com base no acima exposto, concluo que essa “imposição de memória” na pesquisa pode, por um lado, ser uma forma de controle, recordando o medo e a humilhação (a memória da ofensa); por outro lado, quando os sujeitos narram suas histórias, ainda que a história se refira a experiências dolorosas, ainda que seja a partir de uma lembrança de intenso sofrimento ético-político, há um reconhecimento também de sua condição humana.

Com relação ao esquecimento, embora não tenha sido meu ponto de partida, tal problemática esteve presente, a todo o momento, no subtexto dessas pesquisas, sobretudo a realizada no mestrado. Foi, em outros termos, a principal motivação para persistir investigando a questão da memória iniciada num trabalho acadêmico de graduação. Mas o que chamei, aqui de subtexto dos estudos aqui analisados? O esquecimento, tomando emprestadas as palavras de Ricoeur (1913/2007), como uma “ameaça inquietante”.

Como disse, creio que sem explicar as motivações vivas que impeliram esta pesquisadora a estudar o tema aqui apresentado, não será possível rematar essa dissertação. Quando iniciei a presente investigação, o esquecimento assumia, para mim, uma conotação marcadamente negativa e patológica (principalmente no sentido de uma memória ferida), portanto, algo a ser superado, ao passo que a memória (entendida muitas vezes como sinônimo de lembrança e de resgate destas) era quase que um “ícone”, pois representava a saúde ético-política. Era quase como se a memória fosse sempre e necessariamente um indicador da saúde para o psicólogo e para o sociólogo; fosse sinônimo de autonomia e resistência – ao passo que esquecimento significava sempre e necessariamente “alienação” em relação às condições sociais e à própria história de vida.

As conclusões mais propriamente teóricas dessa dissertação são modestas, o que não quer dizer que são irrelevantes. Por duas razões. Primeiro, porque não se tratou aqui de um estudo teórico sobre a questão do esquecimento. Segundo, porque o autor que constitui nosso eixo teórico, Lev Vigotski, apresenta apenas algumas pistas e deixa rastros sobre pensaria a questão do esquecimento (a partir de uma de suas mais importantes reflexões acerca do processo de desenvolvimento psicológico, qual seja, a ideia da passagem das funções psicológicas elementares para as funções psicológicas superiores pela mediação da sociedade). Todavia, ele não tratou tal questão propriamente como um objeto de estudo.

Conforme fui entrando em contato com a psicologia concreta de Vigotski, a indagação (ou melhor, o incômodo) inicial foi assumindo outros contornos e caminhando para outras direções. Não será o esquecimento uma condição da memória humana e do controle da conduta? Porém, e aqui está outro paradoxo desse tipo de pesquisa (como as aqui apresentadas): tal controle não é da ordem do livre-arbítrio. Pode, inclusive, fazer parte do controle social e traduzir-se como um dispositivo de biopoder, como fala Foucault. Lembro que a teoria vigotskiana ressalta que o fato de memória tornar-se voluntária não significa a possibilidade de seu controle total: aqui, encontramos novamente com Espinosa – a mente não

é livre para lembrar e esquecer algo. As lembranças e os esquecimentos dos sujeitos singulares (como já foi dito diversas vezes) denunciam as “afecções (*affections*) que o corpo e a mente sofrem nos bons ou maus encontros do passado, do presente” (Sawaia, 2009, p. 366, grifos da autora), os quais, por sua vez, dependem também da configuração dos sentidos pessoais, da relação entre o pensar, sentir e agir.

Dessa forma, a questão não deve se resumir a buscar as “razões” pelas quais os sujeitos esquecem (como fiz na iniciação científica). Ao contrário, devemos buscar entender quais os “sentidos” que o esquecer e o lembrar adquirem nas condições concretas de existência, considerando ainda o que aumenta ou diminui a potência de meu corpo para agir aumenta ou diminui a potência de minha alma para pensar” e, ainda, que “dessa flutuação depende a minha força vital de resistência, o que equivale à qualidade ética de minha existência” (Sawaia, 2009, p. 367).

O esquecimento (ato *e* efeito de esquecer), conforme demonstrado pelas pesquisas aqui apresentadas, tem várias *funções* tratando-se de situação de rua. Não falar sobre a experiência na rua, poder não lembrar ou escolher o que não lembrar, representava uma espécie de “trégua” da dura realidade em que vivem. Também pode representar o reforço da ideia de que a rua é *transitória*, portanto, que a memória a respeito dos acontecimentos e vivências na/com a rua também o deve ser – ou seja, ela não “marca” minha identidade. Em outras palavras, estar em situação de rua, conforme narrado por alguns sujeitos, é considerado uma situação provisória, como é o caso de César, que, vale lembrar, enunciou: “*Não tem lembrança de rua! Você não entendeu ainda? Eu não sou morador de rua!*”.

Para outros sujeitos, como, por exemplo, Giovani – que relatou estar 25 anos enfrentando a rualização – lembrar sobre o passado (sobretudo a dimensão do passado vinculada à experiência de rualização) também não era salutar. O fatalismo – questão que apareceu em grande parte dos depoimentos na iniciação científica (Pereira & Dantas, 2018) – parece ser uma das razões pelas quais as pessoas não querem lembrar. Aprendem que seus esforços não são capazes de transformar suas condições de existência. Aqui, nada melhor que relembrar as palavras do próprio sujeito: “*De que adianta falar?*”. Essa foi a principal pergunta que Giovani me devolveu quando falei sobre o ofício do lembrar.

Outra questão a ser ressaltada é que o silêncio (abster de falar algo) cumpre várias funções na narrativa: o receio de ser incompreendido; o receio de não ter sua narrativa

validada. Conclui-se, como já apontava pesquisadores como Pollak (1989), que esquecimento e silêncio não coincidem necessária e/ou imediatamente.

Isso nos chama a atenção para mais uma questão importante: não só “o quê” nós lembramos e esquecemos é importante, mas qual o sentido disso, e mais, o próprio ato de lembrar e de esquecer merece ser questionado. Quais os sentidos de rememorar o passado quando não se tem perspectivas de futuro? Esses sentidos não são estatísticos, mas vão mudando nas próprias relações. A fala de Giovani nos chama a atenção para o fato de que a elaboração do passado não está descolada da transformação das condições materiais de existência. Não basta apenas o sofrimento “ter direito à lembrança e às palavras” se a própria realidade impede-os de transformar suas condições precárias e sub-humanas de vida.

Outra questão que me chamou atenção durante as análises feitas por meio da pesquisa de mestrado foi o uso de substâncias psicoativas, como álcool. Sobretudo em matéria do uso da bebida alcoólica – da “barrigudinha” – foi possível perceber que assume, que cumpre, na situação de rua, uma função de “anestesia”: de sobrevivência, simbólica e física. É, em alguns casos, a via que encontram para resistir às várias faces da violência que enfrentam cotidiana e diuturnamente. Gostaria de abrir parênteses para reforçar que o “beber para esquecer” é uma questão cultural e não exclusiva das pessoas que enfrentam a realização. Mas, na rua, uma das funções que o álcool parece ganhar é a de mediar os processos da memória (pelo menos esse parece ser o significado que os sujeitos atribuem ao ato de beber): “Se beber, vou esquecer da fome, do frio, da humilhação, da tristeza” (Cf. apêndice, espaço em que discorro e apresento estudos nessa direção).

O grande dilema dessa pesquisa foi o seguinte: estudar a questão da memória nos obriga não apenas a tomá-la como objeto de estudo, mas também – como coloca Gagnebin – se impõe com uma tarefa dupla: ética e política. Aquilo que os sujeitos lembram pela atividade narrativa carrega uma dimensão política de denúncia de crimes, injustiças etc. que muitas vezes a memória pública, do *establishment*, tenta anular, apagar, escamotear. Nesse sentido, ir a campo considerando que a memória da experiência na rua era o emblema daquilo que *não deveria* ser esquecido. Ao perguntar sobre “lembrar”, os sujeitos me devolveram “esquecimento”: “*quero que esqueça do passado, claro*”⁹¹.

⁹¹ É preciso considerar também que nos procedimento de coleta e análise, que o silêncio sobre o passado não coincide diretamente com esquecimento. Dais a necessidade de buscar o subtexto do não falar, suas funções na narrativa, que pode inclusive ser o receio de ser incompreendido ou de não ter sua narrativa validada.

Contudo, não devemos perder de vista quem é o sujeito que lembra e em que contexto e sob quais condições. As pessoas em situação de rua, em sua maioria, foram alvo de captura institucional em algum momento. O passado, nesse sentido, pode ter a função de “condenar”, reforçar estigmas, entre outros aspectos, algo que não me dei conta na iniciação científica. Contar a própria história em fragmentos, como também notou Martinez (2011), pode ser uma tática de resistência na rua – resistência não na acepção psicológica da palavra. Lembremos: trata-se de uma população que é alvo de preconceito, de estigmatização e de criminalização.

Além disso, é preciso lembrar que a “narrativa do sofrimento não se dobra à sintaxes de nossas junções” (Gagnebin, 1999, p. 62-63). Como pude perceber, não se deve esperar tranquilidade e linearidade na narrativa do sofrimento indizível. Um recurso que pude perceber, utilizado para alguns sujeitos para contar uma experiência de sofrimento, foi passar a narrativa para a “terceira pessoa” ou mesmo usar o “você”. “Você” é um pronome de tratamento, mas também, em alguns casos, parece assumir a função de pronome “indefinido”. Aqui, outra contribuição de Vigotski (1934/2009), segundo ele o uso dos pronomes na narrativa não devem ser entendidos só em termos de “categoria gramatical”, mas também eles exercem a função de “categoria psicológica”. No caso dos sujeitos entrevistados, percebi que – em alguns casos – cumpria uma função, como diz Pollak (1989), uma “transposição necessária” para que aquela memória se materializasse na palavra. Foi a via encontrada para que essa memória pudesse ser trabalhada narrativamente.

A relação que do estudo da questão da memória é, ao mesmo tempo, uma tarefa fortemente vinculada à prática revolucionária ou, como diria com Benjamin, messiânica e redentora. Aqui, mais uma vez “a rememoração está no cerne da relação teológica com o passado e da própria definição entre os acontecimentos ou os indivíduos ‘grandes’ e ‘pequenos’. Enquanto os sofrimentos de um único ser humano forem esquecidos, não poderá haver libertação” (Lowy, 2005, p. 54). A relação entre memória e libertação, trata-se, portanto, de uma questão materialista.

Por fim, vale refletir sobre as nuances da função ético-política da pesquisa sobre memória/esquecimento. O esquecimento corre o risco de ser alvo de *censura* por parte do pesquisador, que insiste na lembrança. E este é um dos impasses que essa pesquisa coloca sob forma de abertura para outros estudos. Os sujeitos querem esquecer e os pesquisadores querem/precisam que eles se lembrem. Isso nos força a notar as especificidades políticas das duas dimensões da memória: individual e coletiva. O que se convenciou, na França ou na

Alemanha, chamar de “dever de memória” e, aqui, na América Latina, de “resgate da memória” (Gagnebin, 2014), e que se supõe ter função de fortalecer a potência de ação política, pode assumir duas funções, já mencionadas por Marc Augé (1998) e corroborada nessa pesquisa: 1) a de vigilância e de controle e 2) a de rememoração e reparação.

Essa pesquisa encerra-se no movimento de restaurar a importância do esquecimento como questão teórica, mas também metodológica.

Por fim, restaria interrogar se não poderíamos considerar o esquecimento, ativo e feliz, uma memória desobediente, uma memória “a contrapelo”, para valer-me da expressão benjaminiana, que permite a desconstrução das narrativas vigentes para possibilitar a emergência de outras histórias e de outras lembranças, permitindo “vislumbrar outras viagens, “ouvir o inaudito”, “tocar o intocado”; não mais uma distração passiva e manipulada, mas uma dispersão ardilosa e ativa: uma tática de desobediência, uma invenção de rotas de fuga” (Gagnebin, 2014, p. 111). Em todo caso vale a pena perguntar se lembrar é *sempre* o melhor caminho.

O psicólogo russo Lev Vigotski, um em seu contexto específico, parece defender que “memória” não é sinônimo de acumulação. Também Benjamin, apesar de muito conhecido como teórico da memória não deixa de considerar a dimensão positiva do esquecimento. A atividade do lembrar, nas reflexões políticas benjaminianas, é, em algum sentido, uma atividade de recolhimento; mas, também, não deixa de ser uma atividade de dispersão, de destruição feliz: “Se a redenção livra, é porque destrói e dissolve, não porque conserva” (Gagnebin, 2014, p. 192).

*Procuro esquecer-me do modo de lembrar
que me ensinaram.*

Alberto Caeiro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberti, V. (2005). *Manual de história oral*. São Paulo: FGV.
- Aissman, A. (2011). *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- Almeida, S. H. V. de (2008). *Psicologia histórico-cultural da memória*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Almeida, S. H. V. de. (2004). *O conceito de memória na obra de Vigotski*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Ansara, S., & Dantas, B; S. do A. (2015). Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. *Athenea Digital*, 15(1), 207-223.
- Brasil (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Benjamin, W. (1936/2010). *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Bosi, E. (2012). Profa. Ecléa Bosi – Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. Entrevista concedida a Mozahir Salomão Bruck. *Dispositiva*, 1 (2), 196-199.
- Bosi, E. (1979/2004). *Memória e Sociedade: lembranças de Velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios em psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Câmara, A. G. (2012). *Transmissão e narração na modernidade. Walter Benjamin e Franz Kafka: a exigência de uma nova narrativa*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Campos, M. A. R (2012). *Sob o céu de Araguari: representações sociais da população em situação de rua no município de Araguari*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Araguari,
- Cromberg, M. (2002). Tempo e história: algumas aproximações acerca do presente em Walter Benjamin e Martin Buber. *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade*, (8), 41-59.
- Cunha, C. & Cintra, L. (2006). *Breve gramática do português contemporâneo*. Portugal: SA da Costa.
- Detienne, M. (1967/1988). *Mestres da verdade na Grécia Arcaica*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro.
- Havelock, E. (1996/1965). *Prefácio a Platão*. Papirus: São Paulo.
- Delari Junior, A. (2013). Princípios éticos em Vigotski: perspectivas para a psicologia e a educação. *Nuances*, 24(1), 45-63.

Delari Junior, A. (2011). Sentidos do drama” na perspectiva de Vigotski: um diálogo no limiar entre arte e psicologia. *Psicologia em Estudo*, 16(2), 181-197.

Foucault, M. (1976/2014). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. (2015). *Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Recuperado de: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_sma_ds_CENSO_2015_coletivafinal.pdf

Gagnebin, J. M. (1982/2018). *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: n-1 edições.

Gagnebin, J. M. (2014). *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34.

Gagnebin, J. M. (2011, julho, 17). *Narração e silêncio. O mutismo da literatura de testemunho*. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il1707201106.htm>.

Gagnebin, J. M. (2006/2009). Memória, história, testemunho. In: Jeanne M. Gagnebin (pp. 49-57). *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34.

Gagnebin, J. M. (1999). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva

Gagnebin, J. M. (1997). *Sete Aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro, Imago.

González-Rey, F. (2013). *O pensamento de Vigotski: contradições, desenvolvimento e desdobramentos*. São Paulo: Hucitec Editora.

Le Goff, J. (1997/2003). *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp.

Lisboa, S. L. (2013). *Os loucos de rua e as redes de saúde mental: os desafios do cuidado no território e a armadilha da institucionalização*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Löwy, M. (2005). *Aviso de incêndio. Uma Leitura das Teses "Sobre o Conceito de História"*. São Paulo: Boitempo.

Levi, Primo (1990/2016). *Os afogados e os sobreviventes. Os delitos. Os castigos. As penas. As impunidades*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

Luria, A. N. (1987/2006). *A mente e a memória*. São Paulo: Martins Fontes.

Luria, A. N. (1979a) *Cursos de Psicologia Geral: introdução evolucionista à Psicologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Luria, A. N. (1979b) *Cursos de Psicologia Geral: atenção e memória*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Martin-Baró, Ignacio (1998). *Psicologia de la Liberación*. Madrid: Trotta.

- Martinez, M. M. (2011). *Andando e parando pelos trechos: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Mendes, M. V. B. (2007). *Os moradores de rua e suas trajetórias. Um estudo sobre os territórios existenciais da População de Rua de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Milner, Jean-Claude (1988/2017). *O material do esquecimento*. In: Yosef H.Y. [et. al.] (Org.), *Usos do esquecimento: conferências proferidas no colóquio de Royaumont* (pp. 81-98). São Paulo: Editora da Unicamp.
- Pereira, A., & Dantas, B. (2018). Os laços entre memória e ideologia: as narrativas da população de rua. *Athenea Digital*, 18(3).
- Pereira, V. (2007). Os rastros do trapeiro: memória, vulnerabilidade social e a cidade na experiência de moradores de rua no bairro do Brás em São Paulo. *Risco: Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo* (6), 65-83.
- Pino, A. (2006). A produção imaginária e a formação do sentido estético. Reflexões úteis para uma educação humana. *Pro-Posições*, 17(2), 47-69.
- Pino, A. (2005). *As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo: Cortez.
- Pino, A. (2000). O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação & Sociedade*, 21(71), 45-78.
- Pino, A. (1993). Processos de significação e constituição do sujeito. *Temas em Psicologia*, 1(1), 17-24.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, 5(10), 200-215.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2(3), 03-15.
- Queiroz, M. I. P. de. (1991). *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Queiroz, M. I. P. de. (1988). Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In *Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice.
- Ricoeur, P. (1913/2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Editora Unicamp: Campinas.
- Rosa, Cleisa M. (2005). *Vidas de rua*. São Paulo: Editora Hucitec/Rede Rua.
- Santos, L. G. *O inconsciente em Vigotski*. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sawaia, B. B. (2002). A emoção como locus de produção do conhecimento: Uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa. *III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural: a cultura, a dimensão psicológica e a mudança histórica e cultural*, São Paulo, 2002.

- Sawaia, B. B. (1999/2001). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: Bader B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade* (pp. 7-13). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Seligmann-Silva, M. (2016). Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. *Psicologia USP*, 27(1), 49-60.
- Seligmann-Silva, M. (2010). Deletar arquivos, apagar o passado: ars obliviondis, entre a necessidade e a resistência. *Cadernos AEL*, 13(24/25).
- Seligmann-Silva, M. (2009). Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 30(1).
- Seligman-Silva, M. (2000). História como Trauma. In: M. Seligmann-Silva e A. Nestrovski (Orgs.), *Catástrofe e Representação*, (pp. 73- 98). São Paulo: Escuta.
- Spinoza, B. de. *Ética*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- Thompson, Paul (1935/2002). *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Veloso, A. M. (2015). “Apesar que o vida loka também ama”: experiência afetiva de adolescentes inseridos no tráfico de drogas. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Vernant, J. P. (1988/1991). *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Veresov, N. (1999). *Undiscovered Vygotsky. Etudes on the pre-history of cultural-historical psychology*. Frankfurt; Berlin; Ben; Bruxelles; New York: Peter Lang Pub.
- Vigotski, L. S. (2018). Quinta aula. Leis gerais do desenvolvimento psicológico da criança. In: Zoia P. & Elisabeth T. (Orgs.), *Sete Aulas de L. S. Vigotski Sobre os Fundamentos da Pedologia* (pp. 92-109). Rio de Janeiro: E-papers.
- Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1934/2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1926/2010). *Psicologia Pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1929/2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21(71), 21-44.
- Vigotski, L. S. (1931/1999a). Desenvolvimento da memória (prefácio ao livro de A. N. Leóntiev). In: Vigotski, L. S. *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1925/1999b). A consciência como problema da psicologia do comportamento. In: Vigotski, L. S. *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1930/1999c). Sobre os sistemas psicológicos. In: Vigotski, L. S. *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1927/1999d). O significado histórico da crise da psicologia. In: Vigotski, L. S. *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotski, L. S. (1932/2014a). La memoria y su desarrollo en la edad infantil. In: Vygotski, L. S. *Obras Escogidas: Pensamiento y Lenguaje. Conferencias sobre Psicología*. Machado: S. L.

Vygotski, L. S. (1932/2013b). Desarrollo de las funciones mnemónicas y mnemotécnicas. In: Vygotski, L. S. *Obras Escogidas: psicología del adolescente. Problemas de la Psicología Geral*. Machado: S. L.

Vygotsky, L. S. (1931/1995). Génesis de las funciones psíquicas superiores. In: Vygotsky, L. S. *Problemas del desarrollo de la psique. Obras Escogidas*, v.3. Madrid: Visor.

Weinrich, H. (1997/2001). *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Wrasse, D. (2017). *Análise reconstitutiva do sentido da dialética em Lev Vigotski*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

APÊNDICE

Notas sobre a questão da memória e do esquecimento nas pesquisas sobre a população de rua

Além da escassez de pesquisas sobre a questão da memória com pessoas em situação de rua nos diferentes campos do conhecimento (Pereira, 2007; Pereira & Dantas, 2018), a problemática do esquecimento – conquanto apareça, não raro, no depoimento dos sujeitos – tem permanecido no esquecimento ou entre parênteses nas análises.

Em vista disso, penso ser importante apresentar algumas pesquisas sobre o tema da população de rua, oriunda de outras áreas, como serviço social, saúde pública e ciências sociais, que mencionam as questões da memória – e do esquecimento – e corroboram de alguma forma as análises aqui realizadas.

Começo pelo “beber para esquecer”, que surgiu no depoimento de um dos entrevistados na pesquisa de iniciação científica que realizei também e que também aparece bastante nos relatos de pessoas em situação de rua entrevistadas em outros estudos – o que é digno de nota, em trabalhos que não tratam ou investigam especificamente a questão da memória.

Na ocasião da iniciação científica, apesar de eu mencionar a questão, não me detive a ela nas análises e discussões por receio de reforçar estigmas. Isso porque o consumo dito abusivo (adjetivo que, nesse caso, parece denotar justamente a apreensão moral da problemática, reportando-se a um uso inapropriado da substância) foi (ou ainda é), por muito tempo, considerado um dos principais “desencadeadores” do processo de realização, estabelecendo-se uma relação de causalidade (causa e efeito). Também é um dos fatores mediante o qual se produz e se sustenta o discurso de que o “homem de rua é um homem doente”⁹².

Não é da alçada dessa investigação analisar especificamente o uso (ou não) da bebida alcoólica em si; tampouco discutir se o álcool produz ou não produz esquecimento; ou, ainda,

⁹² Aqui, tomei emprestado o título da tese de doutoramento de Eduardo Serrano, *Homem de rua, um homem doente*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

se “reforça” determinadas lembranças. Como no depoimento de Lúcio⁹³ – “*preciso falar a verdade. Tô tomando barrigudinha pra esquecer do passado*” (sic) –, sujeito que entrevistei na iniciação científica, o “beber para esquecer” também apareceu na pesquisa etnográfica realizada por Martinez (2011). Em seu estudo, a pesquisadora analisou que “*tomar barrigudinha*” (expressão bastante utilizada pelas pessoas em situação de rua) representa uma espécie de “regulador de memórias” que devem ser esquecidas.

Para Martinez (2011): “A *pinga* age como um vetor de saúde quando tais lembranças não devem ser revividas e podem ser controladas ou manipuladas pela alteração da consciência”. A memória (e seu excesso) tanto pode manifestar como uma lembrança afetiva boa quanto um fardo da lembrança de experiências ruins, sendo que “se o *galo* tá pesado” (p. 114). Por outro lado, ela também percebeu – como também aconteceu em minha iniciação científica – o esquecimento aparece como uma dimensão destrutiva quando escapa ao controle do sujeito.

Não podemos nos esquecer que o enunciado “beber para esquecer” não é exclusividade dos sujeitos que enfrentam a realização – os usos da bebida alcoólica são determinados culturalmente, o que não significa que não assuma outros significados para outros grupos sociais e incorpore funções específicas e sentidos na situação de rua. Um deles, a meu ver, é a *possibilidade de poder-esquecer*. Como indicam algumas das pessoas que entrevistei e os depoimentos encontrados com o levantamento da literatura específica, o esquecimento não assume sempre e necessariamente uma conotação negativa. Ao contrário, parece ser um mecanismo regulador da ação, ganhando, desse modo, uma dimensão positiva para os indivíduos, uma forma, inclusive, diria utilizando expressão de Veloso (2015), de colocar alguns “afetos na sola do pé”⁹⁴.

Em contrapartida, numa das entrevistas que realizei na iniciação científica, o esquecimento quando surgia à revelia do sujeito e impedia o controle da conduta, era tratado como “dano, fraqueza, lacuna” (Ricoeur, 1913/2007, p. 424). Como enunciou Lúcio: “*Eu vou lá e pá, esqueço tudo*” e, ainda, “*talvez eu esqueça, mas talvez eu lembre, daí eu posso me defender*” (Lúcio, depoimento pessoal, 2016).

⁹³ Lúcio, depoimento pessoal, 2016.

⁹⁴ A expressão “afetos na sola do pé” foi inspirada na expressão utilizada por Veloso (2015) em sua pesquisa com adolescentes inseridos no tráfico de drogas.

É interessante retomarmos a pesquisa de Martinez (2011). De acordo com a autora, o “galo⁹⁵ pesado” é também uma figura de linguagem para se referir metaforicamente ao à *necessidade de esquecimento*. Como a autora, o “galo cheio” representa um excesso de memória, que impede o trecheiro de seguir a estrada e de andar de trecho em trecho (Martinez, 2011). O que essas pessoas em situação de rua denominam de “galo”, às vezes, precisa ser esvaziado para continuarem – literalmente e metaforicamente – caminhando. O “galo”, pois, ao mesmo tempo em que permite lembrar, deve possibilitar o esquecimento ativo.

Rosa (2005), que realizou uma importante pesquisa desde a perspectiva do Serviço Social, também menciona que o uso da bebida alcoólica representa para os sujeitos que entrevistou, dentre outros aspectos, uma espécie de válvula de escape, “anestesia dos problemas e do sofrimento: para *não ficar lembrando tanto*” (grifos da autora, p. 160). Campos (2012), por sua vez, embora não aprofunde, comenta que o papel que o uso da bebida alcoólica desempenha para as pessoas em situação rua também é o de *poder esquecer*. Segundo enunciou um dos participantes de seu estudo, “*o efeito da pinga vai aliviano alguma coisa, aliviano a dor que ocê tá sentino no coração e esqueceno os problema que tá lá pra trás. Para mim álcool é isso. Porque aí eu vô esqueceno tudo que eu tô deixano pra trás, vai me aliviano, eu vô ficano alegre, sorridente*”. E continua: “Aí no outro dia tem que arrumá dinheiro de novo pra podê comprá outra pinga pra bebê. É preciso pra esquecê” (p. 141).

Embora não atrelado à questão do uso e funções da bebida alcoólica, destaco, por fim, a pesquisa etnográfica de Lisboa (2013), autora que registrou, numa curta passagem de seu diário de campo um conversa com uma mulher em situação de rua em que o esquecimento também emerge como uma questão, nesse caso, pareceu-me, relacionado ao “sobrevivencialismo negador da vida” (Sawaia, 2009, p. 370) e, por outro lado, como uma linha de fuga e de resistência na rua: “*Cair na rua é sem volta! Já tentei sair um montão de vezes... [...] E aí a gente se vira, né? Eu às vezes até esqueço como era minha vida antes... Parece que foi no século passado!*” “[...] *Às vezes é melhor esquecer mesmo, se ficar pensando muito, a gente endoia*” (p. 81)

Essas falas, extraídas de diferentes pesquisas, as quais se assemelham àquelas que escutei, principalmente dos sujeitos de iniciação científica, corroboram a relevância de

⁹⁵ Uma espécie de bolsa onde guardam pertences e, metaforicamente, carregam consigo apetrechos e objetivos que tem a função de memória.

investigar a problemática do esquecimento e as funções concretas que adquire no contexto da realização. Por fim, a relação álcool e esquecimento nos alerta para a presença de propostas de intervenção em relação à questão drogas e população específica que não assuma uma conotação moralista e ideológica, de criminalização e vigilância dessas pessoas.